

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

LUÃ AUGUSTO DE ARAÚJO COSTA

**RASTREAMENTO DA FOME: um estudo sobre questões e desafios relativos à
fome no Brasil**

São Luís
2024

LUÃ AUGUSTO DE ARAÚJO COSTA

**RASTREAMENTO DA FOME: um estudo sobre questões e desafios relativos à
fome no Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como requisito para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a: Cleonice Correia Araujo.

São Luís

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Costa, Luã.

RASTREAMENTO DA FOME : um estudo sobre questões e desafios relativos à fome no Brasil / Luã Costa. - 2024.
137 f.

Orientador(a): Cleonice Araujo.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Fome. 2. Políticas Públicas. 3. Desigualdade Social. 4. . 5. . I. Araujo, Cleonice. II. Título.

LUÃ AUGUSTO DE ARAÚJO COSTA

RASTREAMENTO DA FOME: um estudo sobre questões e desafios relativos à fome no Brasil.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cleonice Correia Araújo

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Cleonice Correia Araújo (Orientadora)
Doutora em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof^ª. Dr^ª. Zaira Sabry Azar
Doutora em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr^ª. Silse Teixeira de Freitas Lemos
Doutora em Serviço Social
Pontifícia Universidade Católica (PUC)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, cuja presença constante em minha vida me deu forças e sabedoria para trilhar este caminho, em meio a tantos desafios.

À minha mãe Mailu, minha fonte de amor incondicional e apoio inabalável, não tenho palavras suficientes para expressar minha gratidão. Seu exemplo de coragem e dedicação me inspira todos os dias, e este trabalho também é fruto de seus ensinamentos e sacrifícios.

À minha tia Maira e ao seu marido Sérgio, obrigado por todo o carinho e encorajamento. Vocês sempre estiveram presentes em momentos decisivos, oferecendo não apenas apoio, mas também sabedoria e conselhos valiosos.

Às Marias queridas que já partiram, mas que continuam a viver em meu coração e memórias. Agradeço por todo o amor que recebi de vocês ao longo dos anos. Embora fisicamente ausentes, sei que de alguma forma estão ao meu lado, e essa dissertação é, de certa maneira, uma homenagem a tudo que me ensinaram.

À Universidade Federal do Maranhão, pela oportunidade de me desenvolver academicamente e pessoalmente, e ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, que me proporcionou os recursos e o ambiente necessários para a realização desta pesquisa.

Por fim, à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Cleonice, minha mais profunda gratidão. Sua paciência, sabedoria e orientação cuidadosa foram cruciais para o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação examina a fome no Brasil como um fenômeno social e político, analisando suas causas estruturais e as consequências das políticas públicas para a segurança alimentar e nutricional. Com base no materialismo histórico-dialético de Karl Marx, o estudo utiliza uma abordagem exploratória e qualitativa para investigar como a fome está profundamente enraizada nas desigualdades sociais e econômicas. O trabalho está estruturado em três capítulos principais: o primeiro capítulo discute as raízes teóricas e históricas da fome, oferecendo uma análise sócio-histórica do problema; o segundo capítulo explora as alianças internacionais e políticas públicas brasileiras que visam combater a fome, com foco nas mudanças políticas desde o golpe de 2016; e o terceiro capítulo aborda as particularidades da fome durante a pandemia de COVID-19, destacando as respostas do governo e da sociedade civil. A dissertação conclui que, embora existam esforços significativos para enfrentar a fome, as políticas implementadas nos últimos anos não têm sido suficientes para garantir o direito humano à alimentação adequada, reforçando as desigualdades que sustentam esse problema.

Palavras-chave: Fome, Políticas Públicas, Desigualdade Social.

ABSTRACT

This dissertation examines hunger in Brazil as a social and political phenomenon, analyzing its structural causes and the consequences of public policies on food and nutritional security. Based on Karl Marx's historical-dialectical materialism, the study employs an exploratory and qualitative approach to investigate how hunger is deeply rooted in social and economic inequalities. The work is structured into three main chapters: the first chapter discusses the theoretical and historical roots of hunger, offering a socio-historical analysis of the problem; the second chapter explores international alliances and Brazilian public policies aimed at combating hunger, with a focus on the political changes since the 2016 coup; and the third chapter addresses the specificities of hunger during the COVID-19 pandemic, highlighting the responses from the government and civil society. The dissertation concludes that, despite significant efforts to combat hunger, the policies implemented in recent years have been insufficient to guarantee the human right to adequate food, reinforcing the inequalities that sustain this issue.

Keywords: Hunger, Public Policies, Social Inequality.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CadÚnico - Cadastro Único do Governo Federal

CNA - Comissão Nacional de Alimentação

Censo Suas - Censo do Sistema Único de Assistência Social

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FHC - Fernando Henrique Cardoso

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MST - Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

ONU - Organização das Nações Unidas

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAP - Programa de Abastecimento Popular

PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador

PBF - Programa Bolsa Família

PES - Pesquisas de Orçamento Familiar

PFZ - Programa Fome Zero

PGPM - Programa de Garantia de Preços Mínimos

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAN - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

PNAA - Programa Nacional de Acesso à Alimentação

PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos

PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRORURAL - Programa de Amparo ao Trabalhador Rural

SAPS - Serviço de Alimentação e Previdência Social

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SEMSA - Secretaria Municipal de Segurança Alimentar

SENCAS - Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social

SESC - Serviço Social do Comércio

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUS - Sistema Único de Saúde

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

USDA - Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (United States Department of Agriculture)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	FOME COMO FENÔMENO SOCIAL E HISTÓRICO: Uma Análise das Raízes e Estruturas.....	24
2.1	Discursão Teórica da Fome.....	24
2.2	Recuperação Sócio-histórica da Fome.....	48
3	Políticas e Alianças Contra a Fome: Da Ação Internacional às Iniciativas Nacionais.....	64
3.1	Alianças Internacionais Contra Fome.....	64
3.2	Políticas Brasileiras Contra fome.....	75
4	Pandemia de COVID-19 e Ações da Sociedade Civil: A Fome em Tempos de Crise.....	94
4.1	Particularidades da Fome na Pandemia de COVID-19.....	94
4.2	Ações da Sociedade Civil contra Fome.....	105
5	CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS.....	121
	REFERÊNCIAS.....	126

1 INTRODUÇÃO

O objeto central desse estudo é compreender que a fome é uma das questões mais críticas e urgentes que afetam a humanidade, especialmente quando se reconhece que aqueles que vivem em situação de pobreza estão entre os mais afetados por essa realidade. O interesse em abordar esse tema surge justamente do reconhecimento de que a fome representa um dos principais dilemas sociais enfrentados pela sociedade contemporânea.

Este estudo é uma dissertação de mestrado que expõe os resultados de uma pesquisa conduzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. A abordagem adotada nesta pesquisa é de cunho exploratório. Ao longo deste trabalho, foram exploradas questões relacionadas ao tema em questão, visando aprofundar a compreensão deste campo.

A situação do Brasil em relação à fome tem sido destaque na mídia e no atual governo, mostrando que o país voltou a figurar no mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU). Apesar das declarações negacionistas do ex-presidente Jair Bolsonaro sugerindo que esse problema teria sido extinto, é fundamental reconhecer que o desafio da fome ainda persiste no país. Embora o Brasil tenha alcançado avanços significativos no combate à fome ao longo dos anos, é crucial que olhemos para esse problema com mais profundidade e compreendamos que ainda há muito a ser feito. O acesso aos alimentos e a melhoria na qualidade da alimentação continuam sendo um grande desafio para milhões de brasileiros, especialmente para as populações empobrecidas, que enfrentam a fome como sua realidade cotidiana.

A temática da fome despertou meu interesse ainda na graduação em Nutrição, quando tive a oportunidade de conhecer a obra "Geografia da Fome" de Josué de Castro. Esse livro abriu meus olhos para a dura realidade enfrentada por milhões de pessoas em todo o mundo, lutando diariamente para ter acesso a alimentos básicos. Durante o estágio em saúde pública na Secretaria Municipal de Segurança Alimentar (SEMSA) de São Luís, tive a experiência marcante de vivenciar de perto a dificuldade enfrentada por famílias para garantir o alimento na mesa em todas as refeições. Essa vivência me tocou profundamente e sensibilizou-me para a urgência de abordar a questão da fome e da insegurança alimentar em nossa sociedade. Desde então, o tema da fome permaneceu presente e a preocupação em entender as raízes dessa

problemática social. E no mestrado, encontrei a oportunidade esperada para aprofundar meu conhecimento sobre a questão da fome.

Após mais de uma década desde a experiência marcante com a realidade da fome durante minha graduação, percebo que infelizmente essa situação pouco mudou. Ao longo de minha trajetória acadêmica e profissional na área da nutrição, a inquietação com a persistência da fome e da escassez alimentar continua me acompanhando. Como pode ser tolerado que seres humanos vivam na realidade da fome? Como pode ser permitido que seres humanos enfrentem a dura realidade de não ter acesso a um direito humano básico? Embora essas questões não tenham sido o foco central deste estudo e não tenham sido totalmente respondidas, elas foram a força motriz por trás da escolha desse tema. A realidade da fome é uma chaga social que clama por atenção e soluções urgentes.

Até então, minha jornada acadêmica não havia me proporcionado a oportunidade de realizar estudos aprofundados sobre a fome. No entanto, o tema da segurança alimentar e nutricional, assim como o direito humano à alimentação, passou a me interessar nos últimos anos e se tornou uma constante em minhas investigações. Ao longo de minha trajetória, observo que as pesquisas e estudos na área da nutrição sempre tiveram, em sua maioria, um viés epidemiológico e quantitativista, concentrando-se na Epidemiologia Nutricional. Essa é uma importante vertente de pesquisa na nutrição, especialmente no campo da saúde pública, que busca compreender a relação entre alimentação, fatores relacionados e o estado nutricional, bem como o surgimento de doenças.

Esses estudos expõem uma realidade que muitas vezes permeia as pesquisas no campo da alimentação e nutrição, onde a abordagem tende a ser objetiva e científica, focando na análise das doenças e na redução da alimentação humana a uma simples necessidade física de ingestão de nutrientes. No entanto, é importante reconhecer que embora essas pesquisas sejam valiosas para entender a relação entre alimentação e saúde, elas podem acabar negligenciando outras dimensões igualmente importantes da área da nutrição.

A influência dominante do positivismo nas pesquisas no campo da nutrição é, em grande parte, uma consequência da própria formação nessa área. A nutrição tem como base o conhecimento biomédico, o que acaba por incentivar tanto as práticas de atuação quanto a realização de investigações pautadas, em sua maioria, na lógica das ciências naturais. Como resultado, a formação em nutrição tende a privilegiar uma

visão científica e objetiva, com foco especial nos aspectos biológicos e fisiológicos da alimentação humana. Porém a compreensão dos desafios contemporâneos ligados à saúde, alimentação e nutrição não se restringe apenas à análise estatística e quantitativa, pois nem todos os fenômenos podem ser adequadamente medidos dessa forma.

A epidemiologia, embora seja uma ferramenta valiosa, possui suas limitações na abordagem completa dessas questões complexas. No contexto da alimentação e nutrição, deparamo-nos com fenômenos intrinsecamente complexos e multifacetados. Por isso, é essencial incorporar abordagens interdisciplinares, integrando conhecimentos das ciências sociais para enriquecer nossa compreensão. Superar a visão hegemônica biomédica é essencial para abordar essas questões de maneira mais ampla e inclusiva.

As inquietações e angústias que surgiram ao longo da minha trajetória acadêmica me impulsionaram a buscar uma aproximação das Ciências Sociais como meio de reflexão sobre as políticas públicas de alimentação, nutrição e segurança alimentar e nutricional. Essa abordagem interdisciplinar foi uma maneira de buscar respostas para os questionamentos que foram se delineando ao longo do tempo. Ao buscar uma perspectiva mais ampla e contextualizada, pude compreender a importância de considerar não apenas os aspectos biomédicos, mas também os fatores sociais, culturais, políticos e econômicos que influenciam a alimentação e nutrição. Essa visão sobre a fome permitiu-me definir a temática e objeto de investigação para a elaboração desta dissertação.

Nesse diálogo interdisciplinar as ciências sociais enriqueceram a compreensão dos problemas e desafios enfrentados no campo da alimentação e nutrição. Permitiu uma visão mais abrangente, considerando as diversas determinantes que afetam a alimentação e nutrição na vida humana. Através dessa abordagem mais ampla, foi possível analisar as complexas interações entre fatores biológicos, culturais, sociais, políticos e econômicos que influenciam os padrões alimentares e a saúde da população. Além disso, a interação entre o campo da alimentação e nutrição com as ciências sociais possibilitou uma compreensão mais profunda das desigualdades sociais e como elas se refletem na disponibilidade, acesso e consumo de alimentos. Essa visão crítica e contextualizada permitiu identificar as causas subjacentes da insegurança alimentar e nutricional.

Durante o mestrado em Políticas Públicas, tive a oportunidade enriquecedora de aproximar-me do campo das ciências sociais, o que me permitiu compreender melhor as inter-relações com a área da alimentação e nutrição. Nesse contexto, pude aprofundar minhas reflexões sobre os aspectos sociais e culturais relacionados à alimentação, bem como desenvolver uma análise crítica em torno dos problemas sociais existentes na sociedade contemporânea. As disciplinas realizadas e os debates com professores e colegas do curso foram fundamentais para ampliar minha compreensão da realidade social brasileira. Essa interação com diferentes perspectivas e saberes das ciências sociais contribuiu significativamente para o meu crescimento acadêmico.

Essa aproximação com a sociologia, antropologia, economia e política foi determinante para o amadurecimento da fome como objeto de pesquisa da minha dissertação. Pude perceber a relevância de considerar os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais envolvidos nas questões alimentares e nutricionais, e como essas dimensões são essenciais para uma abordagem mais completa e contextualizada dos fenômenos estudados. A oportunidade de aproximar-me do campo das ciências sociais no mestrado foi essencial para ampliar minha visão e compreensão dos desafios contemporâneos relacionados à alimentação e nutrição. Essa interação proporcionou um olhar mais crítico e sensível para a realidade social, o que contribuiu significativamente para a construção da dissertação.

A alimentação e nutrição são assuntos amplamente estudados e debatidos em diversas áreas do conhecimento, o que é fundamental para entendermos os impactos na saúde e bem-estar da população, bem como para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes relacionadas à alimentação. Por outro lado, quando nos deparamos especificamente com a questão da fome, observamos uma lacuna na quantidade de estudos realizados em comparação com os temas mais abrangentes de alimentação e nutrição. A fome é uma problemática complexa que envolve múltiplos fatores. Nesse sentido, os estudos com uma abordagem sociológica, antropológica, econômica e/ou política sobre a fome são essenciais, mas são estudos que ainda estão em menor número.

A realização da maioria das pesquisas sobre fome é conduzida por governos ou organizações internacionais, como a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) e o Banco Mundial, frequentemente em parceria com universidades. Contudo, é importante destacar que, nessas pesquisas, a abordagem

predominante para definir a fome é quantitativa. Ela se baseia em critérios objetivos, como o consumo mínimo de calorias diárias ou indicadores antropométricos, como o índice de massa corporal, peso e estatura adequados para cada idade. Essa abordagem quantitativa é relevante para obter dados padronizados e comparáveis, no entanto, pode não permitir uma compreensão mais aprofundada e ampla do fenômeno da fome. A definição quantitativa da fome pode não abranger todas as nuances e complexidades envolvidas nesse problema, como as causas estruturais da insegurança alimentar, as disparidades no acesso aos alimentos e as dinâmicas sociais, culturais, políticas e econômicas relacionadas à alimentação.

Para complementar essa abordagem quantitativa, é fundamental incorporar estudos com uma perspectiva mais qualitativa, pois essas abordagens permitem uma compreensão mais profunda e contextualizada da fome como um fenômeno multidimensional. A integração de diferentes métodos de pesquisa pode enriquecer nossa compreensão da fome e contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais abrangentes e eficazes no combate à fome e na promoção da segurança alimentar para todos. Dessa forma, poderemos enfrentar esse desafio complexo de forma mais completa e inclusiva, garantindo o direito humano à alimentação adequada para toda a população.

Uma outra questão desafiadora nos estudos sobre a fome é a mudança no uso dos termos ao longo das últimas décadas. Nota-se um aumento na utilização dos conceitos de desnutrição e insegurança alimentar em detrimento do termo "fome" nas pesquisas. Essa substituição pode levar a uma diluição e esvaziamento do significado original da fome, tornando-a menos impactante e menos compreendida perante a sociedade. Embora os termos de desnutrição e insegurança alimentar sejam relevantes e possuam uma abordagem mais técnico-administrativa, eles podem não abarcar toda a complexidade do fenômeno da fome em sua totalidade. Além disso, a utilização dessas outras terminologias pode não ter o mesmo impacto emocional e sensibilizador sobre a realidade da fome, prejudicando a conscientização e o engajamento na luta contra esse problema.

Além das questões já abordadas, é importante ressaltar que no contexto brasileiro, os estudos sobre a fome com enfoque social são escassos e o fenômeno da fome permanece invisível tanto para a sociedade em geral quanto para o Estado, tornando-se um problema negligenciado. Além disso, a academia também tem sua parcela de responsabilidade na invisibilidade da fome, pois pouco aborda de forma

aprofundada essa questão com viés sociológico, tornando-a silenciosa aos olhos da pesquisa acadêmica e do ensino. A verdadeira face da fome não é mostrada à sociedade, dificultando a compreensão dos desafios enfrentados pelas pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar. Estudos com abordagem social, antropológica, econômica e política podem trazer à tona a complexidade da fome, revelando as múltiplas dimensões que permeiam essa questão. Somente com um olhar atento e sensível para as experiências vividas pelas pessoas afetadas pela fome, poderemos desenvolver políticas e ações efetivas para enfrentar esse grave problema e garantir o direito humano à alimentação digna e adequada para todos.

Diante desse cenário, minha decisão de conduzir essa pesquisa com uma abordagem sociológica, antropológica, econômica e política sobre o fenômeno da fome foi influenciada pela relevância do trabalho pioneiro de Josué de Castro na década de 1930. Desde aquela época, ele já destacava a importância de incluir a alimentação nas pesquisas voltadas ao campo social, abrindo caminho para uma compreensão mais abrangente e contextualizada desse problema complexo:

[...] o problema alimentar não constitui assunto de simples referência de sobremesa, mas estudo muito mais sério e complicado, com raízes mergulhadas profundamente no campo da sociologia e filosofia, com influências projetadas longe, nos quadros mais variados de manifestação de vida (Castro, 1937, p. 17).

No campo social, o Brasil vivenciou nos últimos anos importantes mudanças, impulsionadas pela implementação de políticas públicas voltadas para o avanço social. Esses progressos foram alcançados após a promulgação da Constituição Federal no final dos anos 1980, que assegurou direitos e garantias fundamentais para todos os cidadãos, com destaque para políticas nas áreas de educação, saúde e assistência social. Entretanto, a partir do golpe de 2016, durante o governo do presidente Michel Temer, identificou-se um enfraquecimento dessas políticas sociais. Esse período foi marcado pela redução e descontinuidade de diversos programas e sistemas estatais que estavam em implementação e que já começavam a apresentar resultados positivos para a população (Silveira, 2017).

A partir de 2019, o Brasil enfrentou um cenário de intensificação de retrocessos e desmontes estatais com a chegada de um governo que não dava prioridade às instituições democráticas e valores constitucionais. O início do governo de Jair Bolsonaro foi marcado pela edição da Medida Provisória 870, em 1º de janeiro de 2019, que resultou na extinção de ministérios e conselhos, entre eles o Conselho

Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Essa medida teve como consequência o enfraquecimento da participação social e democrática na formulação de políticas públicas, o que prejudicou a construção de políticas mais inclusivas e abrangentes. A democracia foi afetada, e o rumo das políticas sociais foi direcionado por caminhos contrários às necessidades da população mais pobre.

Em 19 de julho de 2019, o então presidente do país fez uma declaração pública afirmando que "falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira", o que também foi expresso pela então ministra da agricultura Teresa Cristina que, em abril de 2019, negou a existência da fome no Brasil afirmando que "brasileiros não passam fome porque têm mangas nas cidades" (UOL, 2019), o que representa uma postura no mínimo irresponsável e negacionista ao ignorar a questão alimentar e nutricional do povo brasileiro. Essas declarações podem ser percebidas como uma afronta ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e pode ser interpretada como uma forma de minimizar ou negar a existência da fome no país. Essas atitudes do governo anterior, ao não reconhecer a fome como um problema social relevante, levantou preocupações sobre o compromisso com a promoção do bem-estar da população mais vulnerável. Ao deixar a fome fora da agenda política, o governo anterior optou por não enfrentar esse desafio de forma séria e efetiva, contribuindo para o retorno do Brasil ao Mapa da FOME da ONU.

Nessa perspectiva a presente dissertação se dedica a abordar também o desmonte de políticas sociais em nível nacional, que tem afetado significativamente a estrutura socioeconômica e a sociedade como um todo. O foco central da pesquisa recai sobre a fome e nas vulnerabilidades associadas, no contexto de mudanças e redução de políticas sociais. No âmbito dessa análise, destaca-se a implantação de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que busca garantir o Direito Humano à Alimentação para toda a população.

Paralelamente, são investigadas as consequências da redução dessas políticas na efetividade da SAN e na luta contra a fome e a insegurança alimentar. Essa dissertação tem como objetivo lançar luz sobre essa realidade pouco explorada e trazer reflexões críticas sobre a importância das políticas sociais na promoção da dignidade e dos direitos humanos.

Diante das questões apresentadas, esta dissertação empenhou-se em buscar respostas significativas: Como explicar o fenômeno da fome em nosso cotidiano? Quais são as principais causas estruturais da fome no Brasil? Para realizar essa

pesquisa, optou-se por uma abordagem fundamentada na sociologia, antropologia, economia e política, permitindo assim um olhar interdisciplinar e intertextual sobre o tema da fome. Através dessa abordagem, buscou-se compreender os fatores sociais, político-econômico e culturais que contribuem para a sua ocorrência.

O diálogo entre com as ciências sociais permitiu uma análise mais completa e abrangente sobre o tema, enriquecendo as reflexões sobre as múltiplas dimensões que cercam a fome e a relação entre homem e alimentação nesse contexto específico. A interdisciplinaridade possibilitou transcender as fronteiras disciplinares e compreender a complexidade da problemática, considerando suas implicações sociais, culturais e políticas. Com essa pesquisa, buscou-se, muitas vezes invisíveis à sociedade, e trazer à tona suas experiências e percepções sobre a fome. Além disso, o estudo contribuiu para a construção de um olhar mais humano e compassivo sobre essa realidade, destacando a necessidade de políticas públicas mais efetivas e sensíveis às necessidades dessas pessoas. Ao trilhar o caminho da interdisciplinaridade, esta dissertação proporcionou uma compreensão mais ampla e profunda sobre o fenômeno da fome e suas implicações sociais e políticas, enriquecendo o debate acadêmico e contribuindo para a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Dessa forma, esta dissertação teve como objetivo geral: Analisar a fome como um fenômeno social e político no Brasil, explorando as causas estruturais e as consequências das políticas públicas para a segurança alimentar e nutricional da população, investigando os fatores sociais, econômicos e políticos que contribuem para a ocorrência da fome.

Para alcançar o objetivo geral da dissertação, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Investigar as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no Brasil, destacando como elas têm influenciado a situação da fome no país; Analisar os fatores socioeconômicos que contribuem para a persistência da fome no Brasil, com ênfase nas desigualdades sociais e no acesso aos recursos; Explorar as respostas da sociedade civil e dos movimentos sociais diante das políticas públicas de combate à fome, avaliando sua eficácia; Avaliar o reflexo da pandemia de COVID-19 sobre a fome e a insegurança alimentar no Brasil, considerando as políticas públicas adotadas durante este período. Com esses objetivos específicos, busquei contribuir para uma análise mais aprofundada da problemática da fome no Brasil. Espero que esta dissertação possa trazer reflexões relevantes para o debate sobre

políticas públicas e ações efetivas para garantir o direito humano à alimentação adequada todos os cidadãos, independentemente de sua situação social.

O caminho percorrido na elaboração desta dissertação foi guiado pela construção de um referencial teórico fundamentado na crítica à sociedade capitalista, seu modo de produção e reprodução, bem como nos processos ligados à acumulação do capital que geram e aprofundam as desigualdades sociais. A partir dessa perspectiva crítica, buscou-se compreender as conexões entre o sistema capitalista e as consequências sociais negativas que afetam os estratos mais empobrecidos da população. Analisou-se como a lógica da acumulação de capital impõe o aumento da desigualdade social, criando condições de vulnerabilidade para a classe trabalhadora. Em particular, foi dada atenção especial ao fenômeno da pobreza e suas implicações no fenômeno da fome.

A utilização da pesquisa bibliográfica e documental foi essencial para a construção do presente estudo. Ao iniciar a investigação dessa forma, foi possível adquirir um panorama amplo sobre as categorias de interesse: fome, políticas públicas de combate à fome, no sentido de compreender suas definições e interconexões, além de identificar estudos e pesquisas anteriores que contribuíram para o avanço do conhecimento nessas áreas específicas. Dentre as categorias investigadas, destacam-se a fome e a segurança alimentar, pois são aspectos fundamentais para a compreensão das questões relacionadas à alimentação e suas implicações na sociedade. Foram investigados aspectos relacionados à exclusão social, bem como às políticas públicas e aos direitos constitucionais que buscam garantir a inclusão e proteção dessa parcela da população.

A pesquisa bibliográfica permitiu o acesso a um conjunto de fontes, como livros, artigos científicos, dissertações, teses e outras publicações acadêmicas. Através da análise e síntese desses materiais, foi possível compreender os principais debates e abordagens teóricas relacionadas às temáticas em questão, além de identificar autores e teorias relevantes para a construção do referencial teórico. Por outro lado, a pesquisa documental permitiu a análise de documentos oficiais, relatórios, projetos e manuais que são produzidos por instituições governamentais, organizações não governamentais e outras entidades. Esses documentos podem fornecer dados concretos, estatísticas, informações sobre políticas públicas e programas relacionados às temáticas em estudo.

Segundo Morales (2003), a análise documental representa uma metodologia científica fundamental na investigação, coleta, organização e análise de dados e informações relacionadas a um tema específico, por meio de fontes documentais. Essa abordagem possibilita a compreensão de informações presentes em diversas formas, como documentos escritos, registros orais ou outras formas de registros, e requer a análise do conteúdo, contexto e das circunstâncias em que esses documentos foram produzidos. Essa metodologia é essencial para a construção de conhecimento embasado e consistente, pois fornece uma base sólida para a investigação e análise crítica dos fenômenos sociais e históricos estudados.

A presente pesquisa, de natureza qualitativa, se revelou como uma oportunidade valiosa para aprofundar o entendimento sobre a questão da fome, mesmo diante das modificações ocorridas em seu desenvolvimento. Inicialmente, estava prevista a obtenção de alguns dados quantitativos para complementar a análise, mas houve a necessidade de adaptar o plano de pesquisa devido a minha mudança para outro estado e questões de saúde, levando a uma mudança de abordagem. Apesar dos desafios encontrados, a flexibilidade demonstrada permite a reorganização do estudo, focando na obtenção de informações de qualidade e aprofundando a compreensão do tema. A decisão de adiar as entrevistas para projetos futuros de um possível doutorado é uma escolha acertada, pois garantirá que o estudo seja conduzido com o tempo e dedicação adequados para alcançar resultados relevantes e aprofundados.

Nesse contexto, a pesquisa assumiu uma abordagem crítica e interdisciplinar ao adotar o Materialismo Histórico de Karl Marx como método. Essa escolha metodológica permitiu uma análise mais aprofundada dos determinantes e contradições que permeiam as relações sociais capitalistas e suas repercussões na questão da fome. Esse referencial possibilitou uma compreensão ampla e contextualizada dos aspectos políticos, econômicos e sociais envolvidos na temática, considerando-a como parte integrante de uma totalidade sócio-histórica. Por meio desse método, buscou-se desvendar as estruturas e processos que moldam a realidade social, enxergando além dos fenômenos superficiais e identificando as raízes das desigualdades e vulnerabilidades intrinsecamente ligados as causas da fome

A pesquisa, fundamentada no Materialismo Histórico, lançou um olhar crítico sobre as políticas públicas voltadas para a fome, bem como seus desdobramentos no

contexto capitalista. Compreender as implicações dessas políticas na lógica do modo de produção capitalista é essencial para identificar suas limitações e possíveis transformações necessárias para garantir o acesso adequado à alimentação para todos os cidadãos. O método adotado permitiu analisar as conexões entre a fome e as políticas públicas em um cenário mais amplo, considerando os processos históricos e sociais que moldaram a atual conjuntura.

A escolha dos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético como base para esta pesquisa foi essencial para compreender a complexidade da realidade em análise. Essa abordagem filosófica parte do princípio de que a realidade não é uma entidade estática e imutável, mas sim um produto das ações, relações e interações dos seres humanos com o mundo ao seu redor (Kosik, 2002). Ao adotar o materialismo histórico-dialético, reconhecemos que a realidade é dinâmica, construída social e historicamente, resultante das práticas sociais e das relações de produção que ocorrem na sociedade capitalista. A compreensão dos fenômenos sociais, como a fome, não pode ser dissociada do contexto histórico e das relações de poder que moldam essa sociedade.

Com base nessa compreensão, esta pesquisa foi conduzida com uma abordagem exploratória. A escolha dessa abordagem se justifica pelo seu propósito de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com o objetivo de formular problemas mais precisos e hipóteses que possam ser investigadas em estudos posteriores (Gil, 2008). A abordagem exploratória permitiu um mergulho inicial no tema da fome, proporcionando uma melhor compreensão das suas características e complexidades. Nesse sentido, a pesquisa com abordagem exploratória representa o ponto de partida para futuros estudos mais aprofundados, contribuindo para a formulação de questões mais precisas e a construção de hipóteses que poderão ser testadas em pesquisas posteriores. A ampliação do conhecimento sobre a fome, sob uma perspectiva materialista histórico-dialética, permite uma compreensão mais abrangente e crítica desses problemas sociais, contribuindo para a construção de políticas públicas mais efetivas e inclusivas no futuro.

A consistência metodológica de uma pesquisa não se resume apenas às definições teóricas adotadas, mas também à contínua reflexão e questionamento sobre a prática da pesquisa. Isso envolve as técnicas e procedimentos utilizados para coletar, compreender e analisar os dados da realidade concreta que está sendo estudada. A escolha das técnicas e procedimentos de pesquisa é fundamental para

garantir a qualidade e validade dos resultados obtidos. É importante que essas escolhas estejam alinhadas aos objetivos da pesquisa e ao referencial teórico adotado, permitindo que as questões de pesquisa sejam respondidas de forma adequada. Além disso, é preciso considerar a complexidade e a multidimensionalidade do fenômeno estudado, levando em conta os diversos elementos que o compõem.

Esta dissertação está organizada em três capítulos principais, cada um abordando aspectos específicos e fundamentais relacionados ao tema central da fome no Brasil. No Capítulo 2, são apresentadas as teorias fundamentais que concebem a fome como um fenômeno social multifacetado. Este capítulo fornece uma base teórica robusta para a compreensão das causas e dinâmicas da fome, abordando diversas perspectivas acadêmicas e históricas. A segunda parte do capítulo explora a fome sob uma perspectiva sócio-histórica, analisando como as mudanças econômicas, políticas e sociais ao longo da história moldaram as condições de fome no Brasil. O capítulo também aborda a influência de períodos históricos específicos, como o golpe de 2016, e como essas transformações afetaram a segurança alimentar no país.

O Capítulo 3 concentra-se nas iniciativas tanto internacionais quanto nacionais para combater a fome. A primeira parte do capítulo analisa as alianças e cooperações internacionais que visam mitigar a fome globalmente, com um olhar especial para a participação do Brasil nessas iniciativas. A segunda parte discute em profundidade as políticas públicas brasileiras, examinando as ações desenvolvidas ao longo das últimas décadas para combater a fome, com um foco nas políticas implementadas antes e depois do golpe de 2016, e como essas políticas foram afetadas pelos governos subsequentes.

No Capítulo 4 a dissertação foca nas questões específicas que surgiram durante a pandemia de COVID-19. A primeira parte do capítulo explora como a pandemia exacerbou a fome no Brasil e quais foram as respostas do governo para enfrentar esse desafio. A segunda parte analisa as ações da sociedade civil, destacando o papel essencial de movimentos sociais, ONGs e lideranças comunitárias no combate à fome durante este período crítico. O capítulo ressalta como essas iniciativas foram fundamentais para mitigar os agravos que a pandemia trouxe na segurança alimentar.

Nas considerações conclusivas deste trabalho, ressalto que a magnitude da temática abordada vai muito além do que foi possível explorar nesta dissertação. A

pesquisa realizada revelou um cenário complexo e desafiador, onde a fome e suas questões interligadas são profundamente influenciadas pelo contexto político, econômico e social do país. Ao longo da pesquisa, foi possível compreender a relevância da abordagem interdisciplinar e do uso do materialismo histórico-dialético como ferramentas para compreender as raízes dos problemas sociais e suas contradições.

Por fim, esta pesquisa não tem a pretensão de encerrar o debate sobre o tema, mas sim de contribuir para a compreensão das complexas relações sociais que envolvem a fome. Espera-se que as reflexões apresentadas aqui estimulem novos estudos, ações e intervenções que possam promover uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva, onde todos tenham acesso a condições dignas de vida e acesso a alimentação.

2 FOME COMO FENÔMENO SOCIAL E HISTÓRICO: Uma Análise das Raízes e Estruturas

À medida que a fome se manifesta como uma realidade cotidiana para milhões de pessoas ao redor do mundo, torna-se essencial compreendê-la não apenas como uma ausência de alimentos, mas como um fenômeno social profundamente enraizado nas desigualdades estruturais.

Neste capítulo, exploraremos as teorias que moldam a compreensão da fome como um produto das condições econômicas, sociais e políticas. Analisaremos como a fome evoluiu ao longo da história, influenciada por mudanças políticas e econômicas, e como essas transformações contribuíram para a perpetuação desse flagelo.

Através de uma abordagem sócio-histórica, desvendaremos as políticas e iniciativas que, ao longo do tempo, buscaram combater a fome no Brasil, destacando os desafios enfrentados e as lições aprendidas. Este capítulo visa fornecer uma base sólida para entender a fome em sua complexidade, sublinhando a necessidade de soluções que ataquem suas raízes estruturais.

2.1 Discursão teórica sobre a fome

Nunca, tantos tiveram tão pouco, e tão poucos concentraram tantas riquezas. Nada é tão absurdo e inaceitável quanto a persistência da fome e da pobreza, quando temos à disposição tanta abundância. Esta é uma constatação que pesa na nossa consciência. Nenhum tema é mais desafiador e atual para a humanidade (Lula da Silva, 2024).

Essas palavras do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ecoam uma verdade inescapável; a persistência da fome em um mundo de abundância é um desafio que exige não apenas reconhecimento, mas ação efetiva e coletiva. Mesmo com os avanços tecnológicos, as descobertas científicas e o progresso humano, a fome continua sendo um problema persistente que afeta milhões de pessoas, apesar do aumento da população mundial e da produção de alimentos.

É importante destacar que a fome é um desafio antigo, existente desde os primórdios da humanidade. No entanto, até hoje, a compreensão científica da fome pode não ter evoluído significativamente desde tempos remotos, o que impede uma real dimensão do problema. Essa falta de precisão conceitual e a dificuldade de uma

compreensão aprofundada dificultam tanto o entendimento quanto a abordagem efetiva da problemática, especialmente no contexto atual, onde estudos mostram que, no Brasil, 33 milhões de pessoas enfrentam a fome diariamente.

No livro *"Geografia da Fome"*, publicado em 1946, Josué de Castro já alertava para a questão da fome no Brasil, sublinhando a relevância e a persistência desse problema social ao longo das décadas. Castro enfatiza que a compreensão da fome é, ainda hoje, incompleta, e que esse desconhecimento profundo gera uma grave lacuna na análise dos fenômenos sociais e políticos que afetam a estabilidade social em escala global. O autor afirma que

A noção que se tem, corretamente, do que seja a fome é, assim, uma noção bem incompleta. E este desconhecimento [...] da realidade social da fome no mundo e dos perigos que este fenômeno representa para a sua estabilidade social, constitui uma grave lacuna [...] para a análise dos acontecimentos políticos da atualidade (Castro, 2003, p. 76).

Essa lacuna na compreensão da fome não é apenas um reflexo do passado, mas também se manifestou ao longo do século XX, período em que a compreensão desse fenômeno passou por transformações significativas.

Anteriormente, a falta de acesso aos alimentos era frequentemente atribuída a explicações naturalistas, desconsiderando os aspectos sociais envolvidos. Por exemplo, Thomas Malthus defendeu a teoria Malthusiana, que afirmava que o crescimento populacional sempre excederia a produção de alimentos, enfatizando a importância do planejamento familiar para evitar a fome (Malthus, 1996). No entanto, essa visão simplista da fome negligenciava as complexidades sociais e estruturais subjacentes à escassez de alimentos, ignorando fatores cruciais como desigualdade social, concentração de renda e políticas governamentais inadequadas. A compreensão contemporânea da fome avançou além das explicações naturalistas, reconhecendo que a insegurança alimentar é influenciada por uma combinação de fatores econômicos, políticos e culturais. A fome não resulta de escolhas individuais, mas é uma consequência de sistemas injustos e das desigualdades que limitam o acesso aos recursos básicos.

Assim, para combater efetivamente a fome, é essencial adotar uma abordagem que vá além do planejamento familiar e se concentre na promoção da justiça social. Isso envolve a redistribuição de recursos e o fortalecimento de políticas inclusivas que garantam o direito humano à alimentação adequada para todos. Somente ao enfrentar as raízes estruturais da fome e implementar soluções que abordem as causas

subjacentes da desigualdade, será possível criar um sistema mais justo e resiliente que proteja o direito à alimentação de forma equitativa e sustentável. À medida que avançamos, é essencial adotar uma abordagem abrangente e multifacetada para combater a fome, considerando que apenas ao levar em conta a interseção de fatores sociais, econômicos e ambientais poderemos criar um mundo onde todos tenham acesso adequado aos alimentos e a fome seja finalmente erradicada.

Além disso, a teoria Malthusiana é frequentemente apontada como uma das causas da fome, culpando a superpopulação e a suposta falta de escolhas individuais. Essa perspectiva reducionista tende a responsabilizar os pobres e famintos, ignorando as estruturas sociais e econômicas que perpetuam a desigualdade. Portanto, para superar tais desafios, é imprescindível compreender os fatores estruturais envolvidos na fome e na pobreza (Freitas, 2003).

No entanto, a teoria de Malthus sobre o crescimento populacional, embora tenha despertado debates e controvérsias ao longo dos anos, apresenta limitações significativas. Segundo Malthus, o crescimento populacional ocorreria de forma exponencial, enquanto os recursos disponíveis aumentariam apenas linearmente. Entretanto, ao analisar essa perspectiva, é essencial reconhecer que o crescimento populacional não é um fenômeno isolado; ele é influenciado por uma variedade de fatores políticos e econômicos. Diferentes regiões podem vivenciar ciclos populacionais distintos, com taxas de crescimento que variam em resposta a políticas governamentais, desenvolvimento econômico, disponibilidade de recursos naturais e acesso a serviços básicos. Assim, a suposição malthusiana de que o crescimento populacional opera de forma independente desses fatores é questionável (Guimarães, 2011). Portanto, essa análise mais profunda não só desafia a narrativa malthusiana, mas também reforça a necessidade de uma abordagem que aborde as causas estruturais da fome e da desigualdade.

Adicionalmente, críticos argumentam que a teoria malthusiana do controle biológico da população pode ter sido uma construção teórica destinada a justificar os interesses das elites rurais, aliviando a responsabilidade da classe dominante em lidar com a pobreza e a miséria. Essa perspectiva crítica sugere que, ao sustentar a ideia de escassez, evitou-se a necessidade de buscar soluções mais amplas e equitativas para os problemas sociais. Nesse sentido, pensar em uma sociedade socialmente equitativa baseada exclusivamente na produtividade alimentar em um contexto de crescimento populacional acelerado pode parecer impossível. Por isso, é fundamental

abordar questões como desigualdade de renda, acesso a serviços básicos, distribuição de recursos e políticas que promovam o desenvolvimento sustentável (Freitas, 2003).

Contribuindo para essa discussão, Josué de Castro (1984) questionou a validade da teoria malthusiana, que defendia a ideia de que o crescimento populacional excederia a capacidade de produção de alimentos, resultando em fome e escassez. Castro propôs uma abordagem alternativa, destacando os aspectos socioeconômicos e estruturais como principais causas da fome, ao invés do simples aumento demográfico. Essa crítica à teoria malthusiana tem sido amplamente reconhecida como uma contribuição significativa para a compreensão mais completa da questão da fome.

Nesse sentido, Abramovay (1998) desafia a visão simplista de que o aumento da produção agrícola ou o controle populacional seriam soluções suficientes para erradicar a fome. Ele destaca que

Embora o tamanho da população e a quantidade de alimentos produzidos sejam fatores importantes quando estudamos o problema da fome, por si só eles são insuficientes para explicá-lo. Caso houvesse uma relação direta entre estes dois fatores, a fome já teria sido banida do planeta há muito tempo: de fato se dividíssemos o total da produção mundial pelo total da população, o resultado será um mundo sem fome (Abramovay, 1998, p. 53).

Josué de Castro (1984) corrobora essa visão ao destacar que a fome é um fenômeno complexo que não pode ser explicado unicamente pelo crescimento demográfico. Ele argumenta que a fome existia antes do aumento populacional do pós-guerra e persiste em regiões que não são superpovoadas. Castro observa:

Apenas esta fome que dizimava as populações do terceiro mundo era escamoteada, era abafada, era escondida [...] não só a fome existia antes, mas também existe hoje em regiões, que estão longe de ser superpovoadas. Muitas áreas de fome no mundo são áreas de baixa densidade de população, como acontece na África e na América Latina, continentes subpovoados, com uma média de nove habitantes por quilômetro quadrado de superfície (Castro, 1984, p.32).

Essa observação de Josué de Castro desmistifica a ideia de que a fome está diretamente ligada à superpopulação, reforçando que o problema reside nas desigualdades estruturais e na má distribuição de recursos.

No Brasil, a fome gradualmente ganha destaque na agenda política, e as obras de Josué de Castro desempenham um papel crucial nesse processo. Ele introduz um debate significativo ao tratar os determinantes da fome não apenas como questões biológicas e naturais, mas também como problemas profundamente enraizados nas

esferas política, econômica e social. Para Castro, a fome é mais do que uma simples carência de alimentos; ela é uma violação dos direitos humanos fundamentais e uma consequência direta da injustiça social. Ao fazer isso, ele insere a fome em um contexto mais amplo, sublinhando a importância de abordar as causas estruturais e a necessidade urgente de enfrentar as desigualdades que perpetuam essa realidade.

Essa abordagem crítica de Josué de Castro contribuiu para a evolução da compreensão sobre a fome, que deixou de ser considerada apenas um fenômeno médico ou biológico. Hoje, reconhecemos que a fome é um fenômeno social, histórico e político, profundamente entrelaçado com o desenvolvimento do sistema capitalista (Nascimento, 2009).

Nesse contexto, a fome não é simplesmente uma questão de escassez de alimentos, mas sim o resultado de desigualdades estruturais, injustiças sociais e da concentração desigual de recursos. O modo como a produção e distribuição de alimentos é organizado dentro do sistema capitalista influencia diretamente a prevalência da fome (Bozi, 2009).

Josué de Castro, ao desnaturalizar a fome, apresentou uma análise abrangente e propôs três conceitos interligados para descrevê-la. Esses conceitos são fundamentais para compreender a natureza complexa desse fenômeno. Em primeiro lugar, o autor destaca a distinção entre fome individual e coletiva. A fome individual refere-se à experiência pessoal de privação alimentar, em que uma pessoa não tem acesso adequado aos alimentos necessários para satisfazer suas necessidades nutricionais básicas. Por outro lado, a fome coletiva abrange grupos, comunidades ou até mesmo nações inteiras que enfrentam escassez generalizada de alimentos, afetando a população em larga escala.

Muito mais terrível do que o surto epidêmico e do que o flagelo periódico das secas que dizimam de uma vez algumas centenas ou milhares de vidas, é esta desnutrição, esta subalimentação permanente que destrói surda e continuamente toda uma população, sem chamar nossa atenção, nem despertar nossa piedade (Castro, 1959, p.88).

Esses conceitos contribuem para a compreensão das diferentes dimensões da fome e suas diversas manifestações. O autor buscou destacar a realidade devastadora e recorrente desse problema. Ele reconheceu que a fome não se limita apenas àqueles que morrem de inanição, mas também afeta milhões de pessoas que sofrem de fome extrema diariamente, mesmo tendo acesso a uma quantidade mínima de alimentos.

Para aprofundar essa compreensão, Vasconcelos (2008) apresenta três categorias distintas de fome: fome crônica, fome transitória e fome aguda. Essas categorias permitem uma análise mais detalhada dos diferentes aspectos e impactos desse fenômeno. A fome crônica é caracterizada pela ingestão diária inadequada para atender às necessidades energéticas do indivíduo, resultando em uma situação prolongada de subnutrição. Em contraste, a fome aguda refere-se à necessidade fisiológica imediata de alimentos, marcada pela urgência e pela sensação de apetite intensa. Por sua vez, a fome transitória ocorre em contextos temporários e de curto prazo, geralmente causados por choques econômicos, desastres naturais, conflitos armados ou outros eventos que interrompem momentaneamente o suprimento de alimentos.

Essas categorias ajudam a ilustrar a complexidade da fome e a necessidade de abordagens diferenciadas para enfrentar suas diversas formas. Josué de Castro, em suas pesquisas realizadas nas décadas de 1940 a 1960, aprofundou a análise da fome como um problema multidisciplinar. Ele se empenhou em compreendê-la não apenas como uma manifestação superficial, mas como um fenômeno complexo que envolve aspectos tanto biológicos quanto sociais. De Castro argumentava que a fome vai além de sua aparência imediata e exige uma análise abrangente para entender suas raízes e efeitos mais profundos.

Não é esse tipo excepcional de fome, simples traço melodramático no emaranhado desenho da fome universal, que interessa ao nosso estudo. O nosso objetivo é analisar o fenômeno da fome coletiva - da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas. Não só a fome total, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de starvation, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais frequente e mais grave, em suas consequências numéricas, da fome parcial, da chamada fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias (Castro, 1984, p. 26).

Ao afirmar que a fome constitui um produto direto do subdesenvolvimento econômico e social, Josué de Castro enfatizou a ligação intrínseca entre a falta de acesso a alimentos adequados e suficientes e as desigualdades socioeconômicas. Ele argumentou que a fome não era um resultado inevitável, mas sim uma manifestação de estruturas sociais e econômicas injustas que perpetuavam a exclusão e a pobreza. Sendo um dos estudiosos pioneiros a compreender e explicar as condições históricas que levaram à fome em escala global (Castro, 1965).

Castro (1965) ressalta que a compreensão da fome deve ir além da ideia simplista de que ela se resume apenas à falta de comida. O autor critica as explicações naturalistas que atribuem a fome às limitações ambientais, afirmando que essa visão é limitada. Em vez de se restringir à escassez de alimentos, a fome também abrange deficiências nutricionais, que envolvem a ingestão inadequada de alimentos essenciais para satisfazer as necessidades nutricionais do organismo.

Esse fenômeno é particularmente prevalente entre os indivíduos mais pobres, que enfrentam maiores restrições alimentares e são mais suscetíveis a deficiências nutricionais. Como resultado, a fome não só compromete a ingestão de calorias, mas também contribui para o desenvolvimento de doenças relacionadas à fome, como desnutrição e baixo peso, além de aumentar a vulnerabilidade a doenças infecciosas (Castro, 1965).

Nesse contexto, Castro rejeita a visão de que a fome seja um fenômeno natural e destaca sua origem nas relações econômicas. No Brasil, a fome resulta da desigualdade de acesso aos alimentos, afetando principalmente os mais pobres. O autor analisa a fome persistente na Zona da Mata nordestina, demonstrando que vai além de limitações naturais. Josué de Castro contesta a perspectiva de Malthus e enfatiza que a fome é resultado das desigualdades sociais e econômicas. Assim, é fundamental compreendê-la como um fenômeno.

Na perspectiva de avançar sobre a discussão da fome, destaca-se Jonsson (1986), para quem a fome é definida como a deterioração da saúde e do desempenho devido à ingestão de alimentos de má qualidade, evidenciando a relevância da qualidade dos alimentos além da mera quantidade. Um dos conceitos introduzidos pelo autor é o de "fome oculta", que se refere à falta de nutrientes essenciais nos alimentos consumidos, mesmo quando a quantidade de alimentos ingeridos é suficiente. Essa abordagem ressalta a importância não apenas de ter acesso a alimentos, mas também de garantir uma dieta nutricionalmente balanceada, sublinhando que a fome é um problema estrutural e social que afeta a sociedade como um todo, influenciando a saúde física, o desenvolvimento da população e a qualidade de vida em geral (Jonsson, 1986).

Seguindo essa linha de análise, Abramovay (1998) na década de 1990 amplia a discussão ao apresentar duas definições de fome que transcendem as questões meramente fisiológicas. A primeira aborda a fome calórica, relacionada à ingestão insuficiente de calorias para suprir as necessidades energéticas do corpo, enquanto a

segunda é a fome parcial, que considera não apenas a quantidade, mas também a qualidade e diversidade dos alimentos consumidos.

Abramovay também reconhece a influência de fatores sociais e econômicos, como desigualdade de renda e falta de acesso a recursos, na ocorrência da fome. Essas definições destacam a necessidade de abordagens abrangentes para combater a fome, não apenas garantindo o acesso a alimentos, mas também promovendo a equidade social e econômica, alinhando-se à visão de Jonsson sobre a importância de uma dieta nutritiva e a integração dos aspectos estruturais e sociais do problema.

Em "Raízes da Fome", Minayo (1985) amplia essa perspectiva ao contextualizar a fome dentro das complexas relações econômicas, socioeconômicas e políticas. A autora não a vê apenas como um problema de saúde, mas como um fenômeno que interage entre diversas dimensões, como a biologia, a sociedade e a história. Minayo considera a fome um intermediário entre a vida e a morte, enfatizando que ela transcende a mera privação alimentar e se revela como uma consequência de estruturas sociais injustas e desigualdades profundas. Essa abordagem ressalta a necessidade de um olhar amplo e integrado sobre a fome, compreendendo suas raízes históricas, políticas e socioeconômicas, o que reforça a importância de soluções que abordem não só o aspecto nutricional, mas também as desigualdades estruturais e políticas que perpetuam o problema.

No contexto do debate internacional, o Committee on World Food Security (CFS) define a fome com base em duas expressões distintas em inglês: "*hunger*" (fome) e "*famine*" (fome aguda). "*Hunger*" refere-se à falta de acesso a uma quantidade adequada de energia na dieta, o que compromete o nível regular de atividade física e pode levar à desnutrição e, em casos extremos, à morte. Em contraste, "*famine*" descreve uma escassez severa e súbita de alimentos que resulta em fome aguda, afetando um grupo específico de pessoas em uma área geográfica delimitada. Essa situação de emergência é caracterizada por uma falta tão intensa de alimentos que coloca em risco imediato a sobrevivência da população afetada (CFS, 2012).

Embora esses conceitos enfoquem principalmente o aspecto biológico da fome, evidenciando a necessidade de ingestão de alimentos para suprir as necessidades do corpo, é crucial reconhecer que eles não abordam completamente a dimensão social e cultural do problema. Assim, a compreensão da fome deve ir além da mera privação

alimentar, integrando também as variáveis sociais e culturais que influenciam o acesso e a qualidade dos alimentos disponíveis.

As reflexões apresentadas indicam que a fome vai além das questões puramente biológicas, configurando-se como uma manifestação complexa e multifacetada, intrinsecamente ligada a condições sociais, econômicas e políticas. Conforme destacado por Freitas (2003), a fome surge como um resultado da formação de uma sociedade dividida em classes, onde as desigualdades sociais desempenham um papel central na perpetuação desse fenômeno. Nesse sentido, adotar uma visão ampliada da fome é crucial, considerando suas raízes históricas e estruturais.

Além disso, ao longo da história, a fome frequentemente foi erroneamente atribuída ao crescimento populacional, desviando a atenção das suas verdadeiras causas. Nesse contexto, as pesquisas de Amartya Sen (1981) oferecem uma perspectiva esclarecedora e crucial. Sen argumenta que as crises alimentares em massa observadas em diversos países africanos e asiáticos durante o século XX não foram causadas pela escassez de alimentos, mas pela diminuição da renda das pessoas, que as impediu de adquirir a comida necessária. Ele ressalta que o acesso aos alimentos está intimamente ligado ao status social e à representação política, evidenciando que a fome resulta de desigualdades estruturais e da falta de mecanismos que garantam direitos de troca adequados. Assim, a visão de Sen amplia a compreensão de que a fome é sustentada por desigualdades profundas e não meramente pela disponibilidade de alimentos.

Nesse sentido, Sen (1981) introduz o conceito de direito à alimentação ao abordar a questão da fome. Questiona a ênfase exclusiva no aspecto biológico da nutrição e destaca os determinantes sociais da fome, que muitas vezes são negligenciados no discurso dominante e posteriormente minimizados sob o termo "desnutrição". Essa abordagem ressalta a importância de considerar as desigualdades sociais, a representação política e os sistemas de troca econômica ao examinar a fome. Ao fazê-lo, Sen coloca em foco a necessidade de políticas que abordem não apenas a disponibilidade de alimentos, mas também as estruturas sociais e econômicas que limitam o acesso das pessoas à alimentação adequada.

Essa contribuição destacou a importância de abordar não apenas a produção de alimentos, mas também as questões de justiça social, igualdade de acesso e distribuição de recursos. Para ele o combate efetivo à fome requer uma abordagem que inclua políticas públicas voltadas para a redução de desigualdades, o

fortalecimento das capacidades das pessoas e a promoção de sistemas alimentares mais equitativos e sustentáveis.

No contexto brasileiro, é crucial observar que as iniciativas para combater a fome avançaram de forma lenta até os anos 1980 e 1990. Nesse período, foram implementados diversos programas voltados para o combate à desnutrição, mas ainda não existiam políticas públicas abrangentes para enfrentar a fome e a pobreza de maneira integrada. De acordo com Freitas (2003), a influência do pensamento naturalista contribuiu para diluir a compreensão sobre a verdadeira natureza do problema da fome, frequentemente reduzida a uma questão de escassez de alimentos. Além disso, o discurso governamental do estado de bem-estar social tratava a fome e a inanição como emergências isoladas, como se fossem eventos acidentais que ocorressem exclusivamente entre os mais pobres, em vez de reconhecer a fome como um problema estrutural e persistente.

Por outro lado, a abordagem mais recente traz uma perspectiva crítica a essas definições tradicionais. Segundo Ribeiro Júnior (2008), a fome é frequentemente abordada por meio de definições quantitativas que se concentram na escassez de calorias e nutrientes essenciais para a sobrevivência. Essas definições são importantes para entender o aspecto fisiológico da fome, refletindo a insuficiência de alimentos para atender às necessidades básicas do organismo.

No entanto, Ribeiro Júnior destaca que essas definições quantitativas podem ser limitadas ao desconsiderar as complexas interações sociais, econômicas e culturais que contribuem para a ocorrência da fome. Nesse contexto, o conceito de insegurança alimentar tem ganhado destaque como uma abordagem mais abrangente para compreender a realidade da fome, reconhecendo a importância das dimensões sociais e estruturais envolvidas. Assim, é fundamental adotar uma linguagem que reflita a gravidade da situação, evitando minimizações que desvirtuem a essência do problema.

Escoda (2002) enfatiza que os termos "desnutrição" e "subnutrição" são eufemismos para descrever a fome endêmica, uma vez que buscam amenizar a gravidade e o impacto profundo que o conceito de fome possui. Essa visão destaca a necessidade de enfrentar a realidade da fome de forma direta, reconhecendo sua natureza radical e suas consequências devastadoras para milhões de pessoas em todo o mundo. Portanto, a utilização de uma terminologia adequada é crucial para que

a discussão sobre a fome reflita sua real magnitude e mobilize esforços efetivos para combatê-la.

Nesse sentido, Costa (1982) argumenta que os termos "desnutrição" e "subnutrição" não carregam a mesma conotação social e impacto que o termo "fome". Enquanto os primeiros descrevem a falta de nutrientes específicos ou deficiências alimentares, o termo "fome" abrange uma dimensão mais ampla e profunda. Costa explica que o conceito de fome se refere a

[...] uma dimensão da totalidade da vida, enquanto não satisfação de necessidades historicamente determinadas, no que diz respeito à ingestão em quantidades e/ou qualidades insuficientes de alimentos. A desnutrição é a dimensão "biológica", o resultado objetivo da fome. [...] O termo desnutrição, sistematicamente utilizado nas investigações, na linguagem médica e no discurso das camadas dominantes, carregado no seu biologicismo, apresenta-se vazio da conotação social que o termo fome traz (Costa, 1982, p. 16 e 178).

Portanto a palavra "fome" evoca uma imagem mais ampla e profunda da escassez de alimentos, relacionada à pobreza, desigualdade e injustiça social. Expõe uma realidade de violência e sofrimento com a privação constante de comida sendo essencial reconhecer a importância do termo "fome" e sua conotação social, a fim de enfrentar de forma mais efetiva os desafios associados à falta de acesso adequado aos alimentos e promover soluções abrangentes que abordem não apenas a desnutrição, mas também as causas estruturais subjacentes à fome.

Nesse contexto, nos anos 1970, a FAO e o Banco Mundial introduziram um novo termo em substituição à fome; a insegurança alimentar. Esse termo tem sido frequentemente utilizado como um eufemismo para abordar a falta de acesso adequado à alimentação e seus impactos na saúde das pessoas. A popularidade do conceito na indústria, na política e no meio acadêmico reflete a busca por uma abordagem mais abrangente e multidimensional do problema.

No entanto, conforme Ribeiro Júnior (2008), essa abordagem pode limitar a compreensão e diluir a potência do conceito de fome em si. É fundamental reconhecer que a fome não é apenas uma questão de segurança ou insegurança alimentar, mas também uma questão de direitos humanos, justiça social e desigualdade.

Sendo assim, a complexidade da fome exige um debate mais aprofundado que vá além da simples quantificação. Ao substituir o termo fome por outros conceitos, como desnutrição e insegurança alimentar, corre-se o risco de diluir seu significado original. Portanto, é essencial seguir o caminho traçado pelas palavras de Josué de Castro, reconhecendo que a fome é um fenômeno intrinsecamente ligado a questões

sociais, históricas e econômicas. Ao adotar uma abordagem interdisciplinar e comprometida em compreender as raízes e as consequências da fome, podemos desenvolver soluções mais eficazes e sustentáveis para enfrentar esse desafio global.

Nesse contexto, no início do século 20, especialmente após a Primeira Guerra Mundial, a questão da fome global ganhou destaque devido às devastadoras consequências econômicas e sociais deixadas pela guerra. A situação se agravou ainda mais durante a Segunda Guerra Mundial, à medida que a devastação se espalhou para além das fronteiras europeias, afetando o sistema econômico mundial como um todo.

A partir desse ponto, o combate à fome e à pobreza emergiu como um fator estratégico essencial para a manutenção do controle político e a estabilidade global. Embora os Estados Unidos, paradoxalmente, desempenhem um papel significativo na imposição de fome global através de guerras e sanções, também assumiram uma liderança importante na discussão sobre a fome, reconhecendo a necessidade de tratá-la como um problema global. Foi nesse contexto de pós-guerra que, em 1945, foi criada a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A FAO surgiu como uma iniciativa crucial para articular e planejar ações internacionais direcionadas ao enfrentamento da fome em uma escala global, buscando coordenar esforços para mitigar a insegurança alimentar e promover a segurança alimentar mundial.

Assim, a criação da FAO e a articulação da Estratégia Global contra a Fome representam um esforço internacional significativo para enfrentar a questão da fome de maneira coordenada e abrangente. Reconhecendo a fome como um desafio complexo e multifacetado, essas iniciativas buscam implementar ações conjuntas e sustentáveis que visam não apenas mitigar a escassez de alimentos, mas também promover um sistema alimentar mais justo e eficiente (IPEA, 2014).

Nesse contexto de busca por soluções eficazes, surgiram abordagens específicas para enfrentar a fome. Durante esse período, as causas da fome estavam intimamente ligadas à produção de alimentos, marcada por escassez de estoques e baixa produtividade agrícola em diversos países. Isso impulsionou a adoção de uma política internacional focada na ampliação da produção alimentar, conhecida como "Revolução Verde".

Embora a Revolução Verde tenha contribuído para o aumento da produção agrícola, ela também trouxe uma série de contradições. O projeto não se limitou a

incrementar a oferta de alimentos, mas incluiu a implementação de pacotes tecnológicos baseados em insumos químicos e agrotóxicos, que comprometeram a segurança alimentar e nutricional e elevaram a dependência dos agricultores desses produtos. Consequentemente, essas práticas afetaram negativamente a soberania alimentar e não resolveram o problema da fome em várias regiões.

Além disso, é fundamental reconhecer que a fome não é apenas um subproduto das deficiências na produção ou distribuição de alimentos; ela também pode ser utilizada de forma ativa e deliberada como uma ferramenta de opressão e controle. Em muitos contextos, especialmente em regiões marcadas por conflitos e instabilidade política, a fome tem sido empregada como uma arma de guerra.

Em países da Ásia, África, América Latina e Caribe, como a Venezuela e o Haiti, a fome foi intensificada por governos e grupos armados que, ao manipular o acesso aos alimentos, buscam enfraquecer populações e consolidar o poder. Essa instrumentalização da fome exacerba as desigualdades existentes e perpetua ciclos de pobreza e desnutrição, demonstrando que o problema da fome é profundamente enraizado em dinâmicas sociais, políticas e econômicas complexas.

Essa perspectiva mais abrangente sobre os determinantes da fome foi enfatizada durante a I Conferência Mundial de Alimentação das Nações Unidas, realizada em 1974 em Roma. Jonsson (1986) destaca que a conferência representou uma mudança significativa na compreensão dos fatores que contribuem para a fome. Na declaração final, ficou evidente que a fome não é apenas resultado da escassez de alimentos, como acreditava-se, mas também de outros fatores intrinsecamente relacionados. A declaração afirmava que:

As causas da nutrição inadequada são muitas e intimamente inter-relacionadas, incluindo limitações ecológicas, sanitárias e culturais, mas a causa principal é a pobreza. Isto, por sua vez, resulta dos padrões de desenvolvimento socioeconômico, que na maioria dos países mais pobres têm-se caracterizado por um alto grau de concentração de poder, riqueza e renda nas mãos de relativamente pequenas elites compostas de indivíduos ou grupos nacionais ou estrangeiros (FAO, 1974 apud Jonsson, 1986, p. 49).

Para Jonsson (1986), há uma estreita relação entre os fenômenos da fome e da pobreza, sendo que os determinantes da fome e da pobreza estão profundamente interligados. Ambos os problemas não podem ser combatidos isoladamente e requerem estratégias de desenvolvimento mais abrangentes. O autor ressalta que, em uma sociedade, quanto mais pobre é um agregado familiar, maior é o peso relativo dos gastos com alimentos em relação à sua renda total. Isso significa que as famílias

mais pobres enfrentam maiores dificuldades em obter alimentos suficientes, o que afeta seu acesso a outros bens e serviços básicos.

Ainda segundo o autor, essa relação entre fome e pobreza reforça a necessidade de abordagens integradas no combate a esses problemas. Simplesmente aumentar a disponibilidade de alimentos não é suficiente se as pessoas não têm recursos financeiros para adquiri-los. Portanto, é fundamental implementar estratégias de desenvolvimento que abordem tanto a pobreza quanto a fome, buscando melhorar o acesso a alimentos e garantir uma distribuição mais justa de recursos. Isso implica em políticas sociais, econômicas e políticas que promovam o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a igualdade de oportunidades, visando superar tanto a fome quanto a pobreza.

Essa abordagem integrada é igualmente relevante para compreender e enfrentar os problemas relacionados à fome e à pobreza no contexto brasileiro. De acordo com Silva, Grossi e França (2010), existem dois exemplos claros desses problemas no Brasil. O primeiro exemplo destaca que a alta taxa de pobreza no país está diretamente ligada à estrutura desigual de distribuição de renda e oportunidades de inclusão social. Isso significa que a pobreza no Brasil não é resultado apenas de escassez de recursos, mas sim de uma má alocação desses recursos. A desigualdade social é o principal determinante da pobreza, e é necessário abordar as disparidades na distribuição de recursos para combater efetivamente a pobreza. Portanto, assim como no contexto global, a solução para a pobreza e a fome no Brasil requer uma abordagem holística e integrada que vá além da simples oferta de alimentos, focando também na justiça social e econômica.

O segundo aspecto destacado é a distribuição desigual da pobreza em diferentes regiões do país. Existem áreas que são excluídas e apresentam concentração de pessoas em situação de pobreza, com famílias enfrentando condições precárias. Nesses locais, muitas vezes há uma solidariedade local entre as comunidades para garantir a sobrevivência. A fome também se concentra de forma heterogênea no espaço, o que significa que as ações de combate à fome devem ocorrer em diferentes níveis da organização social. Portanto, as políticas públicas de combate à pobreza devem priorizar a redução das desigualdades sociais, reconhecendo que a fome e a pobreza são problemas complexos que requerem abordagens multidimensionais. A luta contra a fome e a pobreza exige ações em

diferentes frentes e uma abordagem integrada para enfrentar as desigualdades estruturais e regionais (Silva; Grossi; França, 2010).

Neste contexto, a interrupção do ciclo de fome e exclusão requer a adoção de um novo modelo de desenvolvimento econômico que priorize o crescimento com distribuição de renda. Isso implica em fortalecer o mercado interno, garantindo a soberania alimentar, bem como a geração de empregos e melhoria de salários. A intervenção do Estado, nesse sentido, é crucial para alcançar esses objetivos, pois é necessário que o governo implemente políticas que integrem ao mercado de consumo de alimentos aqueles que estão excluídos do mercado de trabalho ou possuem renda insuficiente para garantir uma alimentação adequada para suas famílias (Belik; Silva; Takagi, 2001).

Para isso, o Estado deve adotar medidas emergenciais ou permanentes, tais como tornar o acesso à alimentação mais acessível para a população de baixa renda em situação de vulnerabilidade à fome. Além disso, é importante incentivar o crescimento da oferta de alimentos de baixo custo, seja por meio do autoconsumo ou da produção de subsistência. Também é essencial incluir as famílias por meio do aumento da renda, da universalização dos direitos sociais e do fornecimento de mecanismos que garantam o acesso a alimentos (Belik; Silva; Takagi, 2001). Dessa forma, a criação de um sistema de proteção social robusto pode contribuir significativamente para a redução da fome e a promoção da inclusão social.

Essas ações visam reduzir as desigualdades sociais e garantir o direito fundamental à alimentação digna. O Estado desempenha um papel central na promoção da segurança alimentar, adotando políticas e programas que abordem os determinantes estruturais da fome e da pobreza. Em suma, a construção de um sistema alimentar mais justo e inclusivo requer ações coordenadas do Estado, que atue como agente facilitador na promoção da segurança alimentar e na superação da fome. Ao adotar medidas para ampliar o acesso aos alimentos, incentivar a produção de alimentos de baixo custo e garantir a renda das famílias, é possível construir uma sociedade mais equitativa, onde todos tenham o direito fundamental de se alimentar adequadamente (Silva; Grossi; França, 2010).

É importante ressaltar que, embora as indicações mencionadas anteriormente sejam fundamentais, elas não são suficientes para resolver completamente o problema da fome e garantir a segurança alimentar da população. As medidas emergenciais, como doações de cestas básicas e programas de transferência de

renda, são essenciais para atender às necessidades imediatas daqueles que estão em situação de vulnerabilidade. No entanto, essas ações oferecem alívio temporário e não abordam as causas estruturais da fome.

Para alcançar resultados duradouros, é crucial adotar uma abordagem abrangente que combine ações emergenciais com estratégias estruturais. É necessário promover o desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável, o que inclui a geração de emprego e renda, o incentivo à agricultura familiar, a implementação de políticas de reforma agrária e o apoio a iniciativas como hortas urbanas. Essas medidas visam fortalecer a produção de alimentos local, aumentar a autonomia das comunidades e reduzir a dependência de sistemas alimentares globais que são vulneráveis a crises. Apenas com uma abordagem integrada será possível enfrentar de maneira eficaz as raízes da fome e garantir uma segurança alimentar duradoura.

Nesse sentido, a conexão entre fome e desigualdade econômica torna-se evidente, pois a fome está profundamente enraizada na disparidade do acesso aos recursos alimentares. No contexto atual, a fome está diretamente associada à desigualdade e ao empobrecimento. O sistema capitalista, ao perpetuar desigualdades econômicas, cria uma disparidade significativa no acesso aos alimentos, deixando muitos sem condições adequadas de alimentação.

Essa relação é ilustrada pelo fato de que a carência alimentar está intrinsecamente ligada ao déficit de renda. Este déficit varia conforme a disponibilidade de recursos financeiros em relação ao custo de uma dieta básica. Como ressaltam Lavinas et al. (2000),

O grau de carência alimentar depende essencialmente do déficit de renda registrado por uma família ou indivíduo [varia] bastante, em função da renda disponível vis-à-vis o patamar básico de uma dada pauta de alimentos. Graus agudos de carência de alimentar podem ser sinônimos de fome [...] (Lavinas et al., 2000, p. 6).

Essa perspectiva é reforçada pela análise de Rocha et al. (2004), que demonstra que a pobreza extrema frequentemente impede o acesso a uma alimentação suficiente e de qualidade. A pobreza absoluta, associada à falta de recursos básicos para a sobrevivência, resulta na incapacidade de atender às necessidades mínimas de vida. Por sua vez, a desigualdade de renda está intimamente ligada à persistência da pobreza absoluta, que leva à privação dos meios básicos de subsistência e, consequentemente, à insegurança alimentar e à fome.

Nesse sentido, a atualidade revela que a implementação de um sistema alimentar equitativo enfrenta desafios significativos devido ao ideário neoliberal predominante. O ideário neoliberal, que prioriza os interesses dos mercados financeiros sobre as necessidades coletivas, frequentemente trata o acesso à alimentação como uma oportunidade de lucro. Dessa forma, para superar a pobreza extrema e a desigualdade de renda, é crucial que um sistema alimentar verdadeiramente equitativo garanta que todos os indivíduos tenham acesso a alimentos de qualidade, no momento adequado e de acordo com suas preferências e escolhas. Esses desafios são ainda mais complexos devido ao legado histórico de exploração e desigualdade, particularmente na América Latina.

Ao longo da história, o desenvolvimento da América Latina foi moldado pela influência dos colonizadores, o que contribuiu para a perpetuação da pobreza, da fome e de várias mazelas sociais nesses países. Essa realidade tem sido em parte influenciada pelo conformismo social e pelas estruturas econômicas e sociais herdadas do colonialismo, que dificultam a superação desses desafios. A persistência de estruturas coloniais e suas consequências revela a necessidade de uma análise aprofundada das relações de produção e suas implicações sociais. (Iamamoto; Carvalho, 2001).

Essas dinâmicas históricas ressaltam a importância de se analisar não apenas as consequências da colonização, mas também como as relações de produção moldam a vida social na América Latina. A interdependência entre indivíduos e comunidades, caracterizada pela colaboração e pela troca, é essencial para compreender como as sociedades enfrentam os desafios da pobreza e da fome. Ao refletir sobre essas interações, podemos ver como as estruturas sociais e econômicas atuais continuam a ser influenciadas por legados do passado, criando um cenário que demanda uma compreensão mais profunda das relações sociais que sustentam a produção e a reprodução da vida.

Nesse contexto, as ideias de Marx, conforme expostas em sua obra, oferecem uma perspectiva valiosa sobre a interdependência das relações sociais e econômicas. Marx argumenta que os tempos econômicos não se definem apenas pelo que é produzido, mas também pela maneira como a produção é organizada e como o sistema econômico funciona. Inicialmente, o processo produtivo ocorria de forma isolada; no entanto, com o tempo, surgiram diferentes formas de comunidade nas quais os indivíduos passaram a depender uns dos outros para atender às suas

necessidades. Marx destaca que o ser humano não pode viver de forma isolada, sendo essencialmente um ser social que necessita das interações com outros para participar e contribuir para as diversas formas de produção e reprodução (Marx, 2013).

No modo de produção capitalista, os processos de trabalho são orientados para a produção de mercadorias. Essas mercadorias têm um valor de uso, ou seja, são feitas para satisfazer as necessidades das pessoas. No entanto, para se tornarem mercadorias, é necessário adicionar um valor de troca, que é determinado pelo trabalho necessário para produzi-las. O valor de troca de uma mercadoria está relacionado ao tempo médio de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Esse tempo de trabalho inclui não apenas o esforço físico direto, mas também o tempo necessário para adquirir as habilidades e conhecimentos requeridos para a produção. O valor de troca é expresso em termos monetários, ou seja, o preço da mercadoria. No entanto, no sistema capitalista, o objetivo não é apenas recuperar o custo de produção da mercadoria, mas também obter um lucro. O valor das mercadorias excede o seu preço real, o que significa que o valor adicionado durante o processo de produção é apropriado pelo capitalista como lucro (Sandroni, 2002).

No sistema capitalista, os salários são estabelecidos com base no tempo de trabalho socialmente necessário para produzir as mercadorias essenciais à sobrevivência e reprodução dos trabalhadores. O valor do trabalho como mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho envolvido na produção das mercadorias necessárias para sustentar os trabalhadores. Essa relação entre o tempo de trabalho e a remuneração é uma característica fundamental das relações de trabalho no capitalismo (Marx, 2004).

Além do trabalho, a própria vida do trabalhador é tratada como uma mercadoria, cujo valor está vinculado ao capital. A subsistência do trabalhador depende da venda de sua força de trabalho em troca de um salário. Os salários são estabelecidos como o mínimo necessário para que os trabalhadores possam sustentar-se e reproduzir sua força de trabalho, evitando sua extinção. O valor do trabalho como mercadoria tende a diminuir ao longo do tempo (Netto; Braz, 2006).

Na lógica do capitalismo, os trabalhadores são vistos principalmente como meios para a obtenção de lucro, e não como indivíduos com necessidades e dignidade. Eles enfrentam a difícil escolha de vender sua força de trabalho por um valor abaixo do seu verdadeiro valor, sujeitando-se a condições precárias de trabalho que prejudicam sua saúde e bem-estar, ou recusar essas condições e enfrentar a

perspectiva de fome e sofrimento. Esse dilema exemplifica a exploração sistemática que está no cerne do capitalismo e que se reflete na perpetuação da desigualdade e da pobreza. O sistema capitalista impõe essa dicotomia aos trabalhadores, perpetuando a exploração e a desigualdade (Netto; Braz, 2006).

No contexto do capitalismo, a acumulação de riqueza conduz ao empobrecimento dos trabalhadores, devido à exploração inerente ao sistema. Os trabalhadores mais pobres vivem e trabalham em condições extremamente precárias. Essa situação é uma manifestação direta da contradição fundamental entre o desenvolvimento capitalista e o agravamento da pobreza, que se torna uma característica central da acumulação capitalista. Nas economias dependentes, essa situação é ainda mais grave devido à intensa exploração da força de trabalho. Consequentemente, a insegurança alimentar entre os trabalhadores permanece em níveis elevados, uma vez que o acesso aos meios de obtenção de alimentos é claramente determinado pela posição de classe no processo de produção social (Valente, 1986).

Em uma sociedade capitalista, onde o acesso aos recursos é mediado por relações de compra e venda, aqueles que carecem de recursos financeiros enfrentam grandes desafios para assegurar sua subsistência, especialmente no que diz respeito à alimentação. A ausência de dinheiro restringe severamente o acesso à riqueza socialmente produzida, incluindo os alimentos, perpetuando a fome entre a classe trabalhadora e os segmentos mais empobrecidos da sociedade. Nesse contexto, a fome está diretamente ligada às condições de pobreza vividas por esses grupos. A classe trabalhadora, frequentemente lutando para garantir suas necessidades básicas, incluindo um acesso adequado a alimentos, enfrenta uma série de barreiras que exacerbam essa situação. O consumo da classe trabalhadora na produção de alimentos é negligenciado por várias razões, que contribuem para a persistência da fome:

A fome está intimamente relacionada à pobreza. Em verdade, a pobreza pode frequentemente ser medida pela prevalência da fome. Mas fome não é equivalente a pobreza, na medida em que alguns países as pessoas são pobres, mas não são famintas. Ao mesmo tempo, pobreza é muito mais que fome, tendo em vista que em alguns países as pessoas não só passam fome como também são privados da maioria de seus direitos humanos (Valente, 1986, p. 51).

Essa complexa relação entre fome e pobreza ilustra como as condições de vida podem ser moldadas por sistemas políticos e econômicos, destacando a importância

das estruturas de poder na perpetuação dessas condições. No contexto das relações de poder e controle presentes na sociedade capitalista, a manipulação da alimentação e das condições de vida dos indivíduos pode se tornar uma política de opressão, perpetuando a fome como uma forma de controle social (Mbembe, 2019).

Ao privar as pessoas de acesso adequado aos alimentos, cria-se um ambiente de medo e dependência, em que as condições estruturais são moldadas de maneira a tornar os indivíduos vulneráveis e dependentes para poderem trabalhar. Quando ações efetivas para combater a fome são negligenciadas e a alimentação adequada é negada, a fome se torna uma decisão política que determina quem é valorizado e quem é marginalizado na sociedade. Essa dinâmica define quem é considerado descartável e dispensável, refletindo uma hierarquia de importância e valor atribuídos às vidas humanas (Mbembe, 2019).

Nesse contexto, as contradições do sistema capitalista se tornam evidentes. Para Iamamoto (1983), essas contradições estão intrinsecamente ligadas às questões sociais, criando disparidades e desigualdades entre a classe trabalhadora e a burguesia. Iamamoto ressalta que a

[...] questão social é aprendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 2004, p. 27).

Além disso, as desigualdades raciais, étnicas, religiosas e de gênero também desempenham um papel significativo na perpetuação dos problemas sociais. Essas formas de discriminação e exclusão resultam em uma distribuição desigual de recursos e oportunidades, afetando negativamente grupos específicos da população e ampliando as disparidades existentes. De acordo com Pastorini (2007), os problemas sociais mencionados surgem das contradições inerentes ao sistema capitalista. No entanto, é crucial entender que as características específicas desses problemas podem variar de acordo com as particularidades históricas, econômicas e políticas de cada país ou região.

Nesse contexto, embora existam avanços na legislação e nas políticas relacionadas à segurança alimentar, o direito humano à alimentação adequada ainda é frequentemente violado pelo Estado e pela sociedade civil. Ainda que existam mecanismos legais e institucionais destinados a promover e proteger a segurança

alimentar, a implementação efetiva dessas medidas muitas vezes é insuficiente no processo de desenvolvimento do sistema capitalista.

O conceito [de fome] passa a ter também um caráter crítico, como resultado direto do processo do desenvolvimento do sistema capitalista. A fome como consequência do subdesenvolvimento e ao mesmo tempo o seu motor. Com essa postura mais arrojada, em contraste com seus primeiros escritos, Josué de Castro chega a afirmar que a fome não é mais do que a mais trágica expressão do desenvolvimento dos países mais ricos que se sustentam na exploração dos países mais pobres, provocando-lhes não só a fome quantitativa, aguda ou manifesta, mas também a fome qualitativa ou oculta (Nascimento, 2009, p. 204).

Até o início do século XX, a fome no Brasil não era amplamente reconhecida como uma questão social que exigisse intervenção estatal. Ela era frequentemente abordada apenas sob a ótica médica e nutricional, ou considerada um fenômeno natural, causado por condições climáticas adversas ou escassez de recursos. Durante esse período, faltava uma compreensão mais profunda da fome como um problema estrutural, ligado a questões econômicas, políticas e sociais. A visão predominante enxergava a fome como uma consequência de problemas isolados na produção ou distribuição de alimentos, sem uma análise abrangente de suas causas subjacentes (Nascimento, 2009).

Essa visão limitada é desafiada por Freitas (2003), que destaca a importância de compreender a fome não apenas como uma condição clínica ou uma doença da pobreza, mas sim dentro de seu contexto histórico e social mais amplo. Freitas argumenta que a abordagem médica da fome, centrada na desnutrição, tende a obscurecer as verdadeiras razões sociais subjacentes à sua persistência.

Ao contextualizar a fome em sua dimensão histórica e social, o autor sublinha que a fome não deve ser vista como um fenômeno natural, mas sim como um resultado direto das relações sociais e das estruturas econômicas e políticas que moldam a sociedade. Essa perspectiva permite uma compreensão mais profunda de como a fome se entrelaça com as desigualdades sociais e econômicas, enfatizando que a sua persistência é fruto de um sistema que perpetua e acentua as disparidades existentes. Nesse sentido,

A fome é produzida pelas condições sociais, econômicas e políticas dadas por um modelo estrutural e/ou conjuntural, correspondente ao poder aquisitivo, a produção de alimentos e os efeitos das crises econômicas sobre a pobreza. Ou melhor: a fome crônica torna-se a expressão de uma sociedade com desigualdades extremas, cuja erradicação implicaria, necessariamente, transformações sociais. Essas abordagens, que tratam do corpo na sociedade (a dificuldade de acesso ao alimento e os modos de inserção social dos indivíduos no processo produtivo), são sempre reinterpretadas para contextualizarem e contestarem a permanente ausência

de políticas públicas eficazes para reverter esse quadro social (Freitas, 2003, p. 34).

No contexto do sistema capitalista, a classe trabalhadora é marginalizada e explorada, o que resulta em condições precárias de trabalho, baixos salários e falta de garantia de direitos sociais. Essas condições adversas dificultam o acesso dos trabalhadores aos alimentos necessários para uma alimentação adequada, levando à fome e à insegurança alimentar. De acordo com Valente (1986), entre a classe trabalhadora, os níveis de fome tendem a se manter estáveis ao longo do tempo devido à forma como os meios de obtenção de alimentos são estruturados na sociedade. A autora argumenta que a falta de acesso adequado a alimentos está intimamente ligada à pobreza e à miséria experimentadas pelos trabalhadores assalariados.

A exploração excessiva e as condições precárias de trabalho nos países latino-americanos têm contribuído para aprofundar os problemas sociais e aumentar a desigualdade. Os baixos salários pagos aos trabalhadores muitas vezes não são suficientes para garantir uma sobrevivência básica, o que leva a dificuldades ainda maiores na obtenção de alimentos adequados. Conforme mencionado por Valente (1986), o acesso à alimentação para os trabalhadores assalariados é limitado pelo seu salário, que muitas vezes é a única fonte de renda disponível. Os salários baixos deixam pouco espaço para gastos com alimentação adequada, levando a uma situação em que parte do fundo de consumo necessário para a sobrevivência dos trabalhadores é desviado para a acumulação de capital pelos empregadores. Esse fenômeno de exploração econômica não apenas compromete a capacidade de compra dos trabalhadores, mas também destaca a necessidade de medidas estruturais para melhorar a segurança alimentar e reduzir a pobreza.

Em paralelo, a questão da segurança alimentar revela uma complexidade adicional ao considerar a importância da posse da terra para a subsistência. A disponibilidade de terras é um fator crucial no combate à fome e na promoção da segurança alimentar, especialmente nas áreas rurais. A posse e o acesso à terra são indispensáveis para que as comunidades rurais possam cultivar alimentos de forma sustentável e assegurar sua própria subsistência. A segurança fundiária, que garante os direitos de posse e condições adequadas para o uso da terra, é essencial para manter a estabilidade e a produtividade agrícola. Assim, a garantia de segurança

fundiária enfrenta diretamente as questões estruturais que influenciam a segurança alimentar e a equidade social.

Quando os pequenos produtores rurais têm segurança fundiária, ou seja, possuem terras legalmente protegidas e com acesso a recursos e serviços de apoio, eles estão mais capacitados para investir em suas atividades agrícolas, melhorar sua produção e garantir sua subsistência alimentar. Nesse contexto, Carneiro (2023) enfatiza que a implementação de reformas agrárias que promovam a redistribuição da terra de forma justa e equitativa, acompanhadas de políticas e medidas de apoio aos pequenos produtores, tem sido apontada como uma estratégia eficaz no combate à fome e à pobreza rural. Carneiro enfatiza que a

[...] agricultura totalmente subordinada a empresas transnacionais, de agrobusiness, expropria os saberes etnobotânicos e etnoagrícolas, destrói os pequenos produtores, inviabiliza a reforma agrária, interfere no equilíbrio ecológico e concentra a renda. [...] Os desdobramentos de tal configuração nos países periféricos resultaram em especializações de monocultivos, crises de fome, depreciação de preços dos produtos tropicais de exportação e dependência estrutural do hemisfério sul aos mecanismos políticos, comerciais e financeiros que beneficiam os oligopólios internacionais (Carneiro, 2003, p. 42).

A relação entre a fome e a concentração fundiária no Brasil é um dos aspectos críticos que dificultam a erradicação da insegurança alimentar, especialmente nas áreas rurais. A concentração de terras nas mãos de poucos, perpetuada pela histórica resistência à implementação efetiva da Reforma Agrária, tem gerado um cenário onde vastas áreas são destinadas à produção de commodities para exportação, em detrimento da agricultura familiar voltada para a subsistência e o abastecimento interno. Essa estrutura agrária desigual reflete e acirra a fome, pois privilegia a produção para o mercado externo em vez de atender às necessidades alimentares locais, exacerbando a fome e a pobreza rural.

A luta pela terra, liderada por movimentos sociais e pequenos agricultores, enfrenta uma constante ofensiva do agronegócio, que, apoiado por políticas públicas e interesses econômicos poderosos, busca expandir suas fronteiras sobre territórios tradicionalmente ocupados por comunidades rurais. Nesse contexto, a concentração fundiária e a paralisação da Reforma Agrária se destacam como fatores críticos que perpetuam a fome. Essa dinâmica não apenas agrava a exclusão social e econômica dos pequenos produtores, limitando seu acesso à terra e aos recursos necessários para a produção de alimentos, mas também contribui para o aumento da fome e da pobreza em áreas rurais. Assim, a perpetuação da concentração de terras e a falta de

progressos na Reforma Agrária enfraquecem a soberania alimentar e comprometem os esforços para assegurar uma alimentação adequada e justa para todas as camadas da população.

Além das questões internas, os desafios para a soberania alimentar se estendem ao âmbito global, onde o comércio internacional desempenha um papel importante no abastecimento interno de alimentos de um país. As trocas comerciais de produtos agrícolas e alimentos podem suplementar a produção doméstica e garantir uma variedade de alimentos disponíveis no mercado interno. No entanto, é importante considerar que o comércio internacional de alimentos também pode ter impactos significativos na segurança alimentar e na soberania alimentar de um país.

Esse impacto é particularmente evidente na dependência excessiva de importações de alimentos pode enfraquecer a capacidade de um país de sustentar sua população de maneira autônoma, tornando-o vulnerável a flutuações nos mercados globais e a políticas comerciais externas. Essa perda de soberania alimentar compromete a segurança nacional, especialmente em tempos de crise, ao subordinar as necessidades alimentares locais aos interesses econômicos e políticos de outros países em detrimento da agroexportação.

Nesse contexto, Weissheimer (2006) acrescenta que o agronegócio é frequentemente associado a um modelo de produção agrícola voltado para a exportação, baseado em grandes propriedades, com uso intensivo de tecnologia e impactos no meio ambiente.

No entanto, a maior parte dos alimentos consumidos pela população é produzida pelos agricultores familiares. Agricultores estes, homens e mulheres, que sofrem uma constante pressão dos mecanismos que alimentam o processo de concentração de riqueza, propriedade e poder na sociedade brasileira. Assim, confrontar a estrutura agrária do país implica contestar o próprio modelo de desenvolvimento que privilegia, entre outras coisas, a grande propriedade, o mercado externo e a desregulamentação do trabalho na cidade e no campo (Weissheimer, 2006, p. 133).

Embora tenham ocorrido mudanças sociais e alimentares significativas nas últimas décadas, com avanços em programas de desenvolvimento e políticas voltadas para a redução da pobreza, essas melhorias não são uniformes e ainda enfrentam desafios persistentes. O fortalecimento das políticas neoliberais, que priorizam a liberalização dos mercados e a redução do papel do Estado, pode ter efeitos negativos sobre os mais vulneráveis, incluindo aqueles que enfrentam a fome. Portanto, a cooperação internacional, a participação das comunidades locais e o fortalecimento das instituições públicas são essenciais para enfrentar esses desafios, especialmente

em um contexto de pressões neoliberais e desigualdades estruturais que perpetuam a marginalização da agricultura familiar e exacerbam a situação de fome.

Nesse contexto, a trajetória sócio-histórica da fome se torna um campo de análise fundamental. Sendo necessário examinar as transformações ocorridas ao longo do tempo em relação ao acesso, disponibilidade e qualidade dos alimentos, bem como às políticas e estratégias adotadas para garantir a segurança alimentar das populações. Esta análise sócio-histórica revela como as políticas e práticas influenciaram a atual realidade da fome e da nutrição, fornecendo um entendimento mais profundo das dinâmicas que moldam a segurança alimentar contemporânea e apontando para possíveis caminhos para enfrentar a fome no futuro.

2.2 Recuperação Sócio-histórica da Fome

Para compreender a fome de forma abrangente, é essencial realizar uma retrospectiva sócio-histórica que revele as origens e os eventos que a moldaram ao longo do tempo. A trajetória da fome está intrinsecamente ligada a uma série de acontecimentos históricos globais que geraram desigualdades sociais profundas, cujos efeitos persistem até os dias atuais. Esta análise histórica permite identificar como fatores estruturais e socioeconômicos contribuíram para a perpetuação da fome, oferecendo uma perspectiva crítica sobre as dinâmicas que ainda influenciam a segurança alimentar no presente.

Ao aprofundarmos a compreensão da fome em sua complexidade histórica e social, é crucial destacar as diferentes manifestações desse problema. Como apontado por Ziegler (2013), é importante oferecer uma análise detalhada sobre as diversas formas que a fome assume no mundo contemporâneo, classificando-a em dois tipos principais: fome conjuntural e fome estrutural. A fome conjuntural é aquela que surge em decorrência de eventos específicos e temporários, como desastres naturais, conflitos armados, crises econômicas ou colapsos sociais, que interrompem temporariamente o abastecimento de alimentos e o acesso das populações a esses recursos. Embora grave, esse tipo de fome tende a ser passageiro e está diretamente relacionado a circunstâncias emergenciais.

Em contraste, a fome estrutural é uma condição crônica, profundamente enraizada em sistemas socioeconômicos injustos e desiguais. Este tipo de fome é sustentado por uma série de fatores, como a concentração de riqueza, a

marginalização de comunidades vulneráveis, a exploração dos recursos naturais e a ineficácia das políticas públicas. Além disso, Ziegler destaca que os grupos mais vulneráveis à fome na contemporaneidade incluem tanto os pobres das áreas rurais quanto os das áreas urbanas.

Esses grupos são os mais impactados pela falta de acesso a recursos essenciais, como água potável, eletricidade, serviços de saúde pública, educação e condições de higiene adequadas. Infelizmente, esse cenário de privação não é exclusivo dos tempos atuais; na verdade, ele tem raízes profundas que atravessam séculos na sociedade moderna. Para compreender a origem e a persistência dessas desigualdades, é fundamental remontar à Idade Média, estabelecendo-a como um ponto de partida para uma análise histórica mais aprofundada.

Como um marco definidor da Idade Média, o feudalismo se desenvolveu ao longo de cerca de mil anos, entre os séculos III e XV, estabelecendo um regime econômico, social e político baseado na relação servil de produção. Nesse sistema, a economia era predominantemente autossuficiente e focada na subsistência, com a vida centrada no campo. Os servos eram obrigados a trabalhar nas terras dos senhores feudais e tinham grande parte de sua produção confiscada por esses proprietários. Embora existissem terras comunais onde podiam plantar e coletar recursos como madeira, a crise e a subsequente instabilidade do sistema feudal levaram à eliminação dessas terras e à proibição do acesso a bosques e florestas (Vera, 2020).

Essa transformação no acesso aos recursos foi descrita por Marx (1988) como um processo de expropriação do campesinato, que acelerou a pobreza e a miséria dos camponeses. Os camponeses foram obrigados a migrar em massa para os emergentes centros urbanos, conhecidos como burgos, onde se depararam com novas formas de exploração e condições de vida ainda mais adversas.

Durante esse período, a agricultura dependia principalmente do uso de animais para o arado e do ferro na fabricação de ferramentas, ainda que de forma rudimentar. A produção de alimentos era marcada por tecnologias simples, deixando as colheitas altamente suscetíveis às variações climáticas, que impactavam diretamente a produção agrícola, resultando em uma oferta insuficiente de alimentos para a população. Esses desafios enfrentados na produção agrícola, exacerbados pelas condições climáticas imprevisíveis, culminaram em crises severas que marcaram a Idade Média, sendo a "grande fome" e a peste negra os exemplos mais devastadores.

A precariedade na produção de alimentos durante o período medieval agravou severamente a situação com a "Grande Fome", que ocorreu entre 1315 e 1317 e devastou a Europa. Esse evento catastrófico foi desencadeado por colheitas fracassadas devido a chuvas incessantes e inundações, resultando em uma escassez extrema de alimentos. A crise não só provocou uma alta mortalidade, mas também enfraqueceu a população, tornando-a ainda mais vulnerável a doenças. Poucas décadas após esse desastre, a peste negra, que começou a se espalhar pela Europa em 1347, dizimou milhões de pessoas e intensificou o sofrimento já causado pela fome (Brasil, 2013).

Essas crises expuseram de forma contundente as fragilidades do sistema feudal e a incapacidade da agricultura de subsistência em garantir a sobrevivência durante períodos de dificuldades. Dentro desse cenário, fica claro que a pobreza e a miséria, que frequentemente resultavam em fome, também eram uma realidade presente no período feudal. Naquela época, a fome assumia um caráter conjuntural, pois estava diretamente associada às intempéries climáticas, fatores além do controle da sociedade. A dependência de uma agricultura rudimentar e a ausência de recursos tecnológicos para enfrentar as variações climáticas tornavam a escassez de alimentos uma ameaça constante, agravando ainda mais as já precárias condições de vida da população.

A miséria e a fome no período feudal não eram apenas consequência das intempéries climáticas e da falta de recursos tecnológicos, mas também estavam profundamente enraizadas na divisão de classes e nas desigualdades sociais. A estrutura feudal, marcada pela concentração de terras e poder nas mãos de uma elite, deixava a maioria da população, especialmente os camponeses, em uma posição de extrema vulnerabilidade (Vera, 2020).

O baixo desenvolvimento das forças produtivas tornava a produção agrícola altamente suscetível a pragas e catástrofes naturais, eventos que frequentemente resultavam em longos períodos de fome e epidemias devastadoras nas regiões mais afetadas pela instabilidade. Dessa forma, a fome não era apenas uma consequência natural de desastres, mas também um reflexo das relações sociais desiguais que caracterizavam a sociedade feudal, onde a miséria era uma condição imposta pela organização econômica e social da época (Vera, 2020).

Considerando esse cenário, a fome, junto com as doenças que devastavam a população, provocou uma drástica redução nos índices demográficos. Esses fatores,

combinados com a influência das Cruzadas e outras dinâmicas sociais, contribuíram para que o sistema feudal entrasse em um ciclo crescente de crises, levando a diversas revoltas camponesas contra os senhores feudais. Diante dessa crise, o feudalismo não conseguiu se sustentar e acabou dando lugar a uma nova fase de transição: o surgimento do pré-capitalismo, ou capitalismo comercial, também conhecido como mercantilismo. Esse período, que se estendeu do século XV ao XVIII, foi marcado pelo florescimento do comércio e pela crescente consolidação de uma economia baseada nas atividades mercantis (Netto; Braz, 2006).

Essa transição histórica revela como a fome continuou a ser um fator devastador mesmo em períodos posteriores, como documentado por Engels no século XIX. Durante sua estada na Inglaterra, Engels (2010) denuncia que a fome foi a causa direta da morte de cerca de 30 pessoas. Ele também enfatiza que a população trabalhadora, na busca por alimentos, recorria a mercados improvisados nas próprias ruas, onde os cestos de legumes e frutas eram, em sua maioria, de péssima qualidade, tornando-os quase sempre impróprios para o consumo.

Além disso, a falta de uma alimentação adequada agravou outras doenças, tornando-as frequentemente fatais. Segundo Engels, as vítimas estavam tão debilitadas que enfermidades, que em circunstâncias normais poderiam ter sido superadas, evoluíram para quadros fatais, destacando a extrema gravidade das condições de vida enfrentadas por essas pessoas.

Engels chamou essa situação de "assassinato social", um termo que reflete como a sociedade, de maneira sistemática, pratica atos que levam à morte de pessoas por meio da negligência e da falta de assistência básica, como a alimentação adequada. Essa acusação ainda ressoa em nossa sociedade atual, onde muitas vidas continuam a ser perdidas por causas que poderiam ser evitadas com um compromisso maior com a justiça social e a equidade.

É importante destacar que, durante o período mencionado por Engels, a proteção social era praticamente inexistente. Aqueles que enfrentavam a pobreza e a fome dependiam quase que exclusivamente da Igreja para obter algum tipo de ajuda, uma vez que o Estado se esquivava de sua responsabilidade de garantir o bem-estar básico da população. O apoio governamental era bastante restrito, concentrando-se apenas em grupos específicos, como inválidos, crianças e idosos, por meio da Lei dos Pobres (Poor Laws) (Pereira, 2009).

A primeira Lei dos Pobres, vigente de 1536 a 1601, foi uma tentativa inicial de fornecer assistência aos necessitados, que eram divididos em duas categorias: capazes e incapazes. Essa legislação fazia parte das chamadas "Leis Elisabetanas" na Inglaterra, e seu principal objetivo era combater a mendicância. Aqueles classificados como "incapazes" — incluindo idosos, crianças e pessoas com deficiência — recebiam um subsídio em dinheiro. Por outro lado, os "capazes" eram obrigados a trabalhar para ter acesso a qualquer forma de apoio, refletindo uma abordagem que buscava responsabilizar os indivíduos pela sua própria subsistência (Pereira, 2006).

Pereira (2006) aponta que, para obter o benefício da primeira Lei dos Pobres, os indivíduos eram forçados a abdicar de seus direitos civis e eram internados em abrigos conhecidos como 'Workhouses'. Nesses locais, eram submetidos a trabalhos forçados e enfrentavam condições de maus-tratos. Em 1795, essa lei foi substituída pela Speenhamland Law, uma legislação pioneira no mundo para a transferência de renda aos necessitados, que estabelecia um subsídio mínimo baseado no preço do trigo.

No entanto, a implementação da Speenhamland Law resultou em consequências adversas; a generalização do subsídio levou a uma redução nos salários pagos pelos empregadores, especialmente pela aristocracia, que passaram a pagar menos aos seus trabalhadores, sabendo que eles complementariam a renda com o auxílio estatal. Essa lei teve uma vigência de 39 anos, mas acabou sendo criticada por ser um obstáculo ao desenvolvimento do emergente proletariado industrial e contribuiu para uma crescente pauperização da população assistida (Pereira, 2006).

A transição para o capitalismo comercial trouxe novas dinâmicas econômicas e sociais, mas a fome continuou a ser um problema persistente. O crescimento das cidades e a intensificação do comércio ampliaram as desigualdades, especialmente entre a burguesia emergente e a classe trabalhadora urbana. Com o desenvolvimento do mercantilismo, a economia europeia passou a depender cada vez mais do comércio internacional e da exploração colonial, onde a busca por lucro exacerbava a exploração das populações locais, muitas vezes resultando em escassez alimentar nas regiões exploradas. Esse período foi caracterizado pela consolidação do Estado-nação e pelo surgimento de políticas mercantilistas que priorizavam o acúmulo de riqueza pelas metrópoles europeias, muitas vezes às custas das colônias.

Nas colônias, a fome tornou-se uma ferramenta de dominação e controle social. A exploração desenfreada dos recursos naturais e a imposição de monoculturas para exportação reduziram a produção de alimentos para o consumo local, agravando a insegurança alimentar e a fome. O comércio triangular, que envolvia o tráfico de escravos, matérias-primas e produtos manufaturados, também contribuiu para a deterioração das condições de vida das populações nas colônias, que muitas vezes eram forçadas a abandonar a produção de alimentos para atender às demandas do mercado europeu (Fernandes, 2023).

Esse cenário foi agravado pelas sucessivas crises agrícolas e econômicas que marcaram o período. A concentração de terras nas mãos de poucos proprietários e a introdução de novos sistemas de cultivo voltados para a produção em larga escala resultaram na expulsão de camponeses de suas terras, um fenômeno que se intensificou com a revolução agrária do século XVIII. Desprovidos de seus meios de subsistência, esses camponeses migraram para as cidades em busca de trabalho, mas frequentemente encontravam apenas condições de vida degradantes e salários miseráveis. Como resultado, a fome tornou-se uma realidade cotidiana para muitos trabalhadores urbanos, que dependiam de mercados instáveis e de políticas públicas ineficazes para garantir sua alimentação (Fernandes, 2023).

A fome também desempenhou um papel crucial nas revoltas e nos movimentos sociais que emergiram durante esse período. A Revolução Francesa, por exemplo, foi em grande parte motivada pela crise econômica e pela fome que assolava a população, exacerbada pela má gestão do Estado e pela concentração de riqueza nas mãos da aristocracia. A famosa "Marcha das Mulheres a Versalhes" em 1789, onde milhares de mulheres protestaram contra a escassez e os altos preços dos alimentos, exemplifica como a fome pode se tornar um catalisador para mudanças sociais e políticas (Miranda, 2022).

Com o advento da Revolução Industrial no século XIX, novas formas de produção e organização do trabalho surgiram, transformando radicalmente a economia e a sociedade. No entanto, essas mudanças também trouxeram novos desafios no combate à fome. A industrialização acelerada levou à urbanização massiva e à criação de uma classe trabalhadora numerosa, que vivia em condições precárias nas cidades industriais. A concentração de fábricas e a poluição gerada pelas atividades industriais deterioraram as condições de saúde pública, contribuindo

para a propagação de doenças e para a desnutrição entre os trabalhadores (Lobo, 2007).

Lobo (2007) ressalta que a fome durante esse período deixou de ser vista apenas como um problema rural e passou a ser entendida como um fenômeno urbano, afetando principalmente os trabalhadores das novas fábricas. A precariedade dos salários, aliada às longas jornadas de trabalho e à falta de direitos trabalhistas, fazia com que muitos trabalhadores não conseguissem garantir uma alimentação adequada para si e suas famílias. A fome urbana tornou-se um reflexo das profundas desigualdades geradas pela industrialização e pela exploração do trabalho.

A resposta do Estado a essa nova realidade foi, em muitos casos, insuficiente e tardia. As primeiras tentativas de criar sistemas de proteção social, como as "Leis dos Pobres" na Inglaterra, mostraram-se inadequadas para lidar com a magnitude do problema. A resistência da classe dominante em reconhecer a fome como uma questão social e política a ser resolvida contribuiu para a perpetuação do sofrimento das classes mais baixas (Bastos, 2017).

À medida que o século XIX avançava, a fome persistia como um problema estrutural, especialmente nas áreas mais afetadas pela industrialização e pela exploração colonial. O impacto das políticas coloniais europeias sobre as populações locais foi devastador, principalmente na África, Ásia e América Latina. A imposição de culturas de exportação, como o algodão, o açúcar e o café, substituiu a produção de alimentos básicos, deixando muitas comunidades vulneráveis à fome. Essas regiões, ricas em recursos naturais, passaram a depender das importações de alimentos das metrópoles coloniais, que frequentemente priorizavam os mercados europeus em detrimento das necessidades locais.

Com a expansão imperialista europeia no final do século XIX e início do século XX, a fome tornou-se uma arma de guerra e de controle populacional. Durante a Primeira Guerra Mundial, por exemplo, o bloqueio naval britânico imposto à Alemanha resultou em uma grave escassez de alimentos, contribuindo para a morte de centenas de milhares de civis. A fome foi utilizada como um instrumento estratégico, tanto pelos Aliados quanto pelas Potências Centrais, para enfraquecer o inimigo e minar sua capacidade de resistência.

A situação não melhorou significativamente no período entre as duas guerras mundiais. A Grande Depressão, iniciada em 1929, exacerbou a fome em todo o mundo, à medida que o colapso econômico global levou ao desemprego em massa e

à queda dos preços agrícolas. As políticas de austeridade adotadas por muitos governos, visando equilibrar os orçamentos em meio à crise, resultaram em cortes nos programas de assistência social, agravando ainda mais a situação das populações mais vulneráveis. Como consequência, a fome tornou-se uma realidade onipresente em muitas regiões, tanto nos países industrializados quanto nas áreas coloniais (Cardozo, 2012).

Durante a Segunda Guerra Mundial, a fome atingiu novos patamares de devastação, Carvalho (2018) aponta que “pelo menos 20 milhões do total de mortos tiveram as suas razões ligadas à fome e às doenças relativas à carência de alimentos no continente europeu”. A guerra totalizada envolveu a mobilização de recursos em escala sem precedentes, e a escassez de alimentos foi sentida em todos os fronts. O Holocausto, por exemplo, foi marcado não apenas pela violência genocida, mas também pela deliberada privação de alimentos das populações judaicas e de outros grupos considerados “indesejáveis” pelo regime nazista. Nos campos de concentração e de extermínio, a fome era utilizada como uma ferramenta de extermínio, levando à morte de milhões de pessoas (Narcizo; Ehrlich; Gherman, 2022).

No front oriental, a invasão da União Soviética pela Alemanha nazista resultou em um dos episódios mais terríveis de fome da história moderna; o cerco de Leningrado. De setembro de 1941 a janeiro de 1944, a cidade foi cercada pelas forças alemãs e privada de suprimentos, resultando na morte de aproximadamente um milhão de civis, sendo que “a fome era responsável por cerca de 20 mil mortes diariamente, o que levava à disseminação de doenças devido à desnutrição das pessoas e à água não tratada, além do frio”. Esse evento, assim como outros durante a guerra, destacou a vulnerabilidade das populações civis em tempos de conflito e o uso da fome como uma arma de guerra (Aprile, 2024).

Após o término da Segunda Guerra Mundial, o mundo passou por uma reorganização geopolítica e econômica que teve impactos significativos na questão da fome. A descolonização, iniciada na década de 1940 e intensificada nos anos 1950 e 1960, levou à independência de muitos países na África, Ásia e América Latina. No entanto, a herança colonial deixou esses países com economias frágeis, marcadas pela dependência da exportação de produtos primários e pela vulnerabilidade às flutuações do mercado internacional. Além disso, muitos dos novos estados enfrentavam desafios internos, como conflitos étnicos, corrupção e instabilidade

política, que dificultavam a implementação de políticas eficazes de combate à fome (Iamamoto; Carvalho, 2001).

Nesse contexto, a fome persistiu como um problema crônico em muitas regiões do mundo. Durante os anos 1960 e 1970, uma série de crises alimentares globais, intensificadas por fatores como a rápida urbanização, a degradação ambiental e as políticas econômicas neoliberais, resultou em um aumento significativo da fome em várias partes do mundo. A concentração de terras e a adoção de práticas agrícolas intensivas favoreceram grandes produtores, enquanto pequenos agricultores e comunidades rurais continuaram a enfrentar a fome.

A resposta da comunidade internacional a essas crises envolveu a criação de diversas instituições e programas voltados para o combate à fome, como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), estabelecida em 1945. A FAO, juntamente com outras agências e organizações não governamentais, tem desempenhado um papel crucial na promoção da segurança alimentar global, através de iniciativas como o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e a Cúpula Mundial da Alimentação. No entanto, apesar desses esforços, a fome continua a ser um desafio persistente, agravado por fatores como mudanças climáticas, conflitos armados e desigualdades econômicas.

Ao analisar a fome no contexto global, é essencial observar como esse fenômeno se manifestou no Brasil, um país cuja história de desigualdade e exclusão social está profundamente ligada à formação de seu sistema econômico e social. Desde os primeiros momentos da colonização portuguesa o Brasil foi submetido a uma lógica de exploração que negligenciou as necessidades básicas da população em favor de interesses mercantis e extrativistas dos colonizadores. Esse contexto de exploração global, onde as colônias eram vistas como meros fornecedores de riquezas, formou uma estrutura econômica que, ao longo dos séculos, consolidou a fome como uma realidade crônica para as camadas mais vulneráveis da sociedade.

A chegada dos portugueses trouxe consigo a exploração intensiva dos recursos naturais, como o pau-brasil, que, embora fosse inicialmente abundante, logo se mostrou insuficiente para atender à voracidade do mercado europeu. Quando essa atividade começou a declinar, os colonizadores passaram a investir na monocultura da cana-de-açúcar. Esse ciclo econômico, inserido no contexto de exploração colonial, que foi descrito por Marx como uma forma de acumulação primitiva, se voltou quase exclusivamente para a exportação e não contribuiu para a formação de um

sistema de produção alimentar que atendesse às necessidades da população local. Pelo contrário, a monocultura açucareira reforçou a dependência do Brasil em relação ao mercado externo e negligenciou a produção de alimentos básicos para a população interna (Smith, 1988).

Seguindo essa linha de exploração e concentração de riqueza, a introdução da escravidão no Brasil consolidou ainda mais essa estrutura desigual. Inicialmente, os portugueses tentaram escravizar as populações indígenas, mas a familiaridade dos nativos com o território e sua capacidade de resistência tornaram essa tentativa pouco eficaz, embora tenha sido responsável por um massacre da população nativa. Em resposta, os colonizadores passaram a se utilizar do tráfico negreiro de africanos para serem escravizados e suprir a demanda de mão de obra nas plantações de cana-de-açúcar (Gomes, 2019).

O modelo colonial agroexportador foi baseado na opressão de populações não brancas, utilizando em geral a mão de obra escrava de origem africana e usurpando as terras dos povos indígenas que aqui habitavam. Assim, a falta de democratização do acesso à terra é um determinante estrutural da desigualdade social e econômica brasileira e, por conseguinte, do fenômeno da insegurança alimentar e nutricional (Brasil, 2022).

A escravidão africana não apenas sustentou a economia colonial, mas também acentuou as disparidades sociais e a fome. Os escravos, que eram a base da produção econômica, viviam em condições deploráveis, com alimentação insuficiente e precária, muitas vezes composta por restos de comida que não eram adequados para o consumo humano (Gomes, 2019).

Como destaca Marx (2013), a expropriação dos camponeses e a transformação de terras comunais em propriedades privadas foi um processo que acelerou a pobreza e a fome nas sociedades europeias, algo que se refletiu também na colonização do Brasil, onde a concentração de terras nas mãos de poucos perpetuou a miséria entre os escravos e os trabalhadores rurais. Essas condições de vida contribuíram para a perpetuação de um ciclo de miséria que se estendeu por séculos, impactando profundamente a estrutura social do Brasil.

A passagem do ciclo açucareiro para o ciclo do ouro no Brasil colonial trouxe consigo novas dinâmicas de exploração e concentração de riqueza, perpetuando as desigualdades sociais e a fome. Com o tempo, à medida que o cultivo da cana-de-açúcar foi perdendo força, a economia brasileira passou a buscar outras fontes de riqueza, como o ouro, cuja descoberta em Minas Gerais no final do século XVII deu início a um novo ciclo econômico (Vasconcelos, 2010).

A corrida pelo ouro atraiu milhares de pessoas para o interior do país, alterando drasticamente as dinâmicas sociais e econômicas da época. No entanto, como havia ocorrido com a monocultura açucareira, a exploração aurífera também não trouxe benefícios substanciais para a maioria da população. A produção de alimentos continuava a ser negligenciada, e a fome permanecia uma constante, especialmente entre os trabalhadores das minas e as populações das áreas exploradas. A maior parte dos recursos disponíveis era direcionada para a extração do ouro, enquanto a produção de alimentos ficava em segundo plano (Da Silva, 1990).

Com o declínio das minas de ouro e o fim do ciclo aurífero, muitos trabalhadores migraram para outras regiões em busca de novas oportunidades. Muitos desses migrantes dedicaram-se à agricultura de subsistência, mas as condições para a produção de alimentos continuavam desfavoráveis. A concentração de terras nas mãos de poucos grandes proprietários impedia que a maioria dos brasileiros tivesse acesso à terra e aos recursos necessários para cultivar alimentos em quantidade suficiente. Esse quadro perpetuou a fome como uma questão estrutural no Brasil, que se manteve inalterada mesmo com a transição para uma economia mais diversificada.

Ao conquistar sua independência em 1822, o Brasil vislumbrou uma oportunidade de reorganizar sua economia de forma a beneficiar mais amplamente sua população. No entanto, as estruturas sociais e econômicas herdadas do período colonial permaneceram praticamente intactas, perpetuando as desigualdades sociais. O modelo agroexportador, baseado na monocultura e na grande propriedade, continuou a dominar a economia brasileira e a elite agrária, que havia se beneficiado desse sistema durante o período colonial, resistiu a qualquer tentativa de mudança que pudesse ameaçar seus interesses (Silva, 1993).

Durante o Império, que se estendeu de 1822 a 1889, a economia brasileira foi marcada pela cafeicultura e o café emergindo como o principal produto de exportação. As regiões do Sudeste, especialmente São Paulo, se consolidaram como os centros dessa produção, que dependia fortemente da mão de obra escrava. A população escravizada continuava a ser uma realidade brutal, com condições de vida desumanas nas fazendas. Mesmo após a Abolição da Escravatura em 1888, as condições de vida dos “ex-escravos” não melhoraram e muitos continuaram a viver na miséria, enfrentando a fome e a exclusão social (Silva, 1993).

A Proclamação da República em 1889, foi longe de trazer mudanças radicais e manteve as estruturas de poder nas mãos da elite, perpetuando a concentração de

terras e a desigualdade social como características marcantes da sociedade brasileira. O modelo econômico foi mantido e até expandido, com o Brasil consolidando-se como um grande exportador de café, açúcar e outros produtos agrícolas, enquanto a produção de alimentos para o mercado interno permanecia insuficiente (Daufenback *et al.*, 2020).

Durante a Primeira República, o Brasil passou por um processo de urbanização e industrialização incipiente, que começou a alterar as dinâmicas sociais do país. No entanto, essa urbanização inicial não foi acompanhada por políticas públicas que garantissem a segurança alimentar das populações urbanas em crescimento. A fome nas cidades se tornou uma nova realidade, com trabalhadores urbanos enfrentando baixos salários, condições de trabalho precárias e a falta de acesso a alimentos de qualidade (Vasconcelos, 2001).

Paralelamente, nas áreas rurais, a situação era igualmente grave, com a maioria dos pequenos agricultores vivendo em condições de extrema pobreza e enfrentando dificuldades para garantir a subsistência de suas famílias. A desigualdade no campo era exacerbada pela concentração fundiária, que deixava a maior parte das terras nas mãos de poucos grandes proprietários, enquanto a maioria dos trabalhadores rurais tinha acesso limitado ou nenhum acesso à terra.

As tensões sociais desse período resultaram em diversos conflitos. O período da Primeira República foi também marcado por revoltas e movimentos sociais, muitos dos quais tinham como uma de suas causas principais as condições sociais em que vivia grande parte da população. No entanto, as respostas do Estado a esses movimentos foram, em grande parte, repressivas, e as condições de vida da população continuaram a se deteriorar.

Com a Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, iniciou-se uma nova fase na história brasileira, com a industrialização ganhando força e a urbanização se intensificando. O êxodo rural, motivado por esse processo e pela concentração fundiária, levou milhões de brasileiros a migrar para as cidades em busca de melhorias na qualidade de vida. Entretanto, o que muitos desses migrantes encontraram foram favelas, desemprego e fome (Vasconcelos, 2005).

Durante o Estado Novo, a política centralizadora de Vargas tentou modernizar o país e expandir a indústria, mas a distribuição de riqueza continuou desigual, e a fome persistiu, especialmente nas áreas rurais. A concentração fundiária permaneceu uma barreira intransponível para muitos pequenos agricultores, que não tinham

acesso à terra ou aos recursos necessários para produzir alimentos em quantidade suficiente para garantir a subsistência (Da Silva; De Aquino, 2014).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a redemocratização do Brasil, houve novas tentativas de modernizar a economia e melhorar as condições de vida da população. A criação da Petrobras e de outras empresas estatais durante o governo de Vargas, bem como a construção de Brasília durante o governo de Juscelino Kubitschek, simbolizaram o esforço do Brasil em se afirmar como uma nação moderna e industrializada (Da Silva; De Aquino, 2014).

A década de 1950, marcada por um crescimento econômico acelerado, trouxe também um aumento significativo das desigualdades regionais. Enquanto o Sudeste prosperava com a expansão da indústria e o desenvolvimento, o Nordeste brasileiro enfrentava um cenário de seca, pobreza extrema e fome, evidenciando as disparidades econômicas e sociais entre as diferentes regiões do país. A migração em massa de nordestinos para o Sudeste, em busca de melhores condições de vida, tornou-se um fenômeno social de grande impacto, resultando na formação de vastas favelas nas periferias das grandes cidades. Nessas áreas urbanas, a fome era uma constante, refletindo a falta de políticas públicas eficazes para lidar com as necessidades básicas dessa população crescente (Campos, 2023).

O período desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1961) trouxe grandes avanços na infraestrutura e na industrialização do Brasil, mas os benefícios desse crescimento econômico não foram distribuídos de forma equitativa. O desenvolvimento industrial, concentrado nas grandes cidades do Sudeste, acentuou as desigualdades sociais e regionais, perpetuando a fome e a pobreza em vastas áreas do país. As regiões mais pobres, como o Nordeste, continuavam a sofrer com a falta de investimentos em infraestrutura básica, saúde e educação, o que agravava ainda mais a situação de fome (Boas, 2018).

Além disso, o êxodo rural, intensificado pela mecanização da agricultura e pela concentração fundiária, empurrou milhões de trabalhadores rurais para as áreas urbanas. Muitos desses migrantes encontraram apenas subempregos e condições de moradia precárias nas periferias das grandes cidades, onde a fome era uma realidade constante. A falta de acesso a uma alimentação adequada nas áreas urbanas, aliada à precariedade dos serviços públicos, como saneamento básico e saúde, contribuía para a perpetuação da desnutrição e das doenças relacionadas à fome (Boas, 2018).

A urbanização acelerada, que acompanhou o processo de industrialização no Brasil, trouxe consigo uma série de desafios sociais, entre os quais a fome ocupava um lugar central. As cidades brasileiras, que cresciam de forma desordenada, não estavam preparadas para acolher o grande contingente de migrantes que chegava do campo. A falta de planejamento urbano e de políticas habitacionais eficazes resultou na formação de favelas e bairros periféricos, onde a infraestrutura básica era quase inexistente e a fome era uma constante. Esses desafios revelam como a fome, longe de ser apenas uma questão rural, tornou-se um fenômeno urbano, afetando especialmente as populações mais pobres e marginalizadas (Silva *et al*, 2005).

No período do regime militar (1964-1985), que se seguiu ao golpe de 1964, o Brasil passou por um período de crescimento econômico significativo, conhecido como o "milagre econômico". No entanto, esse crescimento foi acompanhado por um aumento das desigualdades sociais e regionais, e a fome continuou a ser um problema crônico em várias partes do país. As políticas econômicas adotadas pelo regime, focadas na expansão da indústria e na modernização da agricultura, beneficiaram principalmente as regiões mais desenvolvidas, enquanto o Nordeste e outras áreas pobres continuavam a ser negligenciadas. A concentração de riqueza nas mãos de uma pequena elite, combinada com a falta de políticas sociais eficazes, perpetuou a exclusão social e a fome entre as camadas mais pobres da população (Alvim; Dall'agnol, 2016).

De acordo com Alvim (2016), durante esse período, a modernização da agricultura, promovida pelo regime militar, contribuiu para a concentração fundiária e a expulsão de pequenos agricultores de suas terras. A mecanização da produção agrícola e a expansão das monoculturas voltadas para a exportação, como a soja e o café, deixaram os pequenos produtores em desvantagem, sem acesso a recursos e tecnologia para competir com os grandes latifundiários. Muitos desses agricultores, desprovidos de seus meios de subsistência, foram forçados a migrar para as cidades, onde enfrentaram novas formas de pobreza e fome.

A industrialização e o crescimento urbano durante o regime militar também trouxeram novos desafios para as políticas de segurança alimentar. Nas grandes cidades, o custo de vida elevado, combinado com os baixos salários e a precariedade dos serviços públicos, contribuiu para o aumento da insegurança alimentar e da fome. A fome nas áreas urbanas tornou-se uma questão cada vez mais visível, à medida

que as desigualdades sociais se aprofundavam e as políticas públicas falhavam em atender às necessidades básicas da população (Alvim; Dall'agnol, 2016).

No final da década de 1970 e início da década de 1980, o Brasil começou a enfrentar uma série de crises econômicas, com a inflação galopante superando 80% ao mês, desemprego crescente e deterioração das condições de vida nas áreas urbanas, levaram a um aumento significativo da fome entre as populações mais vulneráveis. As políticas de austeridade adotadas pelo governo para combater a crise econômica resultaram em cortes nos programas sociais e na redução do poder de compra da população, o que agravou ainda mais a situação de fome (Ferrão, 1988).

A redemocratização do Brasil trouxe a esperança de mudanças profundas nas políticas sociais e econômicas do país. No entanto, os desafios herdados do período militar, como a concentração de riqueza e desigualdade social, continuaram a representar obstáculos significativos para o desenvolvimento do país. A Constituição de 1988 ofereceu avanços importantes no reconhecimento dos direitos sociais, incluindo o direito à alimentação, mas a implementação dessas políticas enfrentou dificuldades diante das crises econômicas e políticas que marcaram os anos seguintes (Vasconcelos, 2005)

Nos anos 1990, o Brasil passou por um processo de abertura econômica e neoliberalização, que trouxe novos desafios para a segurança alimentar do país. A adoção de políticas econômicas neoliberais, focadas na desregulamentação, privatização e redução do papel do Estado na economia, teve um impacto profundo nas condições de vida da população. As políticas de ajuste fiscal e cortes nos gastos sociais resultaram na diminuição dos programas de assistência social, deixando milhões de brasileiros em situação de vulnerabilidade alimentar (Ebrenz; Alexandre, 2021).

Ao mesmo tempo, a globalização e a abertura dos mercados internacionais aumentaram a dependência do Brasil em relação à importação de alimentos, enquanto a produção agrícola nacional continuava focada na exportação de commodities. Essa dependência do mercado externo, combinada com a falta de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e a produção de alimentos para o mercado interno, contribuiu para a persistência da fome em várias regiões do país (Ebrenz; Alexandre, 2021).

No entanto, a partir dos anos 2000, o Brasil começou a implementar políticas mais robustas de combate à fome e à pobreza, com a criação de programas como o

Bolsa Família e o Fome Zero. Essas iniciativas, combinadas com a valorização do salário mínimo e a ampliação do acesso a serviços públicos, como saúde e educação, resultaram em uma significativa redução da pobreza e da fome no país. O Brasil chegou a ser retirado do Mapa da Fome da ONU em 2014, como reconhecimento dos avanços alcançados na área de segurança alimentar.

Apesar dos avanços na luta contra a fome, o Brasil ainda enfrenta esse desafio persistente, agravado por crises econômicas, políticas e sociais. As profundas raízes históricas da fome, enraizadas nas desigualdades estruturais estabelecidas desde o período colonial, continuam a afetar milhões de brasileiros. Compreender essas origens é essencial para desenvolver soluções eficazes que possam, finalmente, romper com o ciclo de pobreza e fome que tem marcado a história do país. Nesse cenário, as alianças internacionais contra a fome, estradas no próximo capítulo, emergem como um fator crucial, sublinhando a importância da cooperação global para enfrentar problemas que transcendem fronteiras e exigem um esforço coletivo para garantir a segurança alimentar e promover a justiça social.

3 Políticas e Alianças Contra a Fome: Da Ação Internacional às Iniciativas Nacionais

Enquanto a fome persiste como um desafio global, diversas iniciativas têm sido tomadas tanto em âmbito internacional quanto nacional para enfrentá-la.

Neste capítulo, investigaremos as alianças internacionais que visam combater a fome, com um olhar especial sobre a participação do Brasil nessas cooperações. Serão exploradas as políticas públicas brasileiras desenvolvidas ao longo das últimas décadas, com foco nas ações implementadas antes e depois do golpe de 2016.

Discutiremos como essas políticas foram afetadas pelas mudanças políticas e como os esforços para erradicar a fome têm sido moldados por alianças globais e pela vontade política local. Este capítulo destaca a interconexão entre ações globais e locais, sublinhando a importância de uma abordagem integrada para enfrentar a fome de maneira eficaz.

3.1 Alianças Internacionais Contra a Fome

O A fome, uma das mais graves manifestações da desigualdade global, persiste como um desafio crítico, afetando, segundo o SOFI de 2024, 735 milhões de pessoas em todo o mundo. Desde o início do século XX, a formação de alianças internacionais tem sido essencial para coordenar esforços globais no combate à fome e inerentes a essa luta global.

O surgimento das alianças internacionais contra a fome deve ser analisado no contexto dos eventos globais que marcaram o início do século XX. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Grande Depressão (1929) exacerbaram a fome em várias partes do mundo, expondo a necessidade de respostas coordenadas para mitigar a fome. A Primeira Guerra Mundial, em particular, não só causou a destruição em massa de infraestruturas agrícolas, mas também provocou deslocamentos populacionais em grande escala, resultando em uma crise alimentar global. A escassez de alimentos durante e após a guerra tornou evidente a necessidade de uma abordagem multilateral para enfrentar a fome, levando à criação das primeiras organizações internacionais voltadas para a questão (Carvalho, 2018).

No entanto, foi no pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que a fome global se tornou uma preocupação central das Nações Unidas, levando à criação da

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em 1945. A FAO foi estabelecida com a missão de promover a segurança alimentar global e melhorar a nutrição, incentivando a cooperação internacional em políticas agrícolas e de desenvolvimento rural. A criação da FAO marcou o início de uma nova era de colaboração global, onde a segurança alimentar passou a ser vista como uma responsabilidade compartilhada entre as nações. Porém, a dependência dos países em desenvolvimento das tecnologias e políticas impostas pelas nações mais ricas logo emergiu como uma contradição, revelando o desequilíbrio de poder dentro dessa cooperação internacional. Essa tensão foi apontada por Bello e Fadul (2009), que argumenta que muitas dessas iniciativas, embora bem-intencionadas, perpetuaram a dependência e não resolveram as causas estruturais da fome.

A FAO não apenas coordenou esforços internacionais, mas também começou a trabalhar na padronização de estatísticas agrícolas, essenciais para monitorar a produção global de alimentos e identificar áreas de vulnerabilidade. Além disso, a FAO se concentrou na transferência de tecnologias agrícolas modernas para países em desenvolvimento, acreditando que o aumento da produtividade seria a chave para resolver a fome. Essa transferência de tecnologia, entretanto, muitas vezes ignorou as realidades locais e a sustentabilidade a longo prazo, conforme destaca Patel (2012), o que levou a uma adoção limitada e, em alguns casos, a uma maior vulnerabilidade agrícola devido à dependência de insumos externos.

Nos anos seguintes, a necessidade de respostas rápidas e coordenadas às crises alimentares levou à criação de outras organizações internacionais. Em 1961, foi estabelecido o Programa Mundial de Alimentos (PMA) como uma agência das Nações Unidas voltada para fornecer assistência alimentar em emergências. O PMA rapidamente se tornou a maior organização humanitária do mundo, desempenhando um papel crucial em fornecer alimentos a populações afetadas por guerras, desastres naturais e crises econômicas. A atuação do PMA não se limitou apenas à distribuição de alimentos, mas também incluiu a implementação de programas de desenvolvimento para prevenir futuras crises alimentares. No entanto, a abordagem emergencial do PMA muitas vezes enfrentou críticas por tratar apenas os sintomas da fome sem abordar suas causas estruturais, conforme discute De Waal (1997), que aponta para a necessidade de políticas mais integradas e sustentáveis.

Durante as décadas de 1960 e 1970, o foco global começou a se expandir para além das respostas emergenciais à fome, incorporando estratégias de longo prazo

voltadas para o desenvolvimento agrícola sustentável. Em 1977, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (IFAD) foi criado com o objetivo de financiar projetos de desenvolvimento agrícola em países em desenvolvimento, especialmente em áreas rurais. O IFAD desempenha um papel vital ao apoiar pequenos agricultores e comunidades rurais, promovendo práticas agrícolas sustentáveis que são essenciais para a erradicação da pobreza e da fome.

A criação do IFAD refletiu a crescente conscientização de que a luta contra a fome não poderia ser bem-sucedida sem o desenvolvimento rural e o apoio direto aos pequenos produtores. Contudo, essa era de desenvolvimento rural sustentável também revelou tensões, como a competição por recursos e as diferentes prioridades entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental, como explorado por Van Der Ploeg (2011).

Outro exemplo significativo é o Comitê Mundial de Segurança Alimentar (CFS), que foi reestruturado em 2009 para se tornar a principal plataforma internacional e intergovernamental inclusiva para a segurança alimentar e a nutrição. O CFS reúne uma ampla gama de partes interessadas, incluindo governos, sociedade civil, setor privado, agências da ONU e pesquisadores, para coordenar políticas globais que abordam a fome e a insegurança alimentar.

Essa reestruturação foi um reconhecimento da necessidade de uma abordagem mais inclusiva para enfrentar a fome em nível global. O CFS foi um avanço na democratização das discussões sobre segurança alimentar, permitindo que as vozes dos pequenos agricultores e das comunidades afetadas fossem ouvidas ao lado dos grandes atores internacionais. Todavia, essa inclusão de diversas vozes nem sempre se traduz em poder de decisão real para os grupos mais vulneráveis, o que Levkoe (2011) descreve como uma inclusão simbólica que pode perpetuar o status quo em vez de transformá-lo.

Nas décadas de 1980 e 1990, as alianças internacionais contra a fome continuaram a evoluir em resposta às novas realidades econômicas e políticas globais. A crise da dívida nos países em desenvolvimento e a liberalização dos mercados tiveram impactos significativos na segurança alimentar, especialmente em países da América Latina e África. Nessa época, a FAO e o PMA intensificaram seus esforços para promover a segurança alimentar por meio de programas que visavam melhorar a produtividade agrícola e fortalecer as capacidades institucionais dos países em desenvolvimento. Porém, essas políticas também enfrentaram críticas por

estarem alinhadas com os interesses neoliberais que, conforme analisa McMichael (2013), priorizaram o mercado livre em detrimento da segurança alimentar local, exacerbando a pobreza em muitas regiões.

A década de 1980 foi marcada por uma transição para políticas de ajuste estrutural, promovidas por instituições financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Essas políticas, que incluíam a redução dos subsídios agrícolas e a abertura dos mercados domésticos à concorrência internacional, tiveram consequências mistas para a segurança alimentar (Cintra; Gomes, 2012). Por um lado, alguns países conseguiram aumentar sua eficiência econômica; por outro, muitos pequenos agricultores foram marginalizados, contribuindo para o aumento da pobreza e da fome.

A ampliação da conscientização global sobre a desnutrição infantil e a mortalidade materna também levou à criação de novas parcerias e iniciativas internacionais. A Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em 1996, foi um marco importante nesse sentido. Nessa conferência, líderes mundiais se comprometeram a reduzir pela metade o número de pessoas que sofriam de fome até 2015, um objetivo que mais tarde foi incorporado aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A Cúpula de 1996 destacou a necessidade de abordagens integradas que considerassem os aspectos sociais, econômicos e ambientais da segurança alimentar (Alencar, 2001).

Essas décadas também foram marcadas por um aumento no número de crises humanitárias causadas por conflitos armados e desastres naturais, que desafiaram as capacidades das alianças internacionais. O genocídio em Ruanda (1994), a guerra civil na Somália (iniciada em 1991) e a crise na ex-Iugoslávia são exemplos de conflitos que resultaram em crises alimentares massivas. Em resposta, o PMA e a FAO, em colaboração com outras agências da ONU e ONGs internacionais, intensificaram seus esforços para fornecer assistência alimentar em situações de conflito (De Paula, 2011). Essas crises demonstraram a importância das alianças internacionais em fornecer assistência rápida e eficaz, mas também revelaram as limitações dessas organizações em situações de conflito prolongado.

Outro desenvolvimento significativo foi a expansão do conceito de segurança alimentar para incluir não apenas o acesso físico a alimentos, mas também sua qualidade e a estabilidade desse acesso ao longo do tempo. Esse conceito ampliado levou a uma maior ênfase na nutrição, reconhecendo que a segurança alimentar não

se trata apenas de quantidade, mas também da qualidade dos alimentos consumidos. Isso resultou em uma maior integração das políticas de segurança alimentar com as de saúde pública, destacando a importância de dietas equilibradas para combater a desnutrição e as doenças relacionadas à alimentação (Escoda, 2002).

Com o advento do século XXI, as alianças internacionais enfrentaram novos desafios e oportunidades. A globalização, as mudanças climáticas e as crises econômicas globais moldaram o cenário da segurança alimentar, exigindo abordagens mais integradas e inovadoras. Essas novas realidades também expuseram as limitações das alianças tradicionais, que muitas vezes não conseguem acompanhar a rapidez com que as condições globais se deterioram, conforme argumentado por Clapp e Fuchs (2009).

A FAO continuou a desempenhar um papel central na promoção da segurança alimentar e no desenvolvimento agrícola sustentável. Em 2004, a FAO lançou a Iniciativa de Intensificação Sustentável da Produção, conhecida como "Save and Grow". Esta iniciativa promove práticas agrícolas que aumentam a produtividade sem prejudicar o meio ambiente, com ênfase na sustentabilidade a longo prazo. A FAO também tem desempenhado um papel importante na promoção da governança global da segurança alimentar, através de mecanismos como o Comitê Mundial de Segurança Alimentar (CFS). Além disso, a FAO tem trabalhado na promoção da biodiversidade agrícola e na proteção dos recursos genéticos, reconhecendo que a diversidade é fundamental para a resiliência dos sistemas alimentares.

O PMA, por sua vez, ampliou suas operações, não apenas respondendo a crises alimentares, mas também implementando programas de desenvolvimento a longo prazo. O Programa de Alimentação Escolar do PMA é um exemplo de como a organização tem trabalhado para melhorar a nutrição infantil e aumentar a frequência escolar em países afetados pela fome.

Além disso, o PMA tem se concentrado em melhorar a resiliência das comunidades vulneráveis por meio de iniciativas como o Programa de Compras para o Progresso, que apoia pequenos agricultores ao comprar sua produção para programas de alimentação. Esse programa é um exemplo de como as políticas de segurança alimentar podem ser integradas com o desenvolvimento econômico local, criando mercados sustentáveis para os pequenos produtores.

Durante o mesmo período, o IFAD continuou a financiar projetos que aumentam a resiliência das comunidades rurais às mudanças climáticas, promovendo práticas

agrícolas sustentáveis e melhorando o acesso ao mercado para pequenos agricultores. O Programa de Adaptação para Pequenos Agricultores (ASAP) é um exemplo de como o IFAD tem ajudado agricultores em países em desenvolvimento a se adaptarem às mudanças climáticas, melhorando a segurança alimentar e promovendo práticas agrícolas sustentáveis. O ASAP foi pioneiro em integrar a adaptação às mudanças climáticas nas políticas de desenvolvimento agrícola, demonstrando como a agricultura sustentável pode ser uma solução viável para os desafios climáticos.

No entanto, o século XXI também trouxe à tona novos desafios, como a crescente urbanização e a transformação dos sistemas alimentares globais. Com o aumento da população urbana, houve uma mudança no padrão de consumo alimentar, com uma demanda crescente por alimentos processados e uma diminuição na diversidade das dietas. Isso teve impactos negativos na saúde pública, com um aumento das doenças relacionadas à alimentação, como obesidade e diabetes, especialmente em países de baixa e média renda. As alianças internacionais reconheceram a necessidade de abordar esses desafios através de políticas que promovam dietas saudáveis e sustentáveis, integrando a nutrição e a segurança alimentar.

O século XXI também trouxe uma série de desafios complexos para as alianças internacionais contra a fome os conflitos armados, mudanças climáticas e crises econômicas têm exacerbado a fome em várias partes do mundo, exigindo respostas coordenadas e inovadoras.

A guerra na Ucrânia, iniciada em 2022, é um exemplo claro de como os conflitos podem ter impactos devastadores na segurança alimentar. A Ucrânia, tradicionalmente conhecida como o "celeiro da Europa", é um dos maiores exportadores de grãos do mundo. No entanto, a guerra interrompeu as safras, bloqueou os portos e devastou as infraestruturas agrícolas. Isso resultou em uma escassez de alimentos que afetou não apenas a população local, mas também países dependentes das exportações ucranianas, exacerbando a fome em regiões vulneráveis da África e do Oriente Médio. Além disso, o aumento dos preços globais dos alimentos, impulsionado pela guerra, intensificou a fome em países que já enfrentavam dificuldades econômicas, ampliando as desigualdades globais (Bourne Junior, 2022).

A situação na Síria também destaca como os conflitos prolongados podem devastar a segurança alimentar de um país. Desde o início da guerra civil em 2011, milhões de sírios foram deslocados, e a infraestrutura agrícola do país foi amplamente destruída. As alianças internacionais, como a FAO e o PMA, têm lutado para fornecer assistência alimentar em meio ao conflito, enfrentando desafios como a fragmentação do território e as sanções internacionais (Mançano, 2020). A fome na Síria é exacerbada pela dificuldade de acesso a áreas de conflito e pela destruição das cadeias de abastecimento, o que impede a distribuição eficaz de alimentos. A guerra também levou ao colapso das instituições locais, dificultando a coordenação de esforços de ajuda humanitária e a implementação de programas de longo prazo.

Outro exemplo é o conflito entre Israel e Palestina, particularmente nas áreas de Gaza e Cisjordânia. Em Gaza, o bloqueio imposto por Israel e os ciclos de violência contínuos têm causado uma crise humanitária prolongada. A fome é uma preocupação constante, com grande parte da população dependente de ajuda externa para sobreviver. As alianças internacionais enfrentam dificuldades para operar na região, devido às restrições de movimento e à falta de acesso seguro. Além disso, a politização da ajuda humanitária complicou ainda mais a entrega de alimentos e outros suprimentos essenciais, com grupos armados frequentemente utilizando o acesso a esses recursos como uma ferramenta de controle e negociação (Seta, 2023).

Além dos conflitos, as crises econômicas também têm um impacto profundo na segurança alimentar global. A crise econômica na Venezuela é um exemplo de como a instabilidade econômica pode levar à fome em larga escala. Desde meados da década de 2010, a Venezuela enfrentou uma grave crise econômica caracterizada por hiperinflação, desemprego em massa e escassez de alimentos básicos. A situação deteriorou-se a tal ponto que milhões de venezuelanos foram forçados a deixar o país em busca de melhores condições de vida. As alianças internacionais, como a FAO e o PMA, têm trabalhado para fornecer assistência alimentar emergencial à população venezuelana, tanto dentro do país quanto em comunidades de refugiados nos países vizinhos. No entanto, a resposta tem sido limitada pelos desafios políticos e logísticos, exacerbando a crise humanitária (Lusa, 2023).

As mudanças climáticas também têm sido um fator agravante na situação de fome global. Eventos climáticos extremos, como secas prolongadas, inundações e ciclones, têm afetado diretamente a produção agrícola em várias partes do mundo. As alianças internacionais têm reconhecido a necessidade urgente de integrar a

adaptação às mudanças climáticas em suas estratégias de segurança alimentar. Programas como o ASAP do IFAD são exemplos de como a adaptação climática pode ser integrada ao desenvolvimento agrícola, mas há uma necessidade crescente de expandir essas iniciativas e garantir que os pequenos agricultores tenham os recursos e o conhecimento necessários para enfrentar os desafios climáticos (Mezadri, 2023).

Neste contexto de desafios globais, o Brasil tem se destacado como um ator importante na luta contra a fome, tanto em nível nacional quanto internacional. O país já foi retirado do Mapa da Fome em 2014, graças a políticas públicas eficazes como o Programa Fome Zero, que combinou transferência de renda, alimentação escolar, apoio à agricultura familiar e políticas de nutrição. Essas políticas, que serão destacadas no próximo tópico dessa dissertação, foram amplamente reconhecidas como exemplos de boas práticas e têm servido de modelo para outros países em desenvolvimento.

O Programa Fome Zero foi pioneiro em integrar várias dimensões da segurança alimentar, abordando tanto a disponibilidade quanto o acesso aos alimentos. A iniciativa de promover a agricultura familiar e local foi especialmente importante para garantir a sustentabilidade do programa a longo prazo. Além disso, o enfoque em políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, foi fundamental para aumentar o poder de compra das famílias mais pobres, permitindo-lhes adquirir alimentos de melhor qualidade e quantidade adequada (Brasil, 2010).

Em 2022, no entanto, o Brasil voltou ao Mapa da Fome, com mais de 33 milhões de pessoas enfrentando insegurança alimentar e a fome. Esse retrocesso foi atribuído a uma combinação de fatores, incluindo o desmonte de políticas públicas anteriores, a crise econômica, e a pandemia de COVID-19. Em resposta a essa situação e com o objetivo de liderar esforços globais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs a criação de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza no âmbito do G20. A proposta visa ampliar a adoção de políticas públicas eficazes em escala global, promovendo a segurança alimentar e erradicando a pobreza (Brasil, 2024).

A Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, embora ainda em fase de consolidação, pretende se basear em três pilares principais: nacional, financeiro e de conhecimento. Esses pilares visam mobilizar recursos, compartilhar boas práticas e promover a implementação de políticas eficazes em nível nacional e internacional. Embora a Aliança seja uma iniciativa importante, é apenas uma parte do esforço global

para combater a fome, e seu sucesso dependerá da colaboração contínua entre os países-membros e as organizações internacionais (Brasil, 2024).

Um aspecto importante da proposta brasileira é a ênfase na soberania alimentar, reconhecendo que a luta contra a fome não pode ser dissociada da promoção da autonomia dos países e das comunidades locais em relação à produção e distribuição de alimentos. Além disso, a Aliança busca integrar questões de equidade de gênero e empoderamento das mulheres, reconhecendo o papel central que as mulheres desempenham na produção de alimentos e na garantia da segurança alimentar das famílias.

Apesar dos desafios, há vários exemplos de sucesso que demonstram o impacto positivo das alianças internacionais na erradicação da fome. Um desses exemplos é o programa Fome Zero no Brasil, que, como mencionado anteriormente, foi instrumental para tirar o país do Mapa da Fome em 2014.

Outro exemplo é a atuação do PMA em crises humanitárias, como no Sudão do Sul, onde a organização tem trabalhado para fornecer assistência alimentar a milhões de pessoas deslocadas pelo conflito. O PMA também tem implementado programas de nutrição materno-infantil em países como Índia, onde a desnutrição infantil é um problema grave (Garcia, 2024). Esses programas têm mostrado resultados positivos, melhorando a saúde e o desenvolvimento das crianças e reduzindo a mortalidade infantil.

O IFAD, por sua vez, tem financiado projetos que aumentam a resiliência das comunidades rurais às mudanças climáticas, promovendo práticas agrícolas sustentáveis e melhorando o acesso ao mercado para pequenos agricultores. Um exemplo disso é o projeto "Adaptação para Pequenos Agricultores em Mudança de Clima", que foi implementado em vários países da África Subsaariana (IFAD, 2009). Esse projeto tem ajudado comunidades a diversificar suas fontes de renda e a adotar técnicas agrícolas que aumentam a produtividade e a adaptação às condições climáticas adversas.

A FAO também tem iniciativas voltadas para a erradicação da fome, como o programa de Agricultura Familiar Sustentável na América Latina. Esse programa visa melhorar a produtividade dos pequenos agricultores, promover a sustentabilidade ambiental e fortalecer a segurança alimentar na região (Lusa, 2023). Ao trabalhar com governos locais e organizações comunitárias, a FAO tem ajudado a implementar

práticas agrícolas que não apenas aumentam a produção, mas também conservam os recursos naturais.

Na Índia, o PMA, em colaboração com o governo local, implementou um programa inovador de segurança alimentar que se concentrou em melhorar o armazenamento e a distribuição de alimentos. A Índia, como um dos maiores produtores agrícolas do mundo, enfrentava enormes perdas pós-colheita devido à falta de infraestrutura adequada. A parceria com o PMA ajudou a reduzir essas perdas, garantindo que mais alimentos chegassem às populações vulneráveis (Medeiros; Alves, 2020). Esse exemplo ilustra a importância de abordar a cadeia de valor alimentar como um todo, desde a produção até o consumo, para garantir a segurança alimentar.

Outro exemplo relevante é o trabalho da Aliança Global para a Melhoria da Nutrição (GAIN) que, desde 2002, tem trabalhado para melhorar o acesso a alimentos nutritivos em países em desenvolvimento. GAIN tem focado em programas de fortificação de alimentos, uma estratégia eficaz para combater a deficiência de micronutrientes em populações vulneráveis. A fortificação de alimentos básicos como sal, óleo e farinha com vitaminas e minerais essenciais tem mostrado resultados promissores em reduzir a desnutrição em larga escala, especialmente entre crianças e mulheres grávidas (GAIN, 2024).

No entanto, enquanto esses exemplos de sucesso ilustram o impacto positivo das alianças internacionais, é crucial reconhecer que as contradições inerentes a essas iniciativas permanecem. Como argumenta Santos (2021), muitas dessas alianças são moldadas por interesses políticos e econômicos das grandes potências, o que pode limitar a autonomia dos países em desenvolvimento na formulação de suas próprias políticas de segurança alimentar.

Para que as alianças internacionais sejam mais eficazes e sustentáveis no futuro, é essencial adotar uma abordagem integrada que vá além das intervenções emergenciais e se concentre na construção de sistemas alimentares estáveis. A promoção da soberania alimentar, onde as comunidades locais têm controle sobre a produção e distribuição de alimentos, é um passo crucial nessa direção. A soberania alimentar reduz a dependência de ajuda externa e fortalece as capacidades locais de enfrentar a fome de maneira sustentável.

Além disso, a adoção de práticas agroecológicas, que respeitam o meio ambiente e promovem a sustentabilidade a longo prazo, é essencial. Isso exige

investimentos robustos na disseminação dessas práticas, acompanhados de apoio técnico e financeiro para viabilizar sua implementação em larga escala, especialmente em áreas vulneráveis às mudanças climáticas. A agroecologia, ao integrar o conhecimento local com técnicas sustentáveis de manejo do solo e da água, pode desempenhar um papel crucial na garantia de uma produção de alimentos que seja ao mesmo tempo sustentável e resiliente às adversidades climáticas.

Outro aspecto importante é o fortalecimento das capacidades institucionais dos governos locais para implementar políticas públicas eficazes de combate à fome. As alianças internacionais podem desempenhar um papel fundamental na capacitação de técnicos e gestores, na promoção de boas práticas e na criação de mecanismos de monitoramento e avaliação que garantam a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos. O fortalecimento institucional é essencial para garantir que as políticas e programas implementados sejam eficazes e sustentáveis a longo prazo.

A participação da sociedade civil nas decisões relacionadas à segurança alimentar é outro elemento crucial e as vozes das comunidades afetadas sejam ouvidas e que suas necessidades sejam refletidas nas políticas e programas implementados. Isso não só aumenta a legitimidade das ações, mas também contribui para o empoderamento das populações locais. A participação da sociedade civil é especialmente importante em contextos em que a exclusão social e a desigualdade exacerbam a fome e a pobreza.

É essencial que as alianças internacionais continuem a se adaptar aos desafios emergentes, como as mudanças climáticas, as pandemias e as crises econômicas globais. A capacidade de adaptação é fundamental para garantir que as alianças possam responder de forma eficaz a crises futuras, ao mesmo tempo em que continuam a trabalhar para erradicar a fome de forma sustentável. Isso requer inovação, flexibilidade e uma abordagem colaborativa que envolva todos os atores relevantes.

Outro aspecto que merece destaque é a importância de integrar a igualdade de gênero nas estratégias de segurança alimentar. As mulheres desempenham um papel central na produção de alimentos e na manutenção da segurança alimentar das famílias, especialmente em áreas rurais. No entanto, elas frequentemente enfrentam discriminação e têm acesso limitado a recursos como terra, crédito e educação. As alianças internacionais devem garantir que as políticas e programas sejam sensíveis

ao gênero e que as mulheres tenham voz ativa nas decisões que afetam suas vidas e suas comunidades.

A eficácia das alianças internacionais também está diretamente relacionada à sua capacidade de se adaptar aos desafios contemporâneos, como as crises humanitárias e as mudanças climáticas, além de fortalecer as capacidades locais de produção e distribuição de alimentos. Mobilizando recursos, promovendo políticas públicas eficazes e compartilhando conhecimento, essas alianças desempenham um papel fundamental. No entanto, o combate à fome, sendo um desafio global, continua a exigir uma resposta coordenada e multilateral.

O exemplo do Brasil na liderança de iniciativas como o Programa Fome Zero e a proposta da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza demonstra o potencial das alianças internacionais para promover mudanças significativas na luta contra a fome. No entanto, para que essas mudanças sejam duradouras, é necessário um compromisso contínuo com a inovação, a sustentabilidade e a justiça social.

Ao combinar esforços nacionais e internacionais, mobilizar recursos financeiros e compartilhar conhecimento, as alianças internacionais têm o potencial de promover uma verdadeira transformação na luta contra a fome e a pobreza. No entanto, essa transformação exigirá a colaboração contínua entre todos os atores relevantes, incluindo governos, organizações internacionais, sociedade civil e o setor privado. Somente através de uma abordagem integrada e colaborativa será possível alcançar o objetivo de erradicar a fome e garantir a segurança alimentar para todos.

3.2 Políticas Brasileiras Contra a Fome

Diante da importância das alianças internacionais contra a fome, que buscam coordenar esforços globais para erradicar a fome, é crucial compreender como essas iniciativas se entrelaçam com as políticas brasileiras de combate à fome.

Nesse contexto, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) estabelece um marco fundamental para a ação nacional ao definir a Segurança Alimentar e Nutricional como "a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis" (Art. 3º, inciso I, LOSAN). Essa definição

abrange a ideia de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, sem que isso comprometa outras necessidades essenciais.

De acordo com Leão (2013), a segurança alimentar depende de uma alimentação adequada que abrange uma série de fatores além dos recursos alimentares em si. O acesso à informação sobre questões de saúde e nutrição é fundamental para que as pessoas possam tomar decisões conscientes em relação à sua alimentação. Além disso, aspectos sociais, como a qualidade dos alimentos e a valorização dos alimentos, também desempenham um papel importante na garantia de uma alimentação adequada.

A cultura alimentar e os direitos de acesso também são aspectos relevantes, pois as preferências alimentares e os costumes variam de acordo com cada grupo social e cultural. É importante respeitar e valorizar essa diversidade, garantindo o acesso a alimentos que façam parte da cultura e das tradições de cada comunidade. A adequação nutricional e a diversidade alimentar também são elementos essenciais para uma alimentação adequada (Leão, 2013).

A insegurança alimentar e nutricional abrange problemas como fome, obesidade, doenças relacionadas à alimentação inadequada, consumo de alimentos de baixa qualidade, práticas de produção alimentar prejudiciais e diversidade cultural nos padrões alimentares. Esses problemas são resultado da falta de acesso a alimentos adequados e das influências sociais, ambientais e culturais na alimentação. (Brasil, 2006).

A segurança alimentar e nutricional (SAN) é influenciada por construções culturais, sociais, econômicas e políticas ao longo da história. A fome persiste como resultado das desigualdades sociais decorrentes do sistema capitalista. Embora haja avanços legais na proteção da segurança alimentar, o direito humano à alimentação saudável e nutritiva continua sendo violado pelos Estados e pela sociedade civil. É necessário abordar essas violações e promover políticas que garantam o acesso equitativo a uma alimentação adequada para todos.

Após a Segunda Guerra Mundial, a segurança alimentar passa a ser vista como um problema de escassez de alimentos, e as iniciativas de ajuda alimentar se concentravam em aproveitar os excedentes de produção. No entanto, essa abordagem limitada não abordava as desigualdades sociais subjacentes e a falta de acesso aos alimentos para os economicamente desfavorecidos. É essencial reconhecer a necessidade de lutar pelos direitos humanos e garantir que todas as

peessoas, independentemente de sua situação econômica, tenham acesso adequado a alimentos nutritivos.

O entendimento de que a questão alimentar está estritamente ligada à capacidade de produção manteve-se até a década de setenta. Na 1ª Conferência Mundial de Segurança Alimentar, promovida pela FAO, em 1974, em um momento em que os estoques mundiais de alimentos estavam bastante escassos, com quebras de safra em importantes países produtores, a ideia de que a Segurança Alimentar estava quase que exclusivamente ligada à produção agrícola era dominante. Isto veio, inclusive, a fortalecer o argumento da indústria química na defesa da Revolução Verde. Procurava-se convencer a todos, de que o flagelo da fome e da desnutrição no mundo desapareceria com o aumento significativo da produção agrícola, o que estaria assegurado com o emprego maciço de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos). A produção mundial, ainda na década de setenta, se recuperou embora não da mesma forma como prometia a Revolução Verde e nem por isto desapareceram os males da desnutrição e da fome, que continuaram atingindo tão gravemente parcela importante da população mundial (Maluf; Menezes, 2000, p. 1).

De acordo com Flores (2009), os direitos humanos são processos sociais consolidados por meio de medidas políticas, sociais, econômicas, culturais e legais. Esses processos visam construir as condições necessárias para garantir a existência e dignidade humana. Um dos direitos fundamentais nesse contexto é o direito à alimentação, que é considerado uma condição material essencial para a vida humana. Garantir o acesso a alimentos adequados e nutritivos é parte integrante do respeito aos direitos humanos e do desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Assim sendo a Organização das Nações Unidas, em 1999, passou a considerar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) como um direito fundamental, envolvendo o acesso contínuo e ininterrupto a alimentos adequados para todas as pessoas, independentemente de sua idade, sexo ou outras características. Esse direito não se limita apenas à ingestão calórica mínima, mas também abrange o valor nutricional dos alimentos. Essa definição destaca a importância de garantir uma alimentação que atenda às necessidades nutricionais básicas das pessoas, assegurando não apenas a quantidade suficiente de alimentos, mas também sua qualidade. A promoção e proteção desse direito são fundamentais para combater a fome e garantir a segurança alimentar e nutricional para todos (Teo *et al.*, 2014).

Portanto, o DHAA vai além da quantidade e dos nutrientes dos alimentos. Ele considera a disponibilidade física e econômica de alimentos em quantidade suficiente e de qualidade. Isso implica garantir o acesso aos recursos naturais e produtivos necessários para a produção de alimentos, bem como o acesso a emprego e renda que permitam às pessoas obterem alimentos de forma digna. O DHAA reconhece que

a alimentação adequada está relacionada à segurança alimentar, à saúde, à moradia e à dignidade humana. Também enfatiza a importância de promover a igualdade de acesso a uma alimentação saudável e nutritiva para todas as pessoas, independentemente de sua condição social, idade ou gênero (Brasil, 2013).

Para Bonfim (2010) a SAN começa a ter relevância nas décadas de 1940 e 1950 a partir criação do Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS) no Brasil. O principal objetivo desse serviço era atender às necessidades alimentares dos segurados da previdência social. O SAPS tinha como propósito selecionar produtos alimentícios e buscar preços mais acessíveis, além de instalar e manter restaurantes para os trabalhadores.

Em 1943, foi criado o Serviço Técnico de Alimentação Social no Brasil. Essa iniciativa tinha como objetivo propor medidas para a melhoria da alimentação da população. O Serviço Técnico de Alimentação Social buscava desenvolver ações e políticas que promovessem uma alimentação mais adequada e saudável, visando melhorar a qualidade de vida da população (Campos, 2023).

No ano de 1945, foi estabelecida a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) no Brasil. A CNA tinha como missão propor uma política nacional de nutrição, buscando garantir uma alimentação adequada e saudável para a população. A criação dessa comissão refletiu o reconhecimento da importância da nutrição como um tema de relevância nacional, e evidenciou a necessidade de se desenvolver estratégias e diretrizes para promover a segurança alimentar e nutricional no país (L'Abbate, 1988)

Em 1946 o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) intercedeu ao governo brasileiro com o objetivo de buscar soluções para a questão da alimentação das crianças brasileiras (Campos, 2023). Essa iniciativa refletiu a preocupação do governo em garantir o acesso a uma alimentação adequada e saudável para as crianças, reconhecendo a importância da nutrição na promoção do desenvolvimento infantil.

A partir de 1950, houve um aumento significativo das exportações de carne bovina do Brasil para os Estados Unidos. Esse aumento nas exportações resultou em uma elevação dos preços da carne no mercado interno brasileiro. A demanda internacional por carne bovina impulsionou os preços no país, o que pode ter impactado negativamente o acesso da população brasileira a esse alimento, especialmente para aqueles de baixa renda (Miranda, 2001). Esse fenômeno destaca a interconexão entre o mercado internacional e a segurança alimentar no Brasil,

evidenciando como as dinâmicas do comércio internacional podem afetar os preços e a disponibilidade de alimentos no país.

Em 1952, foi realizado um inquérito que analisou os gastos da classe operária brasileira com alimentação. Os resultados revelaram que, em algumas capitais, essa classe empregava de 40% a 52% de seus gastos totais com alimentação. Esses números evidenciam a importância significativa que a alimentação tinha no orçamento das famílias da classe trabalhadora na época. A alta proporção de gastos destinados à alimentação destaca a relevância desse aspecto na vida dos trabalhadores e a necessidade de se garantir o acesso a alimentos adequados e de qualidade para essa parcela da população (Oliveira, 2004).

No ano de 1954, foi criado o Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. Essa iniciativa teve como objetivo fornecer refeições nutritivas e adequadas para os estudantes, visando melhorar a saúde e o desempenho escolar. O programa estabeleceu diretrizes para a oferta de alimentação escolar em todo o país, promovendo a inclusão de alimentos saudáveis e diversificados nas escolas. A criação desse programa foi um marco importante no contexto da segurança alimentar e nutricional no Brasil, demonstrando o reconhecimento da importância da alimentação adequada no desenvolvimento e bem-estar das crianças em idade escolar (Seminotti, 2021).

O ano de 1972, foi marcado pela criação Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) com o objetivo de elaborar políticas nacionais relacionadas à alimentação e nutrição. O instituto tinha como missão desenvolver estratégias e programas para melhorar a segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

Nos anos de 1973 e 1974, foram criados o I e o II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) no Brasil. Esses programas foram implementados com o objetivo de fornecer alimentação adequada a grupos específicos da população, incluindo mulheres grávidas, lactantes, crianças, estudantes e trabalhadores.

Em 1974, foi realizado o Estudo de Defesa Familiar no Brasil, que teve como objetivo avaliar a situação alimentar da população. Os resultados desse estudo revelaram que apenas 32% da população brasileira se alimentavam adequadamente, ou seja, tinham acesso a uma alimentação suficiente e de qualidade. Esse dado alarmante indicava que a maioria da população enfrentava dificuldades no acesso a uma alimentação adequada, o que resultava em deficiências nutricionais e problemas de saúde relacionados à má alimentação (Bomfim, 2004).

Durante o período de 1984 a 1988, no Brasil, foram implantados cinco programas de distribuição de alimentos, Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Amparo ao Trabalhador Rural (PRORURAL), Programa de Abastecimento Popular (PAP) e o Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Esses programas foram implementados como uma estratégia para enfrentar a problemática da insegurança alimentar e nutricional, visando garantir o acesso da população a alimentos básicos.

Com a promulgação da Constituição Federal brasileira em 1988, a alimentação passou a ser reconhecida como um direito social do cidadão e um dever do Estado. A Constituição estabeleceu medidas obrigatórias para a redução da fome e a garantia do acesso à alimentação adequada para todos os brasileiros. O artigo 6º da Constituição, modificado pela Emenda Constitucional nº 64 de 2010, ampliou a interpretação do direito à alimentação ao listar uma série de direitos sociais, incluindo educação, saúde, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade, proteção à criança e assistência aos sem-teto. A inclusão do direito à alimentação na Constituição brasileira representou um marco importante no reconhecimento e na valorização desse direito, proporcionando uma base jurídica sólida para a implementação de políticas de segurança alimentar e nutricional no país. (Brasil, 2010).

Em 1999 foi aprovada a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) como uma iniciativa do Ministério da Saúde do Brasil, que busca promover a saúde e garantir o direito à alimentação adequada para a população. A PNAN baseia-se em recomendações e diretrizes que visam melhorar as condições de alimentação e nutrição no país, considerando aspectos relacionados à saúde, segurança alimentar e nutricional, promoção de práticas saudáveis e prevenção de doenças (Brasil, 2013).

Ainda em 1999 foi instituído pela Lei 12.077/09 o Dia Nacional da Alimentação que é comemorado anualmente no dia 16 de outubro. Essa data tem como objetivo conscientizar a população sobre a importância da alimentação saudável, promover ações de educação alimentar e nutricional e reforçar a necessidade de políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional (Brasil, 2013).

Um marco da década de 1990 foi criação o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 1993 no Brasil. O CONSEA é um órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, que tem como objetivo formular e monitorar políticas e ações relacionadas à segurança alimentar e nutricional no país.

Ao longo dos anos, o CONSEA desempenhou um papel importante na formulação e implementação de políticas públicas relacionadas à alimentação no Brasil. Entre suas atribuições, destacam-se a elaboração de diretrizes para a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e a proposição de políticas voltadas para a promoção da alimentação saudável, o combate à fome e a garantia do direito humano à alimentação adequada (Brasil, 2023).

Além disso o CONSEA teve papel fundamental na criação do Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA). Que foi criado pela Lei nº 10.689 em 2003 e tinha como objetivo principal garantir o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade para a população em situação de vulnerabilidade social, especialmente aquelas em situação de extrema pobreza (Brasil, 2003).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado como parte das ações do Programa Fome Zero, durante o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O programa buscava combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional por meio de diversas ações, como a distribuição de alimentos, o estímulo à agricultura familiar e a promoção de programas de educação alimentar e nutricional.

Vale destacar que Programa Fome Zero foi uma política pública implementada por Lula, no início dos anos 2000. O programa tinha como principais pilares a segurança alimentar e nutricional, a geração de emprego e renda e o acesso a serviços públicos. Para alcançar esses objetivos, o Fome Zero implementou uma série de ações integradas, como a ampliação de programas de transferência de renda, a melhoria da infraestrutura rural, o estímulo à agricultura familiar, a promoção da educação alimentar e nutricional, entre outros. Entre as principais ações desenvolvidas no âmbito do Programa Fome Zero, destacam-se o Programa Bolsa Família, que unificou diversos programas de transferência de renda, a criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que busca garantir alimentação adequada aos estudantes, e o já mencionado Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) (Bonfim, 2010).

O Programa Fome Zero (PFZ) foi uma iniciativa de extrema importância no combate à pobreza e à insegurança alimentar no Brasil. Sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o programa envolveu diversos ministérios, parcerias com empresas e entidades para promover ações integradas e abrangentes. O PFZ foi estruturado em quatro eixos principais, visando abordar diferentes aspectos relacionados à segurança alimentar e nutricional:

Ampliação do acesso à alimentação, Fortalecimento da agricultura familiar, Promoção de processos de geração de renda, Articulação, mobilização e controle social (Brasil, 2013).

A estratégia política do PFZ tinha como objetivo integrar e articular diversos programas prioritários da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no combate à fome. Para promover o acesso à alimentação adequada, foram priorizados programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF), que tinha como foco principal a redução da pobreza e a garantia de renda mínima às famílias em situação de vulnerabilidade.

Outra iniciativa importante foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que buscava garantir a oferta de refeições adequadas e saudáveis para estudantes de escolas públicas, contribuindo para a nutrição e o desenvolvimento infantil. Além disso, foram implementados programas de instalação de equipamentos públicos de alimentação e nutrição, como restaurantes populares e cozinhas comunitárias, que visavam fornecer alimentação de qualidade a preços acessíveis para a população em vulnerabilidade social.

O segundo eixo do programa se concentrou no fomento da agricultura familiar, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Essa iniciativa buscava apoiar os agricultores familiares, oferecendo crédito, assistência técnica e acesso a mercados para a comercialização de seus produtos. O Programa de Seguro Safra também foi implementado para proteger os agricultores familiares em caso de perdas nas safras devido a condições climáticas adversas.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) também desempenhou um papel fundamental ao promover a compra direta de alimentos produzidos pela agricultura familiar, garantindo uma fonte de renda para os agricultores e o abastecimento de alimentos para a população em situação de vulnerabilidade. Além disso, o PFZ envolveu a criação de comitês estaduais e municipais de SAN para promover a participação e o controle social, mobilizando o apoio popular e a articulação entre os diversos atores envolvidos.

Em 2006 foi instituída no Brasil a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), por meio da Lei nº 11.346. Essa lei estabelece os princípios, diretrizes e objetivos da política de segurança alimentar e nutricional no país. A LOSAN tem como finalidade garantir o direito humano à alimentação adequada, promovendo a disponibilidade e o acesso regular e permanente a alimentos de

qualidade, em quantidade suficiente, de forma digna e em consonância com os princípios da sustentabilidade.

Um dos principais instrumentos criados pela LOSAN é o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Esse sistema visa articular e integrar as ações e políticas relacionadas à segurança alimentar e nutricional em âmbito nacional, estadual e municipal. O SISAN busca promover a articulação entre os diferentes setores da sociedade, como governo, sociedade civil, instituições acadêmicas, organizações não governamentais, entre outros, para desenvolver estratégias conjuntas de combate à fome, à desnutrição e à insegurança alimentar.

As políticas de combate a fome foram fortalecidas em 2006 com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) que é uma estratégia do governo brasileiro para promover a garantia do direito humano à alimentação adequada e combater a fome e a insegurança alimentar no país. A PNSAN foi instituída pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

Dentre as diretrizes da PNSAN estão o estímulo à agricultura familiar e agroecologia, a promoção de práticas alimentares saudáveis, a garantia do acesso a alimentos de qualidade, a ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o fortalecimento da agricultura urbana, a redução de perdas e desperdício de alimentos, entre outras. A PNSAN busca também promover a integração de políticas e programas relacionados à segurança alimentar e nutricional, envolvendo diferentes setores governamentais, organizações da sociedade civil e outros atores relevantes. Além disso, a participação social é um elemento central na implementação da política, por meio dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAs) em níveis federal, estadual e municipal (Brasil, 2006).

A década de 2010 foi marcada por estabelecer diretrizes e metas para orientar as políticas e ações voltadas para garantir a segurança alimentar e nutricional da população através do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLASAN),

lançado em 2011, envolvem diversas áreas, como, por exemplo, o fortalecimento da agricultura familiar; a aquisição de alimentos da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); programas de transferência de renda (como o Programa Bolsa-Família); e a oferta de alimentos a grupos em situação de vulnerabilidade, através do PNAE, do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e de uma rede de equipamentos de alimentação e nutrição composta por restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos (Rabelo; Ruckert, 2014, p. 86).

É importante destacar que ao aderir ao SISAN, os governos locais têm a oportunidade de aumentar seu poder político, uma vez que podem defender e implementar políticas de SAN em nível local. Isso permite uma maior proximidade com as demandas e realidades específicas de cada região, possibilitando ações mais efetivas no combate à fome, à desnutrição e à promoção da alimentação adequada e saudável. Pois o manual do estimula a participação dos governos estaduais e municipais, destacando a importância da participação da sociedade civil no desenvolvimento e articulação de políticas públicas relacionadas à SAN (Brasil, 2010).

Amaral Filho (2001) destaca que com a descentralização, as decisões políticas são levadas para mais perto dos usuários finais e da população em geral. Isso permite uma participação mais ampla e democrática. A descentralização permite uma maior eficiência na implementação de políticas públicas, uma vez que os governos locais estão mais próximos dos problemas e necessidades da população. Com isso os governos locais têm maior capacidade de responder de forma ágil e efetiva às demandas da população. Isso ocorre porque eles estão mais próximos dos problemas e podem tomar decisões mais rapidamente, sem a necessidade de passar por um longo processo burocrático permitindo uma governança mais próxima e sensível às necessidades locais.

A população brasileira passou por grandes transformações sociais nas últimas décadas, a partir de 2016, o Brasil enfrentou um período de desaceleração econômica e instabilidade política, o que afetou negativamente os recursos destinados a programas sociais e ações de desenvolvimento. Isso resultou em um aprofundamento da pobreza e da desigualdade social em várias regiões do país. Com a chegada da pandemia de COVID-19, a situação se agravou ainda mais. O isolamento social, a paralisação de atividades econômicas e a perda de empregos levaram a um aumento significativo da vulnerabilidade social e da insegurança alimentar. Milhões de pessoas passaram a enfrentar dificuldades para acessar alimentos básicos e garantir sua subsistência (Silva, 2020).

Os esforços que levaram o Brasil a sair do Mapa da Fome em 2014, durante o governo de Dilma Rousseff, não foram mantidos nos governos subsequentes. Embora o Direito Humano à Alimentação tenha sido inserido na Constituição e implementados programas de distribuição de renda e incentivo ao emprego e produção, essas ações não eliminaram totalmente a fome.

Programas essenciais para a segurança alimentar foram desmantelados com facilidade, especialmente após o golpe de 2016, evidenciando a fragilidade das conquistas alcançadas. Esses desmantelamentos tiveram efeitos profundos sobre a população brasileira, destacando-se a crescente crise de fome e o retorno do Brasil ao Mapa da Fome.

Segundo Vasconcelos et al. (2019), a mudança no comando executivo federal levou a mudanças de paradigmas e retrocessos nos direitos adquiridos, sem contar os cortes orçamentários que impactaram diretamente nas políticas sociais de alimentação e nutrição. (De Brito, 2021, p. 27).

Com o golpe parlamentar a Dilma Rousseff, houve uma mudança drástica na direção política do país, abrindo caminho para a ascensão da extrema direita ao poder. Após o golpe parlamentar de 2016, que iniciou o governo de Michel Temer, muitas políticas sociais sofreram cortes significativos em seus orçamentos. A abordagem neoliberal adotada confrontou diretamente as políticas públicas, afetando negativamente as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e de soberania alimentar, que perderam seu destaque e eficácia (Silva, 2023).

A implementação de um governo neoliberal no Brasil, especialmente durante o mandato de Michel Temer, entrou em conflito direto com as políticas de intervenção estatal que haviam sido estabelecidas com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais. Este novo enfoque governamental priorizou a redução dos gastos públicos, promovendo a ideia de que o mercado poderia resolver os problemas sociais através da concorrência e da geração de empregos (Viana, 2023).

Como resultado, houve uma desarticulação das ações governamentais previamente estabelecidas para mitigar as desigualdades. O governo Temer esvaziou a maior parte dos programas e ações que integravam o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), realizando cortes substanciais nos recursos destinados a esses programas. Este período marcou o início do desmonte da institucionalidade que havia sido construída nos governos anteriores para promover o direito humano à alimentação adequada e garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (IPEA, 2022).

O primeiro passo desse processo de desmonte foi a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que anteriormente era responsável pela coordenação de políticas voltadas para a agricultura familiar. As funções e responsabilidades dessa pasta foram parcialmente transferidas para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a Casa Civil. No entanto, essas atribuições perderam

força e eficácia, uma vez que não havia interesse significativo dos governantes em promover e apoiar essas políticas. Por consequência, as iniciativas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, que são essenciais para a segurança alimentar e nutricional, foram enfraquecidas, comprometendo o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades no campo (Vasconcelos *et al.*, 2019).

Para compreender melhor o contexto em que as políticas sociais no Brasil foram desmanteladas, é essencial considerar a sequência de ações governamentais que priorizaram uma agenda econômica ultraliberal. A partir de 2016, com a implementação da Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida como "Teto de Gastos", o cenário se agravou ainda mais.

Aprovada em 16 de dezembro de 2016, a emenda congelou, em termos reais, os gastos públicos primários da União por vinte anos, até 2036. O congelamento dos recursos impactou diretamente programas sociais voltados para a segurança alimentar e nutricional, contribuindo para um aumento da fome e da insegurança alimentar no país. A política fiscal contracionista, justificada pela necessidade de controlar o déficit público e garantir a estabilidade econômica, teve consequências severas para a população mais vulnerável (Macambira *et al.*, 2020).

A gravidade dessa situação foi confirmada pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017-2018, conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo a POF, 84,9 milhões de pessoas enfrentavam algum grau de insegurança alimentar, e aproximadamente 10,3 milhões viviam em situação de fome (IBGE, 2020). Esses números alarmantes evidenciam o impacto negativo das políticas de austeridade do governo Temer sobre a segurança alimentar e nutricional no Brasil, destacando a urgência de revisitar e reavaliar tais medidas para atenuar seus efeitos.

Além disso, a Reforma Trabalhista de 2017, que inicialmente prometia gerar mais empregos, acabou por aumentar a informalidade e precarizar as condições de trabalho. A promessa de mais oportunidades de emprego se transformou em um aumento significativo de postos de trabalho sem garantias formais, o que resultou em salários menores e instabilidade para muitas famílias. Essa precarização afetou diretamente a capacidade das famílias de garantirem uma alimentação adequada, exacerbando ainda mais a crise de fome no país (Macambira *et al.*, 2020).

[...] ao longo dos últimos anos, o povo brasileiro vem empobrecendo progressivamente e enfrentando as consequências da precarização da vida, sem o suporte adequado e efetivo de ações do Estado. O resultado da

combinação desses fatores teve reflexos claros na capacidade de acesso à alimentação suficiente e adequada pelas famílias brasileiras e constitui violação do preceito constitucional no Brasil relativo ao direito humano à alimentação adequada (Rede PENSSAN, 2022, p. 35).

A situação piorou ainda mais com a chegada de Jair Bolsonaro à presidência em 2019. Logo no início de seu mandato, ele implementou a Medida Provisória nº 870/2019, que foi posteriormente alterada pela Lei 13.844/2019, resultando na extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Esta medida intensificou a deterioração das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil (Porto *et al.*, 2022)

Para Porto *et al* (2022), a eliminação do CONSEA marcou uma mudança significativa na abordagem governamental à segurança alimentar. O CONSEA desempenhava um papel crucial na coordenação de políticas e ações para garantir o direito à alimentação adequada. Sem este órgão, as políticas de SAN enfraqueceram, diminuindo a capacidade do governo de atender às necessidades alimentares das populações mais vulneráveis.

Ademais, o governo Bolsonaro deu prioridade à agricultura voltada para a exportação, em detrimento da produção familiar local. Essa priorização favoreceu grandes empresas agrícolas e o setor agroexportador, enquanto a agricultura familiar, essencial para a segurança alimentar interna, foi deixada de lado. Essas mudanças não só contribuíram para o aumento da fome, mas também ampliaram as desigualdades no campo. Pequenos agricultores e produtores familiares, que são responsáveis por uma parte significativa dos alimentos consumidos internamente, enfrentaram ainda mais desafios para se manterem economicamente viáveis (Macedo, 2022).

Em 2019, foi concluído o segundo e último Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (II PLANSAN 2016-2019), encerrando um ciclo crucial de políticas integradas de segurança alimentar e nutricional no Brasil. Este plano desempenhou um papel vital na coordenação de diversas políticas públicas destinadas a garantir o direito humano à alimentação adequada. Sua articulação envolveu esforços significativos para integrar diferentes ações governamentais e sociais, visando combater a fome e promover a segurança alimentar em todo o país (Brasil, 2013).

Entretanto, a conclusão do II PLANSAN, aliada à extinção do CONSEA pelo governo de Jair Bolsonaro, representou um grave retrocesso nas políticas de

segurança alimentar do Brasil. Castro (2019) enfatiza que o CONSEA era um órgão essencial na formulação e monitoramento das políticas de SAN, servindo como um espaço de diálogo entre a sociedade civil e o governo. Sua extinção criou um vácuo significativo na coordenação e implementação de políticas de segurança alimentar.

Esse dismantelamento das políticas de segurança alimentar teve consequências profundas para a capacidade do país de responder eficazmente às necessidades alimentares da população, especialmente dos grupos mais vulneráveis. A ausência de um órgão coordenador como o CONSEA dificultou a integração de ações entre diferentes esferas governamentais e a mobilização de recursos adequados para enfrentar a fome (Castro, 2019).

Além disso, a falta de continuidade do PLANSA e a desarticulação das políticas de SAN comprometeram os avanços obtidos nos anos anteriores. A desmobilização das estruturas e redes de apoio estabelecidas durante o funcionamento do plano deixou lacunas críticas na proteção social e na garantia do direito à alimentação.

Tal situação foi agravada no primeiro dia de mandato do governo Bolsonaro, quando o Ministério do Trabalho e Previdência foi extinto e suas responsabilidades redistribuídas entre outros ministérios. Essa decisão teve um impacto significativo na estrutura de apoio ao trabalho e à seguridade social no Brasil, resultando em um aumento no desemprego, na informalidade e na pobreza, e, conseqüentemente, exacerbando a insegurança alimentar e a fome no país (Laranza, 2024).

A ausência de um ministério centralizado para coordenar as políticas trabalhistas e previdenciárias tornou as respostas às crises econômicas e sociais fragmentadas e menos eficazes. Esse dismantelamento foi um fator crítico na deterioração das condições de vida da população mais vulnerável. Com a economia já em retração, a pandemia de COVID-19 intensificou ainda mais essa situação, ampliando as fragilidades do sistema de proteção social brasileiro (Laranza, 2024).

Os dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), mostraram que, em 2021, mais de 116 milhões de pessoas enfrentavam algum grau de insegurança alimentar, sendo que 43,4 milhões estavam em situação de insegurança alimentar moderada ou grave, e 19,1 milhões estavam em situação de fome (Rede PENSSAN, 2022).

A combinação de crise econômica, crise sanitária, desemprego e cortes em programas sociais resultou em um aumento significativo da fome e da insegurança alimentar no Brasil. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que a insegurança alimentar grave, que corresponde à fome, aumentou substancialmente nos últimos anos (Schappo, 2021).

O aumento da fome se tornou evidente nas grandes cidades durante a pandemia e a desigualdade social ficou mais pronunciada. As filas em frentes de doação de alimentos e a busca por restos de comida em mercados e feiras livres tornaram-se cenas comuns. Essa situação reflete a falência das políticas públicas em garantir a segurança alimentar para todos os brasileiros (Freitas; Pena, 2020).

A pandemia também agravou as condições de trabalho no Brasil, intensificando a insegurança alimentar. Em 17 de novembro de 2021, foi aprovado um projeto de lei que restabeleceu o Ministério do Trabalho e Previdência. Durante os mais de dois anos de ausência do ministério, as condições de trabalho se deterioraram significativamente, com um aumento na informalidade e uma redução na segurança social. A falta de uma entidade centralizada para coordenar e implementar políticas eficazes resultou em maior vulnerabilidade para os trabalhadores, exacerbando a desigualdade e a insegurança econômica, o que, por sua vez, contribuiu para a crise alimentar. Embora o ministério tenha sido recriado, a ausência de propostas robustas e concretas manteve os desafios enfrentados pelos trabalhadores brasileiros (Oliveira, 2021).

Essa desestruturação não afetou apenas o Ministério do Trabalho e Previdência, mas também impactou significativamente a Agricultura Familiar, especialmente através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O PAA, ao longo dos anos, perdeu substancial apoio governamental, resultando em uma queda de 95% na comercialização de alimentos produzidos por esse setor, atingindo seu menor patamar. Em 2012, foram comercializadas 297 mil toneladas de alimentos, enquanto em 2019 esse número caiu drasticamente para apenas 14 mil toneladas, representando uma redução de 93% no investimento federal. Em termos financeiros, os repasses diminuíram de R\$ 587 milhões em 2012 para R\$ 41,3 milhões em 2019, registrando o menor valor desde a criação do programa em 2003 (Melito, 2020).

Além do impacto no Programa de Aquisição de Alimentos, a desestruturação das políticas públicas também atingiu fortemente o Programa Cisternas. Esse programa, essencial para garantir o acesso à água em regiões áridas, sofreu uma

acentuada redução nos investimentos ao longo dos anos. Em 2014, o Programa Cisternas recebeu um investimento recorde de 643 milhões de reais, permitindo a entrega de 149 mil cisternas. No entanto, sob o governo Bolsonaro, o orçamento previsto para o período de 2020 a 2023 foi drasticamente reduzido para 183 milhões de reais, com uma média anual de apenas 45,7 milhões (Ferreira, 2021).

Em 2020, foram entregues apenas 8.310 cisternas pelo programa, e a projeção para 2021 era de apenas 3.000 reservatórios. Essa redução representa uma queda de 94,5% nos investimentos em comparação a 2014. O desmonte do programa não apenas diminuiu o número de cisternas entregues, mas também resultou no abandono de critérios essenciais para atender à demanda de forma adequada (Ferreira, 2021).

Em 2021, o governo decretou o fim do Programa Bolsa Família através da Medida Provisória (MP) nº 1.061, substituindo-o pelo Auxílio Brasil. O Bolsa Família, durante seus 18 anos de funcionamento, desempenhou um papel fundamental na diminuição da pobreza e na segurança alimentar, beneficiando milhões de famílias vulneráveis. A sua extinção e substituição geraram diversas preocupações sobre a eficácia e continuidade das políticas de combate à fome (Nunes, 2021).

As incertezas quanto à continuidade ou possíveis mudanças do Auxílio Brasil são importantes de mencionar, pois o programa tinha previsão de duração até o final de 2022, coincidindo com o período das eleições presidenciais. Isso gerou preocupações sobre o uso eleitoral do programa e a possibilidade de sua descontinuidade após as eleições, criando uma situação de instabilidade para as famílias que dependiam desse benefício para garantir sua alimentação e subsistência (Nunes, 2021).

Depois do golpe parlamentar de 2016, o Brasil experimentou uma intensificação das políticas neoliberais, levando ao desmonte de várias iniciativas sociais, incluindo programas de alimentação. A introdução da Emenda Constitucional nº 95/2016 limitou o aumento dos investimentos em políticas sociais essenciais. Além disso, a eliminação de ministérios cruciais, como o Ministério do Trabalho, enfraqueceu a organização dos trabalhadores e sua capacidade de defender seus direitos através dos sindicatos (Gomide; Silva; Leopoldi, 2023).

Durante décadas, as políticas de alimentação no Brasil passaram por constantes alterações, refletindo diferentes abordagens como intervenção estatal, assistencialismo e focalização. Estas políticas alternaram entre um estado mínimo e um estado protetor, com variações significativas dependendo do governo. As ações

governamentais frequentemente revelavam intenções de manter a fome de forma explícita ou implícita, conforme o contexto político e econômico.

Em termos mais objetivos, o posicionamento negligente frente a uma das mazelas mais gritantes, que é a fome, por parte do Governo Federal, dá sinais de que essa agenda tem um espaço menor na condução da gestão pública, o que impacta diretamente o DHAA. (Observatório da Desigualdade, 2022, p. 18).

Um claro indicativo de que as escolhas políticas refletem projetos específicos foi já citada Emenda Constitucional nº 95/2016, esta emenda impede o aumento de investimentos em setores sociais essenciais, incluindo a alimentação, que são vitais para o combate à fome. Além de dificultar a implementação de políticas de combate à fome, essa medida também expõe a tensão entre a necessidade de responsabilidade fiscal e a obrigação de garantir direitos básicos à população (Macambira *et al.*, 2020).

Contrariamente à geração de novas oportunidades, as reformas, como a trabalhista, intensificaram o desemprego e dificultaram o acesso à renda para muitos trabalhadores. Os principais beneficiários dessas mudanças foram os empresários, que viram seus interesses financeiros atendidos, enquanto os sindicatos, tradicionalmente defensores dos direitos dos trabalhadores, tiveram seu financiamento enfraquecido. Essas contrarreformas claramente visaram limitar a capacidade de organização e reivindicação dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e salários (Lanzara, 2024).

Conforme Freitas e Penha (2020), o resultado direto dessas mudanças contribuiu para o aumento do desemprego e a queda na renda dos trabalhadores tornaram ainda mais difícil o acesso a uma alimentação adequada. A combinação de desemprego crescente, baixos salários e redução da proteção social ampliou a insegurança alimentar, a fome e a vulnerabilidade social, deixando muitas famílias em situação crítica. Esta realidade mostra como as reformas, ao invés de resolverem a crise, contribuíram para aprofundar as desigualdades e aumentar a fome entre os segmentos mais desfavorecidos da população.

Essa deterioração das condições sociais e econômicas foi refletida de forma alarmante no retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU. Em 2014, o Brasil havia saído desse mapa, mas voltou a figurar durante o governo Bolsonaro e, de acordo com a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), o país viu um aumento drástico na insegurança alimentar. A sequência de políticas neoliberais e contrarreformas resultou em um aumento significativo da fome nos

últimos três anos, com 70,3 milhões de brasileiros enfrentando insegurança alimentar moderada e 21,1 milhões sofrendo de insegurança alimentar grave, caracterizada pela fome (Lisboa, 2023).

Para o Boletim Políticas Sociais do IPEA (2023), as políticas de desmantelamento dos programas de segurança alimentar e o desfinanciamento das políticas públicas de apoio à alimentação exacerbaram essa situação, evidenciando a necessidade urgente de políticas públicas eficazes para reverter esse cenário e garantir os direitos básicos da população.

Além disso, essas mudanças políticas agravaram a vulnerabilidade das famílias mais pobres, ampliando a desigualdade social. A crise econômica, combinada com a falta de apoio governamental adequado, deixou milhões de brasileiros em uma situação de extrema necessidade, evidenciando a falha das políticas neoliberais em garantir uma rede de segurança adequada para os mais desfavorecidos (Observatório da Desigualdade, 2022).

O retorno de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência do Brasil em 2023 trouxe a promessa de retomada das políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e a redução da pobreza. Durante seus mandatos anteriores (2003-2010), o governo Lula foi associado a políticas que reduziram a fome e a desigualdade social, e a expectativa era de que essas iniciativas fossem reavivadas em seu novo mandato. Ao assumir o cargo, o governo se comprometeu a fortalecer e ampliar programas sociais com o objetivo de melhorar as condições de vida dos brasileiros mais vulneráveis.

No início de seu mandato, foi dada prioridade à reinstalação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), que funciona como um espaço institucional para a coordenação de políticas de segurança alimentar em nível municipal. A revitalização do COMSEA incluiu maior participação da sociedade civil e reforço nas capacidades de monitoramento e avaliação das políticas públicas de alimentação (Brasil, 2023).

Outra medida adotada foi a revogação da Lei nº 14.284 e a reativação do Programa Bolsa Família, que foi reformulado e ampliado em 2023. O programa foi ajustado para incluir mais beneficiários e garantir maior acesso à proteção social. A nova Lei nº 14.601/2023 estabelece, entre seus objetivos, o combate à fome, a interrupção do ciclo de pobreza entre gerações e a promoção do desenvolvimento e da proteção social das famílias, especialmente das crianças e adolescentes em situação de pobreza (Brasil, 2023).

Além disso, o governo reformulou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que havia sofrido cortes em gestões anteriores. O relançamento do PAA foi visto como uma medida estratégica para promover a agricultura familiar, ao garantir a compra de alimentos produzidos por pequenos agricultores e sua distribuição para populações vulneráveis, como escolas públicas e instituições de caridade (Brasil, 2023).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) também foi fortalecido, com aumento dos recursos destinados à alimentação de estudantes em escolas públicas. Essa medida busca garantir refeições nutritivas para as crianças, contribuindo para seu desenvolvimento físico e cognitivo, além de estimular a integração com outros programas relacionados à alimentação, como o PAA (Brasil, 2023).

Por fim, o Plano Brasil Sem Fome, lançado pelo governo, integra diversas políticas públicas voltadas para a segurança alimentar, a geração de empregos e a inclusão social. O plano estabelece metas claras, como tirar o Brasil do Mapa da Fome da FAO até 2030, reduzir a insegurança alimentar e nutricional e diminuir as taxas de pobreza (Brasil, 2023).

Os resultados preliminares das políticas implementadas em 2023 indicam uma redução significativa na situação de fome. No entanto, é essencial que o governo continue a monitorar e ajustar suas estratégias para garantir que as metas sejam cumpridas e que as políticas sejam adaptadas às necessidades emergentes da população. A colaboração entre governo e sociedade civil será fundamental para o sucesso contínuo dessas iniciativas.

4 PANDEMIA DE COVID-19 E AÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: A Fome em Tempos de Crise

A pandemia de COVID-19 trouxe à tona uma crise alimentar sem precedentes, exacerbando as desigualdades e intensificando a fome em várias partes do mundo, incluindo o Brasil.

Neste capítulo, examinaremos como a pandemia agravou a fome no país, avaliando as respostas do governo e as políticas adotadas para mitigar essa crise. Além disso, exploraremos as ações da sociedade civil, que emergiram como uma força vital no combate à fome durante este período de emergência.

Movimentos sociais, ONGs e lideranças comunitárias desempenharam um papel crucial ao garantir que alimentos chegassem às mesas dos mais vulneráveis. Este capítulo busca oferecer uma visão abrangente das dinâmicas entre o Estado e a sociedade civil no enfrentamento da fome durante a pandemia, destacando as lições aprendidas e as implicações para o futuro.

4.1 Particularidade da Fome na Pandemia de COVID-19

A pandemia de COVID-19, que teve início no final de 2019 e rapidamente se espalhou pelo mundo em 2020, apresentou desafios inéditos para governos e sociedades. No Brasil, a resposta do governo Jair Bolsonaro foi amplamente criticada pela falta de ações eficazes. Essa inércia governamental resultou em impactos profundos em diversas áreas, especialmente na segurança alimentar.

Desde o início da pandemia, o governo Bolsonaro adotou uma postura que minimizava os riscos e impactos da COVID-19. Com frequência, Bolsonaro se opôs às medidas de distanciamento social, uso de máscaras e vacinação, promovendo a ideia de que a pandemia não era tão grave. Essa abordagem contribuiu para uma resposta descoordenada e insuficiente no controle da disseminação do vírus (Gondo; Oliveira, 2022).

Além disso, Bolsonaro foi acusado de disseminar desinformação sobre o vírus e métodos de prevenção, o que gerou confusão e resistência entre a população. Ele apoiou o uso de tratamentos sem comprovação científica, como a cloroquina, e fez declarações públicas que minimizaram a gravidade da doença e a eficácia das

vacinas. Essa desinformação teve um impacto direto na adesão da população às medidas preventivas, contribuindo para as altas taxas de contágio e mortalidade (Falcão; Souza, 2021).

Como resultado desse cenário de desinformação e falta de coordenação eficaz, a crise econômica se aprofundou durante a pandemia, levando a um aumento significativo da fome e da pobreza no país. Segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), em 2021, mais de 116 milhões de brasileiros enfrentavam algum grau de insegurança alimentar, com 19 milhões em situação de fome (Rede PENSSAN, 2021).

Essa crise de insegurança alimentar no Brasil, embora grave, reflete uma tendência global, onde a pandemia exacerbou problemas já existentes em diversos países. Segundo a FAO, em 2021, mais de 811 milhões de pessoas enfrentaram a fome no mundo, com quase 2,37 bilhões sem acesso a uma alimentação adequada. Essa realidade demonstra que o Brasil não está isolado em sua luta contra a fome, mas faz parte de um problema maior que exige respostas coordenadas em nível internacional para garantir a segurança alimentar global (FAO, 2021).

De maneira semelhante, a situação da fome no Brasil durante a pandemia espelha um padrão observado em toda a América Latina. Países como Argentina e Colômbia também enfrentaram aumentos significativos na insegurança alimentar, exacerbados por respostas governamentais inadequadas e crises econômicas prolongadas. No entanto, o Brasil, devido ao seu tamanho e à sua complexidade social, viu uma combinação única de desafios que agravaram a fome, como a falta de coordenação nacional e o impacto desigual entre as regiões. Comparar a resposta brasileira com a de outros países latino-americanos pode ajudar a entender melhor as falhas e acertos das políticas públicas adotadas durante a pandemia.

Para entender melhor os desafios enfrentados pelo Brasil durante a pandemia, é útil comparar sua resposta com a de outros países da América Latina. Na Argentina, por exemplo, o governo implementou rapidamente medidas de isolamento social e lançou programas robustos de assistência social, como o 'Ingreso Familiar de Emergencia' (IFE), que ajudou milhões de famílias a evitar a fome (Rosenberg, 2021). Embora o país também tenha sofrido com a crise, a resposta governamental mais coordenada ajudou a mitigar alguns dos piores efeitos da pandemia.

Em contraste, a Colômbia enfrentou desafios semelhantes ao Brasil, com uma alta dependência de trabalho informal e uma resposta governamental fragmentada.

No entanto, a implementação de um programa de renda básica temporária ajudou a aliviar a fome em comunidades urbanas pobres (Senna; Maior, 2022). A comparação entre esses países evidencia que, embora a pandemia tenha causado estragos em toda a região, as diferenças nas respostas governamentais resultaram em níveis variados de impacto na segurança alimentar. O caso brasileiro destaca as consequências de uma abordagem menos coordenada e a falta de políticas públicas eficazes.

Essas disparidades nas respostas governamentais tornam-se ainda mais evidentes ao se observar a desigualdade regional dentro do Brasil durante a pandemia. Embora o país como um todo tenha enfrentado desafios imensos durante a pandemia de COVID-19, os impactos foram sentidos de forma desigual entre as diferentes regiões do país. O Norte e o Nordeste, historicamente as regiões mais pobres e vulneráveis, sofreram um impacto desproporcional. No Norte, o Amazonas se destacou como o epicentro da pandemia, com o colapso do sistema de saúde em Manaus, onde hospitais ficaram sem oxigênio, resultando em inúmeras mortes evitáveis (De Souza et al., 2021). Além disso, a fome atingiu níveis críticos, com comunidades ribeirinhas e indígenas enfrentando dificuldades extremas para acessar alimentos básicos devido ao isolamento geográfico e à falta de apoio governamental (CIMI, 2019).

No Nordeste, estados como Bahia e Maranhão, já marcados por altos índices de pobreza, viram a fome crescer exponencialmente. A falta de infraestrutura de saúde e a precariedade das redes de apoio social exacerbaram a situação. Em contraste, regiões como o Sudeste, embora também impactadas, conseguiram responder de forma mais eficaz devido à melhor infraestrutura e maior capacidade de mobilização de recursos (Cardoso et al., 2022). Essas disparidades regionais refletem a desigualdade estrutural que caracteriza o Brasil e enfatizam a necessidade de políticas públicas que considerem essas especificidades locais na resposta a crises.

Durante a pandemia, muitos governos estaduais e municipais tomaram decisões próprias para suprir parcialmente os efeitos da crise, diante da falta de uma coordenação nacional eficiente. Alguns estados implementaram medidas de isolamento, distribuíram cestas básicas e criaram programas de transferência de renda para ajudar as famílias mais vulneráveis. Essas ações foram essenciais para reduzir os impactos imediatos da crise econômica e sanitária, embora tenham sido

insuficientes para resolver os problemas estruturais agravados pela pandemia (Matta et al., 2021).

Nesse sentido, foi necessária a intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF), que concedeu autonomia aos estados e municípios para tomada de decisões no combate à pandemia do coronavírus, pois,

[...] o Governo Federal negligenciou suas responsabilidades na condução de um planejamento nacional; teceu diretrizes conflituosas à população e aos profissionais da equipe técnica do governo, gerando conflitos e desgastes, culminando na exoneração de dois ministros da saúde, em plena pandemia, e permanecendo até o momento com um ministro sem formação na área médica. (Cruz, 2020, p. 10).

Essa falta de liderança e coerência na gestão da saúde pública durante a pandemia teve consequências graves para o enfrentamento da crise. O governo Bolsonaro enfrentou várias problemáticas que contribuíram para o agravamento da situação, incluindo a subestimação constante da gravidade da pandemia por parte do presidente, que chegou a comparar o vírus a uma "gripezinha" e se opôs a medidas restritivas. Essa postura dificultou a implementação de políticas de saúde pública necessárias para conter o avanço do vírus e proteger a população (Silva, 2020).

Em uma análise sobre os posicionamentos político-ideológicos do presidente Jair Bolsonaro, Monari et al. (2021) destacaram que,

desde o início da pandemia, Bolsonaro [travou] embates quase diários com governadores e prefeitos sobre a condução das medidas para conter o vírus. Enquanto estes [eram], em grande parte, adeptos do isolamento social, Bolsonaro [era] contra essas medidas em prol da economia e propagava o uso de medicamentos sem comprovação científica para o tratamento da enfermidade (Monari et al., 2021, p. 16).

Essa postura conflitua e a falta de consenso entre as esferas de governo refletiram-se diretamente nas políticas públicas de segurança alimentar no Brasil, evidenciando um problema recorrente na história do país, a descontinuidade dessas políticas ao longo dos anos. Poucas iniciativas alcançaram o status de políticas de Estado amparadas pela Constituição, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que evoluiu de uma campanha assistencial para uma política abrangente e fundamental na redução da desnutrição infantil nas regiões mais pobres do país (Peixinho, 2013). No entanto, a pandemia de COVID-19 evidenciou a fragilidade de muitas dessas políticas, que, sem um planejamento coordenado e contínuo, não conseguiram atender às necessidades básicas de milhões de brasileiros durante a crise sanitária (Amorim; Ribeiro; Bandoni, 2020).

Somado a essa descontinuidade, as políticas de austeridade implementadas no Brasil desde 2016, particularmente a Emenda Constitucional 95, enfraqueceram significativamente a capacidade do Estado de responder à crise desencadeada pela pandemia de COVID-19. Os cortes nos investimentos em saúde, educação e assistência social agravaram as condições de vida das populações mais vulneráveis, contribuindo para o aumento da pobreza e da fome. Essa política de contenção de gastos demonstrou suas limitações em um momento em que a necessidade de proteção social era mais urgente do que nunca (Santos et al., 2023).

O dismantelamento de políticas públicas de segurança alimentar, iniciado antes da pandemia, teve um impacto devastador sobre a capacidade do Brasil de responder eficazmente à crise. A Emenda Constitucional 95, que congelou os investimentos públicos por 20 anos, resultou em cortes drásticos em programas essenciais como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Bolsa Família, que foram fundamentais para reduzir a fome no país. Com a pandemia, essas políticas enfraquecidas falharam em oferecer suporte adequado à população vulnerável, agravando a situação de fome e ampliando as desigualdades sociais (Santos et al., 2021).

Ademais pandemia de COVID-19 teve um impacto devastador na segurança alimentar no Brasil pois com a crise econômica desencadeada pela pandemia, aumentou a pobreza e a desigualdade, agravando a fome no país. Por conta da crise econômica e da perda massiva de empregos, muitas famílias enfrentaram dificuldades para garantir sua subsistência. A insegurança alimentar aumentou significativamente durante a pandemia. De acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), em 2021, cerca de 19 milhões de brasileiros estavam em situação de fome, e mais de 116 milhões enfrentavam algum grau de insegurança alimentar (Rede PENSSAN, 2021).

A gestão inadequada da pandemia agravou ainda mais esse quadro, resultando em um aumento significativo da fome, exacerbado pela crise econômica e pela falta de apoio governamental adequado. Esse cenário desencadeou um crescimento drástico no desemprego e na informalidade, comprometendo a capacidade das famílias de garantir seu sustento.

Esse contexto econômico adverso teve um impacto particularmente severo nos trabalhadores informais e precários, que constituem uma parcela significativa da força de trabalho no Brasil. Sem acesso a redes de proteção social adequadas, esses

trabalhadores enfrentaram uma queda drástica na renda, contribuindo para o aumento da fome entre essas populações. A pandemia intensificou a precariedade das condições de trabalho, forçando muitos a escolher entre o risco de exposição ao vírus e a necessidade de garantir sua subsistência. Como resultado, a perda de renda empurrou muitas famílias para a pobreza extrema, aumentando a dependência de programas de assistência social e doações (Cruz, 2020).

Como medida de mitigação, o Auxílio Emergencial foi implementado com o objetivo de fornecer alívio financeiro durante a pandemia. Embora tenha desempenhado um papel significativo, o programa recebeu críticas por sua gestão inadequada e por não atender de forma plena às necessidades das famílias afetadas. Inicialmente, o auxílio ofereceu algum alívio, mas as subseqüentes reduções nos valores e a interrupção temporária do programa em 2021 deixaram muitas famílias sem o suporte necessário, revelando falhas consideráveis na execução do programa (Sordi, 2023).

Além disso, a pandemia levou à interrupção e redução de programas sociais cruciais, como o Bolsa Família e o já mencionado Auxílio Emergencial, comprometendo a rede de proteção social essencial para muitos brasileiros. A ausência de um suporte contínuo e adequado agravou a vulnerabilidade alimentar e a pobreza, ampliando as desigualdades sociais no país. As populações mais vulneráveis, incluindo trabalhadores informais, mulheres, negros e pessoas em situação de rua, foram particularmente prejudicadas. A desigualdade no acesso a serviços de saúde, oportunidades de trabalho e segurança alimentar foi intensificada pela falta de políticas inclusivas eficazes (Sordi, 2023).

A ausência de uma coordenação nacional eficiente exacerbou os problemas na resposta à pandemia. Estados e municípios foram deixados a cargo de implementar suas próprias medidas, resultando em uma aplicação desigual e fragmentada das políticas de saúde pública. A falta de um plano unificado e de apoio federal adequado dificultou a implementação de lockdowns e a distribuição de recursos essenciais, como testes e equipamentos de proteção individual (Cardoso et al., 2022).

Ademais, a pandemia evidenciou a falta de investimento crônico no sistema de saúde pública. Hospitais enfrentaram superlotação, falta de leitos de UTI e escassez de equipamentos e insumos básicos. A crise sanitária foi exacerbada pela falta de recursos e pela ineficiência na gestão da saúde pública (Cardoso et al., 2022). A campanha de vacinação no Brasil foi marcada por atrasos e falta de planejamento.

Bolsonaro inicialmente questionou a eficácia das vacinas, o que gerou desconfiança e resistência entre a população. Além disso, a aquisição e distribuição de vacinas foram mal coordenadas, resultando em atrasos e desigualdade na aplicação das doses (Monari et al., 2021).

O contexto pandêmico revelou a precariedade da infraestrutura de saúde no Brasil, especialmente em regiões mais pobres e periféricas. Com a superlotação dos hospitais, falta de equipamentos de proteção individual (EPIs) e escassez de leitos de UTI, foram problemas recorrentes durante a crise. Essa desigualdade no acesso à saúde ficou ainda mais evidente, com populações mais pobres enfrentando maiores dificuldades para receber tratamento adequado, resultando em taxas de mortalidade mais altas entre as comunidades mais vulneráveis (Matta et al., 2021).

As medidas de isolamento social, essenciais para a contenção da COVID-19, revelaram profundas desigualdades sociais no Brasil. Enquanto parte da população conseguiu se isolar com relativa segurança, milhões de brasileiros que vivem em favelas e áreas periféricas enfrentaram condições de moradia que tornaram impossível seguir as recomendações sanitárias. A falta de saneamento básico e o espaço inadequado para isolamento, muitas vezes compartilhado entre várias pessoas em um mesmo cômodo, exacerbaram o risco de contágio entre os mais vulneráveis, aprofundando ainda mais as disparidades sociais existentes (Pires, 2020).

A crise sanitária também impactou significativamente a educação, com escolas fechadas e a necessidade de ensino remoto. No entanto, a desigualdade digital dificultou o acesso de muitos estudantes às aulas online, especialmente aqueles de famílias de baixa renda que não possuíam equipamentos adequados ou acesso à internet. Com a interrupção do ensino presencial, aumentou a evasão escolar e afetou o desempenho acadêmico, ampliando as desigualdades educacionais no país (Dias; Ramos, 2022).

Outra consequência significativa foi o impacto psicológico causado pelo isolamento social, a incerteza quanto ao futuro e a perda de entes queridos que contribuíram para o aumento dos casos de ansiedade, depressão e outros transtornos mentais. A falta de apoio psicológico e de políticas públicas voltadas para a saúde mental agravou essa situação, especialmente entre as populações mais vulneráveis que enfrentavam múltiplas adversidades (Noal; Passos; Freitas, 2020).

O estresse constante causado pela incerteza sobre a próxima refeição, aliado à perda de renda e ao isolamento social, resultou em um aumento significativo nos casos de depressão e ansiedade entre as populações mais vulneráveis. Estudos demonstram que a fome não afeta apenas o corpo, mas também a mente, criando um ciclo vicioso de pobreza e deterioração da saúde mental que é extremamente difícil de romper. Esse impacto psicológico agrava ainda mais a situação das famílias em insegurança alimentar, tornando a recuperação pós-pandemia um desafio ainda maior (Dias; Ramos, 2022).

Além dos impactos diretos sobre a saúde mental, a pandemia também afetou profundamente setores essenciais para a segurança alimentar, como a agricultura familiar. Esse setor, responsável por uma parte significativa da produção de alimentos no Brasil, enfrentou desafios sem precedentes durante a crise. A redução da demanda, as dificuldades no escoamento dos produtos e o aumento dos custos de produção ameaçaram a subsistência de muitos pequenos agricultores. A falta de apoio governamental adequado para este setor crucial teve um impacto direto na oferta de alimentos frescos e saudáveis, exacerbando a insegurança alimentar tanto em áreas rurais quanto urbanas. A pandemia destacou a vulnerabilidade da agricultura familiar e a urgência de políticas públicas que assegurem sua sustentabilidade a longo prazo.

No entanto, em meio a essas dificuldades, diversas comunidades e regiões no Brasil encontraram formas inovadoras de contornar os desafios impostos pela pandemia na produção e distribuição de alimentos. Cooperativas de pequenos agricultores, por exemplo, começaram a utilizar plataformas digitais para vender diretamente aos consumidores, evitando intermediários e garantindo uma fonte de renda em tempos de mobilidade reduzida.

Além disso, redes de solidariedade foram formadas para distribuir alimentos frescos em áreas urbanas, especialmente nas periferias, onde a insegurança alimentar era mais aguda. Essas iniciativas, embora localizadas, evidenciaram a resiliência e a capacidade de adaptação da sociedade brasileira em enfrentar a fome durante a pandemia.

Entretanto, entre as populações mais afetadas pela fome durante a pandemia estão as comunidades indígenas e quilombolas. Historicamente marginalizadas, essas populações enfrentaram desafios ainda maiores para acessar alimentos e cuidados de saúde durante a crise. A ausência de políticas públicas específicas e a dificuldade de acesso a programas de assistência exacerbou a situação de

insegurança alimentar nessas comunidades, revelando a necessidade urgente de medidas direcionadas e de maior inclusão nas políticas de proteção social.

As comunidades indígenas e tradicionais enfrentaram desafios específicos durante a pandemia, exacerbando a já crítica situação de fome. Em Mato Grosso, por exemplo, indígenas isolados relataram uma grave falta de recursos e transporte para acessar alimentos, resultando em fome e desnutrição (Agostini, 2021).

A deficiência de infraestrutura, a demora na realização de testes e a ausência de políticas públicas voltadas para essas comunidades agravaram o risco de contágio e a insegurança alimentar, deixando essas populações ainda mais vulneráveis (Cimi, 2020). Esses desafios evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas que considerem as especificidades culturais e geográficas das comunidades tradicionais, garantindo acesso adequado a alimentos e cuidados de saúde durante crises sanitárias.

Além dos problemas enfrentados por essas comunidades, as mudanças nos hábitos alimentares gerais durante a pandemia também contribuíram significativamente para o agravamento da fome. O aumento no consumo de alimentos ultraprocessados, impulsionado pela dificuldade de acesso a produtos frescos e pela insegurança financeira, teve um impacto negativo substancial na saúde nutricional da população. Esse fenômeno reflete a dificuldade crescente das famílias em garantir uma alimentação equilibrada e adequada em meio à crise (Brasil, 2023).

Um reflexo alarmante desse agravamento foi o surgimento da "fila do osso", um fenômeno que se intensificou em 2021. Nesse contexto, muitas pessoas passaram a depender da doação de ossos e restos de carne como a principal fonte de proteína. A "fila do osso" ilustra de maneira gritante a profunda desigualdade e a extrema precariedade alimentar que acometeu diversas famílias brasileiras, evidenciando a dificuldade crescente em garantir uma alimentação adequada e nutritiva durante o período crítico da pandemia (Carriconde, 2021).

Durante a pandemia, a chamada "fila do osso" se tornou um símbolo impactante da crise alimentar no Brasil. Com o agravamento da fome e o aumento da pobreza, muitas famílias passaram a depender de doações de alimentos e de restos de carne, como ossos e partes menos nobres, para garantir a subsistência.

Essa conjuntura, amplamente noticiado e retratado como uma metáfora para a situação crítica enfrentada pelos brasileiros mais vulneráveis, ganhou notoriedade especialmente em 2021, quando a economia em dificuldades e a inflação elevaram

ainda mais os preços dos alimentos, tornando-os inacessíveis para grande parte da população. Reportagens como a do Brasil de Fato destacam que a "fila do osso" não é apenas uma expressão de miséria, mas um reflexo das falhas sistêmicas em garantir segurança alimentar e acesso digno a uma alimentação de qualidade. A situação expõe a necessidade urgente de políticas públicas eficazes que abordem tanto a fome quanto as desigualdades sociais amplificadas pela pandemia (Carriconde, 2021).

Além de evidenciar a crise alimentar interna, a pandemia de COVID-19 também destacou a interconexão entre a crise ambiental e a fome. A degradação ambiental, exacerbada por práticas agrícolas insustentáveis e pelo desmatamento, contribui para a perda de biodiversidade e o surgimento de novas doenças zoonóticas, como o coronavírus. Essa conexão entre saúde e meio ambiente revela que práticas insustentáveis criam condições propícias para novas doenças infecciosas. Assim, a pandemia demonstrou que a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental são indissociáveis, e que políticas públicas eficazes precisam abordar ambas as questões de maneira integrada (Wallace, 2020). Para prevenir futuras pandemias e garantir a segurança alimentar, é fundamental promover práticas agrícolas que respeitem a biodiversidade e evitem a destruição de ecossistemas.

Nesse contexto, o papel das instituições internacionais se mostrou crucial. Organizações como a FAO e o PMA alertaram para o aumento da fome no mundo, incluindo no Brasil, e forneceram diretrizes e apoio técnico para a implementação de políticas de segurança alimentar. No entanto, a falta de uma coordenação mais efetiva entre o governo brasileiro e essas instituições limitou o impacto das recomendações internacionais, contribuindo para a deterioração da situação alimentar no país. Enquanto países como o Peru conseguiram mitigar os impactos da fome de maneira mais eficaz devido ao maior alinhamento com as políticas recomendadas, o Brasil sofreu com a falta de resposta coordenada a nível federal (FAO, 2021). Esse contraste sublinha a importância da cooperação internacional e da adesão às diretrizes globais para a segurança alimentar em tempos de crise.

Além disso, os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a fome e a segurança alimentar no Brasil devem se estender muito além do fim da crise sanitária. A combinação de recessão econômica, aumento da pobreza e desigualdade social deixou marcas profundas que podem levar anos para serem superadas. Projeções indicam que a recuperação econômica será lenta e desigual, e que a fome pode se perpetuar entre as populações mais vulneráveis, especialmente sem uma intervenção

robusta e contínua do Estado. A pandemia não apenas exacerbou problemas preexistentes, mas também criou desafios adicionais que exigem uma reavaliação urgente das políticas de segurança alimentar no país.

Diante dessa realidade, os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a segurança alimentar no Brasil provavelmente se estenderão por muitos anos. A recuperação econômica será lenta e desigual, e sem intervenções robustas, a fome poderá se perpetuar entre as populações mais vulneráveis. Para enfrentar esses desafios, é fundamental que o Brasil adote uma abordagem de sustentabilidade crítica e multidimensional, que inclua políticas públicas eficazes e o engajamento de toda a sociedade na promoção da saúde humana e ambiental (Ribeiro-Silva, 2020)

Além dos impactos mencionados, a gestão inadequada da pandemia pelo governo Bolsonaro exacerbou a crise, resultando em uma taxa alarmante de mortalidade por COVID-19 no Brasil. Até o final de 2022, o país registrou mais de 600 mil mortes, tornando-se um dos mais afetados globalmente. A falta de coordenação eficaz, combinada com o negacionismo e a disseminação de informações incorretas, aprofundou o cenário trágico e deixou uma marca profunda de dor e perda na sociedade brasileira (Castilho et al., 2023).

Cabe registrar que o maior número de mortos pela COVID-19 encontra-se entre a população mais empobrecida, em sua maioria negros(as) - pretos(as) e pardos(as) - que, historicamente, sofrem do racismo estrutural, desde o período de colonização na formação sócio-histórica do Brasil, quando seus corpos foram sequestrados de África e escravizados, servindo à assim chamada acumulação primitiva capitalista no país. Bem como as populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, originárias, atingidas por barragem, que vêm sendo cada vez mais dizimadas e oprimidas, expulsas de suas terras e assassinadas pelo agronegócio, grileiros e mineradoras. Milhares de trabalhadores e trabalhadoras, moradores de morros e favelas nas periferias das cidades e que vivem em situação de rua, que em sua grande maioria estão desempregados, em trabalhos informais, precários, temporários, intermitentes, são os mais pauperizados, e que ampliam a superpopulação relativa em sua condição latente, flutuante e estagnada, sem direitos sociais e trabalhistas (Abramides, 2021, p. 30).

Nesse contexto de vulnerabilidade ampliada, a pandemia de COVID-19 não apenas expôs as fragilidades do sistema de saúde pública brasileiro, mas também acentuou as desigualdades sociais existentes. As decisões do governo Bolsonaro, caracterizadas pela inércia e pela disseminação de desinformação, agravaram significativamente a situação de milhões de brasileiros, transformando a crise sanitária em uma crise humanitária. Além do elevado número de mortes, a crise impulsionou um aumento substancial da fome e da pobreza, afetando severamente aqueles que sobreviveram.

Esse cenário destacou de maneira incisiva as falhas críticas nas políticas públicas e na proteção social, sublinhando a necessidade urgente de uma revisão abrangente das estratégias de saúde e assistência social. A crise revelou a importância de desenvolver respostas mais equitativas e eficazes para enfrentar as lacunas e proteger melhor a população em situações de emergência. Neste contexto, a sociedade civil desempenhou um papel crucial ao mobilizar recursos e iniciativas que mitigaram os impactos da fome durante a pandemia, evidenciando sua capacidade de atuar onde as políticas públicas falharam.

4.2 Ações da Sociedade Civil na Pandemia

A pandemia de COVID-19 desencadeou uma crise sem precedentes no Brasil, afetando não apenas a saúde pública, mas também agravando questões sociais já existentes, como a desigualdade e a fome. A rápida disseminação do vírus e as medidas de isolamento social impostas para conter sua propagação impactaram severamente a economia, levando ao aumento do desemprego e à redução drástica na renda de milhões de brasileiros.

Como resultado, a fome, que já era um desafio para uma parcela significativa da população, tornou-se uma realidade brutal para um número ainda maior de pessoas. Essa crise sanitária expôs de forma contundente as fragilidades estruturais pré-existentes, destacando como a falta de preparação adequada contribuiu para o agravamento das condições de vida das camadas mais vulneráveis.

A ausência de uma coordenação efetiva e a falta de mecanismos participativos de formulação de políticas agravaram a situação de fome no Brasil. Em 2018, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) já apontava para um aumento alarmante no número de brasileiros em situação de fome, especialmente nas regiões Norte e Nordeste do país. A combinação de desigualdades históricas, políticas públicas insuficientes e a crescente vulnerabilidade das populações mais pobres criou um ambiente propício para o retorno da fome em larga escala, mesmo antes da pandemia de COVID-19.

Os movimentos sociais no Brasil possuem uma sólida tradição de luta por direitos sociais, entre eles o direito à alimentação. Desde a redemocratização, esses movimentos têm desempenhado um papel fundamental na formulação de políticas públicas que visam garantir direitos essenciais. A Constituição Federal de 1988, fruto

de intensas mobilizações populares, representa um marco significativo nesse processo, consolidando a inclusão de direitos sociais e econômicos como pilares do texto constitucional.

Esses movimentos têm sido fundamentais na construção de uma agenda de segurança alimentar no Brasil. Suas ações contribuíram para a formulação de políticas públicas que garantiram, por um período, a redução significativa da fome no país. No entanto, com o desmonte dessas políticas nos últimos anos e a chegada da pandemia de COVID-19, a luta pela segurança alimentar tornou-se ainda mais urgente e necessária.

A pandemia de COVID-19 trouxe à tona e agravou a crise de fome no Brasil de maneira dramática. A combinação de um sistema de saúde pública sobrecarregado, a paralisação das atividades econômicas, e a ausência de políticas eficazes de proteção social resultou em um aumento exponencial do número de pessoas em situação de fome. Em 2022, o Brasil voltou ao Mapa da Fome, um símbolo devastador de retrocesso para um país que, apenas oito anos antes, havia celebrado sua saída dessa lista.

A pandemia não só aumentou a fome, mas também escancarou as profundas desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Ela expôs como o acesso à alimentação no Brasil está intimamente ligado à desigualdade social, econômica e racial. A fome, que deveria ser uma exceção em uma nação que se orgulha de ser um grande produtor de alimentos, tornou-se uma realidade diária para milhões de brasileiros. E, enquanto a pandemia agravava essa situação, as respostas do governo federal foram amplamente consideradas inadequadas e insuficientes para enfrentar a magnitude do problema.

Em resumo, enquanto a pandemia de COVID-19 exacerbou a fome no Brasil, as respostas do Estado foram consideradas inadequadas para enfrentar a magnitude do problema. As políticas emergenciais, embora essenciais, foram insuficientes e mal coordenadas, deixando milhões de brasileiros em situação de fome e vulnerabilidade. A incapacidade de fortalecer e expandir programas de segurança alimentar existentes, combinada com a falta de coordenação e planejamento estratégico, resultou em uma crise humanitária que poderia ter sido mitigada com uma resposta mais eficaz e inclusiva.

A pandemia de COVID-19 colocou em evidência a importância dos movimentos sociais no Brasil, não apenas como forças de resistência e denúncia, mas como atores

fundamentais na mobilização de recursos e na promoção de soluções imediatas para a fome. Ao longo da história, os movimentos sociais brasileiros sempre desempenharam um papel crucial na luta por direitos e na construção de políticas públicas. Durante a pandemia, essa tradição de luta e organização se intensificou, com diversos movimentos sociais liderando iniciativas para garantir a alimentação de milhões de brasileiros.

Entre os movimentos sociais mais destacados na luta contra a fome durante a pandemia está o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Fundado em 1984, o MST é conhecido por sua luta pela reforma agrária e por sua defesa da agroecologia como modelo sustentável de produção de alimentos. Durante a crise sanitária, o MST assumiu um papel central na distribuição de alimentos para as populações mais vulneráveis.

O MST, que já tinha uma estrutura consolidada de produção agrícola em seus assentamentos, adaptou rapidamente suas atividades para enfrentar a crise. Desde o início da pandemia, o movimento mobilizou seus recursos para produzir e distribuir alimentos para comunidades em situação de fome. Até o final de 2020, o MST havia doado mais de 3 mil toneladas de alimentos, além de refeições prontas e máscaras de proteção. Em 2021, essas ações continuaram, com o movimento doando mais 200 toneladas de alimentos no primeiro semestre do ano (Marinho, 2021).

Esses alimentos, oriundos principalmente de assentamentos da reforma agrária, foram distribuídos em várias regiões do Brasil, especialmente em áreas urbanas e periféricas, onde a fome se mostrou mais aguda. O MST, com sua estrutura de base e sua capacidade de organização, conseguiu não apenas fornecer alimentos, mas também criar uma rede de solidariedade que envolveu outros movimentos sociais, ONGs, e coletivos locais.

A atuação do MST durante a pandemia foi uma demonstração prática da importância da reforma agrária e da agricultura familiar na garantia da segurança alimentar. O movimento defendeu que a produção local e sustentável de alimentos é a chave para enfrentar a fome, especialmente em momentos de crise. A agroecologia, prática central nas ações do MST, mostrou-se não apenas viável, mas essencial, provando que é possível produzir alimentos saudáveis, acessíveis e em quantidade suficiente sem a dependência dos grandes monopólios do agronegócio.

Além da distribuição de alimentos, o MST também se engajou em campanhas de conscientização sobre a importância da segurança alimentar e nutricional,

destacando a necessidade de políticas públicas que apoiem a agricultura familiar e a produção agroecológica. O movimento utilizou suas redes de comunicação e seus canais com a sociedade para promover debates e articulações políticas, buscando influenciar a agenda pública mesmo em um contexto de crise.

A mobilização do MST é um exemplo de como os movimentos sociais podem ser agentes de transformação social, especialmente em tempos de crise. A capacidade do movimento de se adaptar rapidamente às necessidades emergenciais, de mobilizar recursos e de articular ações em larga escala, foi crucial para mitigar os efeitos da pandemia sobre as populações mais vulneráveis. Além disso, o MST reafirmou a importância da reforma agrária como uma política essencial para a promoção da segurança alimentar e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Outro movimento social que desempenhou um papel fundamental no combate à fome durante a pandemia foi o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Fundado na década de 1990, o MPA tem como missão a defesa da agricultura familiar e a promoção da soberania alimentar. Durante a pandemia, o MPA intensificou suas atividades, focando na produção de alimentos saudáveis e na distribuição desses produtos para comunidades em situação de vulnerabilidade.

O MPA sempre se posicionou contra o modelo de agronegócio dominante no Brasil, que privilegia a monocultura para exportação em detrimento da produção de alimentos para o mercado interno. Durante a crise sanitária, o movimento reforçou sua crítica ao agronegócio, argumentando que este modelo é incapaz de garantir a segurança alimentar da população, especialmente em tempos de crise. Em resposta, o MPA organizou campanhas de solidariedade para distribuir alimentos produzidos por pequenos agricultores, priorizando a saúde e o bem-estar das comunidades.

Uma das principais ações do MPA durante a pandemia foi a organização de feiras e mercados solidários, onde os alimentos eram distribuídos diretamente às famílias necessitadas. Essas feiras, realizadas em diversas regiões do país, serviram tanto para garantir o acesso a alimentos saudáveis como para fortalecer os laços de solidariedade entre os agricultores e as comunidades urbanas. Além disso, o MPA também promoveu a educação alimentar e nutricional, buscando conscientizar a população sobre a importância de uma alimentação saudável e sustentável.

O movimento também defendeu políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, argumentando que o apoio estatal é crucial para garantir a continuidade da

produção e o acesso a alimentos durante e após a pandemia. O MPA criticou a falta de apoio governamental e a ausência de um plano nacional de segurança alimentar, e se posicionou como uma voz ativa na defesa dos direitos dos pequenos agricultores e na promoção de um modelo de desenvolvimento rural que privilegie a produção local e sustentável.

O trabalho do MPA durante a pandemia mostrou que a agricultura familiar é um pilar essencial para a segurança alimentar no Brasil. O movimento demonstrou que, mesmo em um contexto de crise, é possível garantir o acesso a alimentos saudáveis e nutritivos se houver apoio e organização suficientes. A experiência do MPA reafirma a importância de políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar e que promovam a soberania alimentar como uma estratégia central para combater a fome e a insegurança alimentar no Brasil.

A Marcha das Margaridas, organizada por mulheres trabalhadoras rurais, também desempenhou um papel crucial na luta contra a fome durante a pandemia. A Marcha, que leva o nome de Margarida Maria Alves, uma sindicalista assassinada em 1983, é uma das maiores mobilizações de mulheres do campo na América Latina. Desde sua primeira edição, em 2000, a Marcha das Margaridas se tornou um símbolo de resistência e luta por direitos sociais, econômicos e políticos, incluindo o direito à alimentação adequada.

Durante a pandemia, as mulheres organizadas na Marcha das Margaridas mobilizaram recursos e organizaram ações de solidariedade para combater a fome em suas comunidades. Essas ações incluíram a produção e distribuição de alimentos, a organização de redes de apoio entre as mulheres rurais, e a promoção de práticas agroecológicas que garantem a sustentabilidade da produção e a saúde das famílias. A Marcha das Margaridas também atuou na articulação política, pressionando os governos locais e federal para que adotassem medidas emergenciais de segurança alimentar e apoio à agricultura familiar.

A Marcha das Margaridas sempre teve como um de seus pilares a defesa da agroecologia e da soberania alimentar. Durante a pandemia, essas questões se tornaram ainda mais centrais, com as mulheres do campo liderando a produção de alimentos saudáveis e lutando contra a precarização das condições de vida nas áreas rurais. A Marcha também destacou a importância de políticas públicas que garantam a igualdade de gênero no campo, incluindo o acesso à terra, à água e a outros recursos essenciais para a produção de alimentos.

A atuação da Marcha das Margaridas durante a pandemia reforça a importância das mulheres na luta pela segurança alimentar e pela justiça social. As mulheres do campo, muitas vezes invisibilizadas e marginalizadas, mostraram que são agentes fundamentais na construção de soluções para a fome e a pobreza. A Marcha das Margaridas não só combateu a fome de maneira imediata, mas também lançou as bases para uma transformação mais profunda e duradoura, promovendo a igualdade de gênero e a sustentabilidade no campo.

Durante a pandemia, a articulação entre diferentes movimentos sociais foi essencial para maximizar o impacto das ações de combate à fome. O MST, o MPA, a Marcha das Margaridas e outros movimentos sociais uniram forças em diversas iniciativas, criando redes de solidariedade que atravessaram fronteiras regionais e sociais. Essas redes não só facilitaram a distribuição de alimentos, mas também promoveram o intercâmbio de conhecimentos e práticas, fortalecendo a capacidade de resposta das comunidades.

Um exemplo dessa articulação foi a campanha "Mutirão contra a Fome", que reuniu diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil em uma grande ação de solidariedade. O mutirão, que mobilizou milhares de voluntários em todo o Brasil, conseguiu distribuir toneladas de alimentos e produtos de higiene para famílias em situação de vulnerabilidade. A campanha também promoveu ações educativas sobre segurança alimentar e nutricional, conscientizando a população sobre a importância de uma alimentação saudável e da solidariedade em tempos de crise.

A articulação entre os movimentos sociais também foi fundamental para pressionar o governo e a sociedade em geral a reconhecer a gravidade da crise de fome e a necessidade de políticas públicas eficazes. Os movimentos sociais, ao unirem suas forças, conseguiram dar visibilidade à questão da fome e mobilizaram a opinião pública em favor de ações concretas para enfrentar o problema.

A Ação da Cidadania teve um papel de destaque durante a pandemia, consolidando-se como uma das organizações não governamentais mais importantes do Brasil, reconhecida por sua trajetória histórica no combate à fome e à miséria. Fundada em 1993 pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, a ONG foi essencial para mobilizar a sociedade brasileira nos anos 1990, por meio de iniciativas como o "Natal Sem Fome", que contribuíram para a retirada do Brasil do Mapa da Fome da ONU em 2014. Com o agravamento da crise de fome durante a pandemia de COVID-

19, a Ação da Cidadania reassumiu seu papel central na luta contra a fome, lançando a campanha "Ação Contra o Corona".

A campanha "Ação Contra o Corona" foi uma resposta direta à emergência causada pela pandemia, que agravou as condições de vida de milhões de brasileiros. Com a paralisação da economia e o aumento do desemprego, a fome voltou a ser uma realidade cotidiana para muitas famílias. A Ação da Cidadania, utilizando sua vasta rede de colaboradores e voluntários, organizou uma das maiores campanhas de solidariedade do país, com o objetivo de arrecadar e distribuir alimentos para as populações mais vulneráveis (Caseff, 2021).

A campanha teve um impacto significativo. Em 2020, a Ação da Cidadania conseguiu distribuir mais de 8 toneladas de alimentos, alcançando cerca de 4 milhões de pessoas em todo o Brasil. A campanha foi especialmente importante em áreas urbanas e periféricas, onde a fome se mostrou mais aguda. A organização utilizou suas parcerias com empresas, governos locais e outros movimentos sociais para ampliar o alcance de suas ações, garantindo que os alimentos chegassem às comunidades que mais precisavam (Caseff, 2021).

Além da distribuição de alimentos, a Ação da Cidadania também promoveu a conscientização sobre a importância da solidariedade e do apoio mútuo em tempos de crise. A campanha mobilizou milhares de voluntários e envolveu diversas celebridades e influenciadores, que ajudaram a divulgar a causa e a arrecadar fundos. Esse engajamento foi crucial para manter a campanha ativa e eficaz durante todo o período crítico da pandemia.

A atuação da Ação da Cidadania durante a pandemia de COVID-19 reforçou seu papel como uma das principais organizações de combate à fome no Brasil. A ONG não só respondeu de forma eficaz à crise imediata, mas também destacou a necessidade de uma abordagem sustentável e contínua para a erradicação da fome. A campanha "Ação Contra o Corona" serviu como um lembrete poderoso de que, mesmo em meio a crises severas, a solidariedade e a ação coletiva podem fazer uma diferença real na vida das pessoas.

Outro exemplo de mobilização da sociedade civil durante a pandemia foi a iniciativa "Mães da Favela", organizada pela Central Única das Favelas (CUFA). Fundada em 1999, a CUFA é uma organização que atua em todo o território nacional, com o objetivo de promover a inclusão social e o desenvolvimento comunitário em favelas e periferias urbanas. Durante a pandemia de COVID-19, a CUFA lançou o

projeto "Mães da Favela" como uma resposta emergencial à crise alimentar que afetava milhões de famílias nas favelas brasileiras.

O projeto "Mães da Favela" foi concebido para apoiar mães solo que viviam nas favelas, muitas das quais perderam suas fontes de renda devido à pandemia. Essas mulheres, que já enfrentavam condições de vida difíceis, tornaram-se ainda mais vulneráveis com o avanço da crise sanitária e econômica. A CUFA, reconhecendo a necessidade urgente de apoio, mobilizou recursos para a criação de um fundo solidário, que visava a distribuição de cestas básicas físicas e digitais (vales-alimentação) para essas mães.

Até o final de 2021, o projeto "Mães da Favela" conseguiu ajudar mais de 3,5 milhões de famílias em todo o Brasil. A CUFA arrecadou milhões de reais em doações, tanto de empresas privadas quanto de indivíduos, e conseguiu distribuir esses recursos de forma rápida e eficiente. As cestas básicas digitais, por exemplo, foram especialmente inovadoras, permitindo que as mães comprassem alimentos diretamente nos mercados locais, o que também ajudou a estimular a economia das comunidades onde viviam (Alencar, 2022).

A CUFA, através do "Mães da Favela", não só forneceu alívio imediato para a fome, mas também empoderou as mulheres das favelas, oferecendo-lhes um apoio que ia além da simples doação de alimentos. A organização também promoveu campanhas de conscientização sobre os direitos das mulheres e a importância da união comunitária em tempos de crise. A iniciativa se tornou um exemplo de como as ONGs podem atuar de forma eficaz em situações de emergência, mobilizando recursos e parcerias para atender às necessidades mais urgentes da população.

O sucesso do projeto "Mães da Favela" também demonstrou a importância de ações direcionadas que consideram as especificidades das populações atendidas. Ao focar em mães solo, a CUFA conseguiu abordar uma das facetas mais críticas da crise de insegurança alimentar, atingindo um grupo que muitas vezes é esquecido nas políticas públicas. A iniciativa foi amplamente reconhecida como uma das respostas mais eficazes à fome durante a pandemia, e continua a servir como um modelo para futuras ações de solidariedade em situações de emergência.

A população em situação de rua foi um dos grupos mais afetados pela pandemia de COVID-19, enfrentando desafios extremos em termos de acesso a alimentos, abrigo e cuidados de saúde. Em resposta a essa crise, diversas ONGs e coletivos urbanos intensificaram suas atividades para apoiar essas pessoas. Entre

esses grupos, o projeto SP Invisível se destacou por sua atuação focada na conscientização social e na assistência direta à população em situação de rua na cidade de São Paulo.

Fundado em 2014, o SP Invisível surgiu com o objetivo de dar visibilidade às histórias de vida das pessoas em situação de rua, combatendo o estigma e o preconceito que muitas vezes cercam essas populações. Na pandemia, o projeto ampliou suas ações, organizando campanhas de arrecadação de recursos e distribuindo alimentos, roupas e itens de higiene para as pessoas em situação de rua. O projeto também realizou campanhas específicas durante os períodos mais críticos, como o inverno, quando a vulnerabilidade dessas pessoas é ainda maior.

Durante a pandemia, o SP Invisível distribuiu milhares de refeições e kits de higiene, além de roupas e cobertores. As campanhas, como a "Inverno Invisível", foram fundamentais para garantir que a população em situação de rua tivesse acesso a itens básicos de sobrevivência durante os meses mais frios. O projeto também utilizou suas redes sociais para mobilizar voluntários e arrecadar doações, conseguindo engajar um grande número de pessoas na causa.

Uma das características mais acentuadas do SP Invisível é seu enfoque na humanização da assistência. O projeto busca não apenas fornecer recursos materiais, mas também estabelecer conexões humanas, ouvir as histórias das pessoas atendidas e lutar por seus direitos. Essa abordagem diferenciada tem sido essencial para combater a invisibilidade social das pessoas em situação de rua, promovendo uma maior conscientização e empatia entre a população em geral.

A atuação do SP Invisível durante a pandemia demonstrou a importância de iniciativas que combinam assistência direta com conscientização social. Ao humanizar a população em situação de rua e mobilizar a sociedade para a causa, o projeto contribuiu significativamente para a mitigação dos impactos da pandemia nesse grupo extremamente vulnerável.

Outro exemplo de atuação de coletivos urbanos durante a pandemia foi o Instituto Fazendinho, que opera na comunidade da Vila Fazendinha, localizada no extremo sul da cidade de São Paulo. O Instituto, que se dedica à promoção da inclusão social e ao desenvolvimento comunitário, intensificou suas atividades durante a pandemia, respondendo às necessidades emergenciais da comunidade em termos de segurança alimentar.

O Instituto Fazendinho, desde sua criação, tem promovido diversas atividades voltadas para a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida na comunidade da Vila Fazendinha. Durante a pandemia, o Instituto organizou a distribuição de cestas básicas e refeições prontas para as famílias em situação de vulnerabilidade, muitas das quais perderam suas fontes de renda devido às medidas de isolamento social. Além disso, o Instituto continuou a promover a educação e a capacitação dos moradores, com cursos online sobre temas como agroecologia, economia solidária e direitos sociais.

A atuação do Instituto Fazendinho foi fundamental para garantir que as famílias da Vila Fazendinha tivessem acesso a alimentos e outros recursos básicos durante a pandemia. O Instituto também se destacou por sua abordagem participativa, envolvendo os moradores em todas as etapas do processo, desde a identificação das necessidades até a distribuição dos recursos. Essa participação ativa da comunidade foi crucial para o sucesso das ações, garantindo que as soluções fossem adequadas às realidades locais.

O Instituto Fazendinho também promoveu a criação de hortas comunitárias, que não apenas ajudaram a suprir a demanda por alimentos, mas também fortaleceram os laços comunitários e promoveram a sustentabilidade. As hortas comunitárias serviram como um espaço de aprendizado e troca de conhecimentos, onde os moradores puderam se engajar na produção de alimentos saudáveis e acessíveis. Essa iniciativa reforçou a importância da agroecologia e da produção local como estratégias para enfrentar a fome em áreas urbanas.

O trabalho do Instituto Fazendinho durante a pandemia é um exemplo de como coletivos urbanos podem promover a transformação social mesmo em contextos de crise. A abordagem integrada do Instituto, que combina assistência emergencial com ações de longo prazo voltadas para a educação e a sustentabilidade, é um modelo eficaz de combate à fome e à pobreza. A experiência da Vila Fazendinha mostra que, com organização e participação comunitária, é possível construir soluções duradouras e resilientes para enfrentar os desafios sociais e econômicos.

Durante a pandemia de COVID-19, as hortas comunitárias emergiram como uma importante estratégia de segurança alimentar em várias regiões do Brasil. Esses projetos, que já existiam em algumas comunidades antes da pandemia, ganharam ainda mais relevância à medida que a crise sanitária e econômica agravou a situação de fome. As hortas comunitárias não só forneceram alimentos frescos e saudáveis

para as populações locais, mas também promoveram a resiliência comunitária, a sustentabilidade e a coesão social.

As hortas comunitárias são espaços coletivos onde os moradores se organizam para cultivar alimentos, muitas vezes em terrenos urbanos que estavam subutilizados ou abandonados. Esses projetos são baseados em princípios de agroecologia, o que significa que os alimentos são cultivados sem o uso de agrotóxicos, respeitando o meio ambiente e a biodiversidade local. Durante a pandemia, as hortas comunitárias se mostraram essenciais para garantir que as famílias tivessem acesso a alimentos nutritivos, especialmente em áreas onde a pobreza e a fome foram mais severas.

Um exemplo desse tipo de projeto é a Horta Comunitária de Manguinhos, localizada na zona norte do Rio de Janeiro. Esta horta, considerada a maior horta comunitária da América Latina, é um exemplo de sucesso na luta contra a fome em áreas urbanas. Com uma produção mensal de cerca de duas toneladas de alimentos, a Horta de Manguinhos tem sido uma fonte vital de sustento para mais de 800 famílias da comunidade. Além de fornecer alimentos frescos e livres de agrotóxicos, a horta também gera renda para os trabalhadores que cuidam dos cultivos, muitos dos quais perderam seus empregos durante a pandemia.

A Horta de Manguinhos faz parte de um projeto maior, o "Hortas Cariocas", criado pela prefeitura do Rio de Janeiro em 2006, com o objetivo de estimular a formação de hortas comunitárias em regiões mais pobres da cidade. Durante a pandemia, o projeto ganhou novo fôlego, com a criação de novas hortas e a ampliação das existentes. A iniciativa não só ajudou a combater a fome, mas também promoveu a educação ambiental e a conscientização sobre a importância de uma alimentação saudável e sustentável.

Outro exemplo relevante é a horta comunitária criada no bairro de Barreto, em Niterói, também no estado do Rio de Janeiro. Esta horta foi estabelecida durante a pandemia como uma resposta direta à crise alimentar que afetou muitas famílias da comunidade. A iniciativa foi organizada pela Federação das Associações de Moradores de Niterói, que mobilizou recursos e voluntários para transformar um terreno subutilizado em uma fonte de alimentos para a população local. A horta do Barreto, assim como outras hortas comunitárias, não só garantiu o acesso a alimentos, mas também reforçou a coesão social, ao envolver os moradores no processo de produção e distribuição dos alimentos.

Esses projetos comunitários mostram que, mesmo em um contexto de crise, é possível criar soluções sustentáveis para a situação de fome. As hortas comunitárias, com seu enfoque na agroecologia e na produção local, são um exemplo de como as comunidades podem se organizar para enfrentar os desafios impostos pela pandemia.

Outro aspecto importante dos projetos comunitários de segurança alimentar durante a pandemia foi a integração das hortas escolares ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE é um dos programas mais antigos e bem-sucedidos do Brasil, garantindo que milhões de estudantes em todo o país recebam refeições nutritivas durante o período letivo. Durante a pandemia, com o fechamento das escolas, o programa enfrentou grandes desafios, mas também viu oportunidades para inovar e expandir suas práticas de sustentabilidade.

As hortas escolares, [atuam] como ferramentas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), são componentes importantes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) brasileiro e medida estratégica para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (FAO, 2023).

Com a chegada da pandemia e as escolas fechadas, muitas delas optaram por continuar utilizando suas hortas escolares para produzir alimentos que foram distribuídos às famílias dos alunos. Essas hortas, que já eram parte integrante do processo educativo em muitas escolas, se tornaram uma ferramenta essencial para enfrentar a crise alimentar causada pela pandemia. Em várias localidades, as hortas escolares foram ampliadas e integradas a redes de distribuição de alimentos, permitindo que os produtos fossem levados diretamente às comunidades mais afetadas pela pandemia.

No município de Maricá, na região metropolitana do Rio de Janeiro, o programa de hortas escolares foi reforçado durante a pandemia, como parte da estratégia do município para garantir a segurança alimentar das famílias. As hortas, que já estavam em funcionamento antes da crise, foram ampliadas para aumentar a produção de alimentos. O município também promoveu a criação de uma praça agroecológica em Araçatiba, com mais de dois mil metros quadrados, destinada à produção de hortaliças, verduras e frutas para a comunidade. Esses alimentos, livres de agrotóxicos, foram distribuídos entre as famílias dos alunos e para outras pessoas em situação de vulnerabilidade.

As redes de cooperação entre produtores rurais e comunidades urbanas foram outro elemento crucial na resposta à crise alimentar durante a pandemia. A produção agroecológica, que já vinha ganhando força como uma alternativa sustentável ao

agronegócio tradicional, foi impulsionada pela necessidade de garantir o acesso a alimentos saudáveis em um momento de crise. Diversas redes de produtores agroecológicos se organizaram para distribuir seus produtos diretamente às comunidades urbanas, estabelecendo uma conexão direta entre o campo e a cidade.

Uma dessas redes é a Rede Agroecológica de Maricá, criada durante a pandemia como uma forma de fortalecer a produção e a distribuição de alimentos agroecológicos no município. A rede foi formada por produtores locais que já trabalhavam com práticas sustentáveis e que viram na crise uma oportunidade de expandir suas atividades e alcançar um público maior. Através da rede, os produtores conseguiram organizar a distribuição de alimentos diretamente para as famílias da cidade, sem a necessidade de intermediários, o que também ajudou a reduzir os custos e a tornar os alimentos mais acessíveis.

As hortas urbanas, além de serem uma fonte de alimentos frescos e saudáveis, também desempenharam um papel fundamental na promoção da autonomia alimentar durante a pandemia. Em muitas cidades brasileiras, a crise levou as comunidades a buscar formas de se tornarem mais autossuficientes em termos de produção de alimentos. As hortas urbanas, muitas vezes organizadas em pequenos espaços dentro das comunidades, foram uma resposta a essa necessidade, proporcionando uma alternativa local e sustentável ao sistema alimentar convencional.

Durante a pandemia de COVID-19, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) emergiu como uma das principais fontes de dados e análises sobre a situação de fome no Brasil. Fundada em 2011, a Rede PENSSAN é composta por pesquisadores, ativistas e profissionais de diversas áreas que se dedicam ao estudo e à promoção da segurança alimentar e nutricional. No decorrer da crise sanitária, a Rede desempenhou um papel fundamental ao fornecer dados confiáveis, promover debates públicos e influenciar políticas públicas voltadas para o combate à fome.

A Rede PENSSAN foi responsável por um dos estudos mais abrangentes sobre insegurança alimentar e fome no Brasil durante a pandemia, revelando a dramática situação vivida por milhões de brasileiros. De acordo com o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar em Contexto de Pandemia no Brasil, realizado pela Rede PENSSAN em 2020, mais da metade da população brasileira estava em situação de insegurança alimentar, com cerca de 19 milhões de pessoas vivendo em insegurança alimentar grave, ou seja, passando fome. Esses dados foram fundamentais para

compreender a extensão da crise e mobilizar a sociedade civil e o poder público para agir.

Além de fornecer dados, a Rede PENSSAN também promoveu uma série de debates e seminários online durante a pandemia, reunindo especialistas de diferentes áreas para discutir as causas e as possíveis soluções para a crise de fome no Brasil. Esses eventos foram essenciais para manter a questão da insegurança alimentar e da fome em destaque na agenda pública e para promover o diálogo entre a academia, os movimentos sociais e os formuladores de políticas públicas. A Rede também publicou uma série de artigos e relatórios que ofereceram análises detalhadas da crise e propostas concretas para enfrentá-la.

A Rede PENSSAN também desempenhou um papel crucial na defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) durante a pandemia. Ao enfatizar que a fome é uma violação dos direitos humanos, a Rede PENSSAN contribuiu para a conscientização sobre a importância de garantir a segurança alimentar como um direito fundamental.

Durante a pandemia, a colaboração entre universidades e movimentos sociais se mostrou essencial para enfrentar a crise de fome. Várias universidades brasileiras, em parceria com movimentos sociais e organizações da sociedade civil, desenvolveram projetos e pesquisas voltados para a promoção da segurança alimentar e a mitigação dos impactos da pandemia sobre as populações mais vulneráveis. Essas parcerias foram fundamentais para garantir que o conhecimento acadêmico fosse aplicado de forma prática e eficaz, contribuindo para a construção de soluções concretas para a crise.

Um exemplo dessa colaboração é o projeto de formação de agentes populares de saúde desenvolvido pelo MST em parceria com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Iniciado durante a pandemia de COVID-19, o projeto foi criado para responder às necessidades emergenciais das comunidades rurais e tradicionais do Maranhão. A iniciativa envolveu a capacitação de lideranças locais em práticas de saúde popular, utilizando os saberes tradicionais sobre ervas e plantas medicinais, e promovendo ações de solidariedade, como a doação de alimentos.

A UFMA, através de seu Núcleo de Extensão e Pesquisa com Populações e Comunidades Rurais, Negras, Quilombolas e Indígenas (NuRuNI), mobilizou professores e estudantes para colaborar com o MST na implementação do projeto. Essa parceria permitiu que o conhecimento acadêmico fosse aplicado diretamente nas

comunidades, enfrentando a falta de políticas públicas de apoio às populações mais vulneráveis durante a pandemia. Além disso, o projeto proporcionou um espaço de aprendizado mútuo, onde estudantes e professores puderam compreender as realidades das comunidades rurais e urbanas, e aprender com as práticas de cuidado e solidariedade promovidas pelo MST.

Outra iniciativa importante foi o projeto "Agroecologia em Rede", desenvolvido pela Universidade de Brasília (UnB) em parceria com a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). O projeto tinha como objetivo mapear e fortalecer as redes de agroecologia em todo o Brasil, promovendo a troca de conhecimentos e experiências entre os produtores e as comunidades. Durante a pandemia, o projeto se voltou para a questão da segurança alimentar, apoiando a produção e a distribuição de alimentos agroecológicos para as populações vulneráveis.

A colaboração entre universidades e movimentos sociais foi fundamental para promover a agroecologia como uma alternativa sustentável ao modelo de agronegócio predominante. Os projetos desenvolvidos nessa parceria promoveram a conscientização sobre a importância de um sistema alimentar sustentável e baseado na justiça social. Essa colaboração mostrou que a integração entre a academia e a sociedade civil é essencial para enfrentar crises complexas como a da fome.

Durante a pandemia, várias universidades e instituições de pesquisa no Brasil também se dedicaram ao desenvolvimento de iniciativas inovadoras para enfrentar a crise de fome. Essas iniciativas foram baseadas em uma combinação de pesquisa científica, tecnologia e ação comunitária, buscando soluções que pudessem ser aplicadas de forma rápida e eficaz em um contexto de emergência.

Um exemplo é o projeto "Cesta Solidária", desenvolvido pelo Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que envolveu estudantes e professores de nutrição, organizou a distribuição de cestas básicas nutricionalmente equilibradas para famílias em situação de vulnerabilidade. As cestas foram montadas com base em critérios científicos, garantindo que os alimentos distribuídos atendessem às necessidades nutricionais das famílias, especialmente das crianças. Além da distribuição de alimentos, o projeto também promoveu ações educativas sobre alimentação saudável e prevenção de doenças, contribuindo para a saúde e o bem-estar das comunidades atendidas.

Essas iniciativas de pesquisa e inovação mostraram que, mesmo em tempos de crise, é possível desenvolver soluções criativas e eficazes para enfrentar a fome.

Ao combinar ciência, tecnologia e ação comunitária, essas iniciativas conseguiram não apenas mitigar os impactos imediatos da pandemia, mas também lançar as bases para um sistema alimentar mais resiliente e sustentável. A experiência dessas universidades e instituições de pesquisa serve como um exemplo inspirador de como o conhecimento acadêmico pode ser aplicado de forma prática para enfrentar os desafios mais urgentes da sociedade.

Essas iniciativas da sociedade civil durante a pandemia demonstraram não apenas a capacidade de mobilização e resiliência das comunidades, mas também ressaltaram a importância da solidariedade e da ação coletiva em momentos de crise, mostrando que, mesmo diante de desafios profundos, é possível construir redes de apoio que impactam positivamente a vida das populações mais vulneráveis.

5 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Ao longo desta dissertação, ficou evidente que a fome no Brasil é um fenômeno profundamente enraizado nas estruturas sociais, políticas e econômicas do país. A pesquisa evidenciou como a fome é resultado direto das desigualdades que marcam a sociedade brasileira, reforçando o papel central das políticas públicas na mitigação ou agravamento desse problema. As análises demonstraram que as políticas sociais, quando efetivas, foram capazes de reduzir significativamente a fome e a insegurança alimentar. No entanto, períodos de retrocesso e desmonte dessas políticas, como observado após o golpe de 2016 e durante o governo Bolsonaro, agravaram a situação, levando o Brasil de volta ao Mapa da Fome da ONU. Este ciclo entre avanços e retrocessos destaca a fragilidade das conquistas sociais em um contexto político e econômico instável.

A pesquisa também trouxe à tona a importância dos movimentos sociais e da sociedade civil na luta contra a fome, destacando iniciativas que se mostraram fundamentais na proteção dos mais vulneráveis. Durante a pandemia de COVID-19, por exemplo, ficou claro que o Estado, em muitos momentos, foi omissivo, e coube à sociedade civil organizar-se para enfrentar a crise alimentar que se instaurou. A partir dessa análise, fica evidente que a fome não é apenas uma questão de falta de alimentos, mas sim um reflexo das desigualdades estruturais e das escolhas políticas feitas ao longo do tempo.

As implicações dos resultados obtidos nesta dissertação são profundas e multifacetadas. Em primeiro lugar, reforça-se a ideia de que a fome não pode ser dissociada das condições socioeconômicas mais amplas, sendo, portanto, um indicador de desigualdade social. A permanência da fome em um país que possui capacidade produtiva para alimentar toda a sua população indica falhas graves na distribuição de renda e no acesso a recursos básicos.

Além disso, as políticas de segurança alimentar precisam ser entendidas como parte integrante de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento socioeconômico. A análise das políticas públicas implementadas ao longo das últimas décadas mostra que, embora tenha havido avanços significativos, esses foram sempre vulneráveis a mudanças políticas. Isso demonstra a necessidade de institucionalizar e blindar políticas de combate à fome para que não sejam facilmente desmanteladas por mudanças de governo.

A omissão do Estado em momentos críticos, como durante a pandemia, levanta questões sobre o papel do governo na garantia dos direitos humanos fundamentais, entre eles o direito à alimentação. A resposta da sociedade civil foi crucial, mas não pode substituir a responsabilidade do Estado. Esse cenário sugere que políticas públicas mais robustas e contínuas são essenciais para evitar que crises similares tenham impactos tão devastadores no futuro.

Este trabalho contribui para o corpo de conhecimento sobre a fome no Brasil ao fornecer uma análise das políticas públicas e suas consequências ao longo das últimas décadas. Uma das principais contribuições é a crítica ao desmonte das políticas sociais e seu impacto na segurança alimentar, um tema que, apesar de sua importância, ainda é pouco explorado na literatura.

A dissertação também se destaca ao trazer à tona a importância dos movimentos sociais e da sociedade civil na luta contra a fome, especialmente em momentos de crise, como durante a pandemia de COVID-19. Essa perspectiva adiciona uma nova camada de compreensão sobre a fome, enfatizando que a solução para esse problema deve passar por uma combinação de políticas públicas eficazes e o fortalecimento da participação social.

Além disso, ao adotar uma abordagem interdisciplinar, utilizando o materialismo histórico-dialético, o trabalho oferece uma análise crítica que vai além das explicações convencionais, fornecendo uma compreensão mais profunda das raízes da fome no contexto socioeconômico brasileiro. Essa abordagem permite não apenas identificar os problemas, mas também sugerir caminhos para soluções sustentáveis e duradouras.

Apesar das contribuições desta dissertação, é importante reconhecer suas limitações. Uma das principais limitações está relacionada à abordagem metodológica escolhida, que, embora robusta em termos de análise qualitativa e crítica, não incluiu uma dimensão quantitativa mais abrangente, o que poderia ter fornecido uma perspectiva adicional sobre a magnitude do problema da fome em termos numéricos. A inclusão de dados quantitativos mais detalhados, como pesquisas de campo ou estudos estatísticos específicos sobre a fome em diferentes regiões do Brasil, poderia enriquecer ainda mais a análise e fornecer subsídios adicionais para as políticas públicas.

Além disso, a pesquisa foi realizada em um contexto temporal específico, durante o período da pandemia de COVID-19, que trouxe desafios únicos. Isso

significa que algumas das observações e conclusões podem ser influenciadas por esse contexto, e os resultados podem não ser diretamente aplicáveis a outros períodos históricos sem a devida contextualização. A pandemia exacerbou problemas já existentes, mas também criou novas dinâmicas que precisarão ser reavaliadas em estudos futuros.

Outra limitação diz respeito à complexidade da fome enquanto fenômeno global e local. Embora o estudo tenha focado principalmente no Brasil, a fome é um problema que transcende fronteiras nacionais e é influenciado por uma gama de fatores globais, como mudanças climáticas, conflitos armados e políticas econômicas internacionais. A falta de uma análise comparativa com outros países ou uma discussão mais aprofundada sobre as influências globais na fome no Brasil pode ser vista como uma limitação, que futuros estudos poderão abordar.

Dado o caráter multifacetado da fome, pesquisas futuras podem se beneficiar da inclusão de uma abordagem quantitativa mais sólida, combinada com análises qualitativas, para oferecer uma visão mais completa do problema. Estudos longitudinais que acompanhem as mudanças nas taxas de fome ao longo do tempo e em diferentes regiões do Brasil podem fornecer insights valiosos sobre a eficácia das políticas públicas e a evolução do problema.

Além disso, há uma necessidade de estudos comparativos entre o Brasil e outros países em desenvolvimento ou com características socioeconômicas semelhantes. Isso poderia ajudar a identificar melhores práticas e soluções inovadoras que poderiam ser adaptadas para o contexto brasileiro. A análise das políticas públicas de combate à fome em outros países pode oferecer lições importantes e caminhos alternativos que poderiam ser explorados pelo Brasil.

Outra linha de pesquisa promissora envolve a exploração das relações entre fome, meio ambiente e mudanças climáticas. A agricultura brasileira, por exemplo, é profundamente influenciada por mudanças climáticas, e isso afeta a segurança alimentar. Pesquisas que analisem como as mudanças climáticas estão impactando a produção de alimentos e, conseqüentemente, a fome no Brasil, são de extrema importância. Estudos interdisciplinares que integrem economia, sociologia, ciência política e ecologia podem oferecer uma compreensão mais abrangente dos desafios e soluções possíveis.

A realização desta dissertação concluiu que a fome no Brasil é um problema que vai além da simples falta de alimentos; trata-se de um reflexo de profundas

desigualdades estruturais e escolhas políticas deliberadas. A fome é tanto um sintoma quanto um perpetuador da desigualdade social. Ao longo da pesquisa, ficou evidente que as políticas públicas têm o poder de mitigar ou exacerbar o problema, dependendo de como são formuladas e implementadas.

Uma reflexão crítica importante é sobre a responsabilidade do Estado e a falência das políticas neoliberais em garantir o direito humano à alimentação. A abordagem neoliberal, que prioriza o mercado e minimiza o papel do Estado na proteção social, mostrou-se incapaz de resolver problemas estruturais como a fome. A experiência brasileira, especialmente após o golpe de 2016 e durante o governo Bolsonaro, ilustra como a retração do Estado em áreas fundamentais, como segurança alimentar, pode ter consequências devastadoras para a população mais vulnerável.

Além disso, a pesquisa destacou a importância da resistência e da organização social. Em muitos casos, foram os movimentos sociais, as ONGs e as comunidades organizadas que conseguiram mitigar os piores efeitos da fome, mostrando que a solidariedade e a ação coletiva podem fazer a diferença, mesmo em contextos adversos. No entanto, essas ações precisam ser complementadas por políticas públicas fortes e inclusivas, para que possam alcançar um impacto duradouro e sustentável.

A fome, como explorado ao longo desta dissertação, é um problema que transcende a simples falta de alimentos. Ela é, sobretudo, uma questão de justiça social e de direitos humanos. A persistência da fome em um mundo que produz alimentos suficientes para todos é uma das maiores contradições do nosso tempo, e o Brasil, como uma das maiores economias do mundo, tem a responsabilidade de enfrentar esse desafio com seriedade.

As análises realizadas nesta pesquisa mostram que, embora o Brasil tenha experimentado avanços significativos no combate à fome durante determinados períodos, esses ganhos são frágeis e facilmente revertidos por mudanças políticas e econômicas. A fome no Brasil é um indicador da desigualdade social que permeia o país, e sua erradicação só será possível com o compromisso contínuo de governos, sociedade civil e comunidade internacional.

Esta dissertação não pretende encerrar o debate sobre a fome, mas sim contribuir para uma compreensão mais profunda e crítica desse problema. O combate à fome requer um esforço coletivo e intersetorial, que inclua não apenas políticas

públicas eficazes, mas também um engajamento contínuo da sociedade civil. Somente assim será possível construir uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos tenham garantido o direito fundamental à alimentação.

Os achados desta pesquisa têm implicações significativas para a formulação de políticas públicas no Brasil. É evidente que a fome não pode ser combatida de forma isolada; é necessário um enfoque integrado que aborde as raízes da desigualdade e da pobreza. O fortalecimento das políticas de segurança alimentar e nutricional deve ser uma prioridade, assim como a proteção e ampliação dos direitos sociais.

Além disso, a pesquisa destaca o papel crucial das alianças internacionais e da cooperação global no combate à fome. O Brasil, como uma nação influente no cenário internacional, tem a oportunidade e a responsabilidade de liderar iniciativas globais de combate à fome, promovendo a justiça alimentar e defendendo políticas que priorizem os mais vulneráveis.

No plano prático, os resultados desta dissertação apontam para a necessidade urgente de se investir em programas de transferência de renda, políticas de incentivo à agricultura familiar, e a implementação de sistemas de segurança alimentar que sejam inclusivos e sustentáveis. A fome deve ser tratada como uma emergência nacional, e todos os esforços devem ser direcionados para garantir que nenhum brasileiro sofra desse mal.

A conclusão desta dissertação fecha o ciclo iniciado na introdução, reafirmando a fome como um problema central e urgente a ser enfrentado pela sociedade brasileira. Se na introdução foi estabelecida a importância do tema e a relevância da análise crítica das políticas públicas, a conclusão reforça essa necessidade, apresentando as implicações dos achados e sugerindo caminhos para futuras ações.

A dissertação iniciou com uma preocupação profunda com a fome no Brasil, um problema que afeta milhões e que é exacerbado pelas desigualdades sociais. O desenvolvimento dos capítulos apresentou um panorama histórico e crítico das políticas públicas, destacou a importância da ação coletiva, e finalizou com uma reflexão sobre as responsabilidades do Estado e da sociedade.

Encerrando este trabalho, fica claro que o combate à fome é uma luta que deve continuar, com determinação e compromisso de todas as partes envolvidas. A fome no Brasil é um desafio que pode ser superado, mas isso exige um esforço contínuo, uma abordagem integrada e um compromisso inabalável com a justiça social.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Serviço Social e lutas sociais: desafios profissionais em tempos de barbárie. **Temporalis**, v. 21, n. 41, p. 19-33, 2021.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma agrária**, v. 28, n. 1, p. 2, 1998.
- AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. IN: **Consultora da Câmara aponta queda do gasto do governo federal com assistência social** Fonte: Agência Câmara de Notícias. Brasília, 19 out. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/818018>. Acesso em: 25 set. 2023.
- AGOSTINI, Leandro. **Indígenas isolados dizem que estão passando fome por falta de recursos e transporte durante a pandemia em MT**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/03/19/indigenas-isolados-dizem-que-estao-passando-fome-por-falta-de-recursos-e-transporte-em-mt.ghtml>. Acesso em: 30 ago. 2024.
- ALENCAR, Álvaro Gurgel de. Do conceito estratégico de segurança alimentar ao plano de ação da FAO para combater a fome. **Revista brasileira de política Internacional**, v. 44, p. 137-144, 2001.
- ALENCAR, Patrícia. **CUFA**: mulheres de favela levaram ajuda a 3,5 milhões de famílias. mulheres de favela levaram ajuda a 3,5 milhões de famílias. 2022. Disponível em: <https://exame.com/colunistas/favela-s-a/cufa-mulheres-de-favela-levaram-ajuda-a-35-milhoes-de-familias/>. Acesso em: 30 ago. 2024.
- ALVIM, Valdir; DALL'AGNOL, Mônia. Crédito cooperativo e economia rural: o caso da agricultura familiar. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 5, n. 9, p. 39-69, 2016.
- AMARAL FILHO, Jair do. **A endogeneização no desenvolvimento local e regional, in Planejamento e Políticas Públicas-PPP**, IPEA, Brasília. 2001.
- AMORIM, Ana Laura Benevenuto de; RIBEIRO, José Raimundo Sousa; BANDONI, Daniel Henrique. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 1134-1145, 2020.
- ARAUJO, Maria do Socorro Sousa de; CARVALHO, Alba. **CORONAVÍRUS E BOLSONARISMO**: uma dupla pandemia no Brasil do presente. In: ARAÚJO, MS. S et al **CRISE HUMANITÁRIA, BOLSONARISMO E (DES)PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL DO PRESENTE**: particularidades da Política Nacional de Assistência Social. Anais do III Simpósio Internacional de Políticas Públicas (III SINESPP), Teresina, outubro de 2020.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, p. e172129, 2017.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Zahar, 2005.

BEHRING, E. R., & BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez. 2007.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BELIK, Walter; SILVA, José Graziano Da; TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. São Paulo **Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 119-129, Dec. 2001.

BELLO, Abdel Raouf Suleiman; FADUL, Eiman Musa Ahmed. FAO Contribution to food and income security in Sudan: An Assessment. **World Rural Observ**, v. 7, n. 4, p. 71-76, 2015.

BOAS, Lucas Guedes Vilas. Considerações sobre a concentração fundiária no Brasil. **Revista Geoaraguaia**, v. 8, n. 1, 2018.

BONFIM, João Bosco Bezerra. **A fome no Brasil: o que se diz, o que se fez, o que fazer**. 2010. Disponível em <https://bit.ly/3uQ5XUV>. Acesso em 23 jan. 2023.

BONFIM, João Bosco Bezerra. **As políticas públicas sobre a fome no Brasil**. Brasília: Senado Federal, Consultoria Legislativa, 2004.

BOURNE JUNIOR, David. **Falta de fertilizantes pode levar à crise alimentar global. Haveria uma solução?** 2022. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2022/05/falta-de-fertilizantes-pode-levar-a-crise-alimentar-global-haveria-uma-solucao>. Acesso em: 30 ago. 2024.

BOZI, Alba Livia Tallon. Fome: um dispositivo de controle na sociedade contemporânea. **Revista Latinoamericana de Derechos Humanos**, v. 20, n. 1, p. 137-146, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 53/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal Subsecretarias de Edições Técnicas, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 7272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006**, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece o parâmetro para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/2nNgP3D>. Acesso em: 30 abr 2022.

BRASIL. **Decreto s/n de 25 de outubro de 2006**. Constitui Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/dnn/Dnn11024.htm. Acesso em: 21 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/3yeQe4h>. Acesso em: 21 mai. 2022.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Relatórios de Informações Sociais**. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3boi4SG>. Acesso em: 21 mai. 2022.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. **Programa Fome Zero**, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2NHZglt>. Acesso em: 21 mai. 2022.

BRASIL. **O que é a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza?** 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/g20-o-que-e-a-alianca-global-contr-a-fome-e-a-pobreza-1>. Acesso em: 30 ago. 2024.

BRASIL. **Plano Brasil Sem Fome**. 2023. Disponível em: https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Brasil_sem_Fome/Plano/Brasil_Sem_Fome.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. **SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**: uma abordagem para a defensoria pública. Uma abordagem para a Defensoria Pública. 2022. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/712546137/cartilha-seguranca-amp-807-alimentar-versao-final>. Acesso em: 30 fev. 2024.

CAMPOS, Edwiges Pereira et al. **Brasil, país da fome**: relações entre insegurança alimentar e desigualdades sociais. 2023.

CARDOSO, Tarcísio de Sá et al. A pílula mágica da gripezinha: a narrativa da cloroquina nos grupos bolsonaristas de WhatsApp durante a pandemia de Covid-19. **Revista Fronteiras**, v. 23, n. 2, 2021.

CARDOZO, Nelson. ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: História, desenvolvimento e teorias contemporâneas. **Ciência Política**, p. 23, 2012.

CARNEIRO, Henrique. **COMIDA E SOCIEDADE**: Uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CARRICONDE, Gabriel. **O ano da fila do osso**: economia naufraga e fome volta a assolar brasileiros. economia naufraga e fome volta a assolar brasileiros. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2021/12/17/o-ano-da-fila-do-osso-economia-naufraga-e-fome-volta-a-assolar-brasileiros>. Acesso em: 30 ago. 2024.

CARVALHO, Patrícia Nasser. Da crise à abundância: Segurança alimentar e modernização agrícola na Europa no pós-Segunda Guerra Mundial. **História & perspectivas**, 2018.

CASEFF, Gabriela. **ONG propõe pacto nacional por 15% de brasileiros com fome**: movimento se inspira em campanha do sociólogo betinho, de 1993, para convocar empresas e sociedade a doar. Movimento se inspira em campanha do sociólogo Betinho, de 1993, para convocar empresas e sociedade a doar. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-social-mais/2022/07/ong-propoe-pacto-nacional-por-15-de-brasileiros-com-fome.shtml>. Acesso em: 30 ago. 2024.

CASTILHO, Marta et al. Negacionismo e o papel dos fatores políticos para a mortalidade por Covid-19 no Brasil. **Nova Economia**, v. 33, n. 01, p. 65-93, 2023.

CASTILHO, Marta et al. Negacionismo e o papel dos fatores políticos para a mortalidade por Covid-19 no Brasil. **Nova Economia**, v. 33, n. 01, p. 65-93, 2023.

CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional ea agenda de alimentação e nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 2, p. e00009919, 2019.

CASTRO, Josué de et al. A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana. 1937.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil; 1951.

CASTRO, Josué de; BRANCO, J. Carvalho. **Geografia da fome**. Casa do Estudante do Brasil, 1952.

CASTRO, Josué de; CASTRO Ana Maria de (orgs.). **Fome: um tema proibido**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados 2018**. CIMI. Brasília, 2019.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo Organizador; GOMES, Keiti da Rocha. **As transformações no sistema financeiro internacional**. 2012.

CLAPP, Jennifer; FUCHS, Doris. **Agrifood corporations, global governance, and sustainability: a framework for analysis**. 2009.

COMMITTEE ON WORLD FOOD SECURITY (CFS). **Coming to terms with terminology**. 39a Sessão, Roma, Itália, 15 a 20 de outubro de 2012. Roma: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). 2012.

COSTA, O. V. **A nutrição—má nutrição na reprodução social das classes trabalhadoras**: uma hipótese de trabalho. 1982.

DA CRUZ, Samyra Rodrigues. Uma análise sobre o cenário da fome no Brasil em tempos de pandemia do COVID-19. **Pensata**, v. 9, n. 2, 2020.

DA SILVA APRILE, César Alexandre da Silva. De Sarajevo a Leningrado: O Emprego de Cerco Militar nas Guerras Modernas. **REVISTA DA AHIMTB**, p. 35, 2024.

DA SILVA, José Ismael; DE AQUINO, Josefa Eliane; DA SILVA, Cícero Nilton Moreira. A origem do latifúndio e as consequências de sua consolidação. **Revista Geotemas**, v. 4, n. 1, p. 53-61, 2014.

DAUFENBACK, Vanessa et al. Desigualdade no acesso à terra e insegurança alimentar e nutricional: um olhar sobre os marcos políticos, legais e institucionais da segunda metade do Império até o primeiro governo de Getúlio Vargas (1850-1945). **Revista Ingesta**, v. 2, n. 1, p. 96-117, 2020.

DE BRITO, Giulia Fernanda Silva Ferreira. **SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL**: do surgimento ao desmonte das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. 2021. 70 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/5379>. Acesso em: 26 jan. 2024.

DE PAULA, Luiz Augusto Módolo. **Genocídio e o tribunal penal internacional para Ruanda**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DE SOUZA, Sabrina da Silva et al. Influência da cobertura da atenção básica no enfrentamento da COVID-19. **Journal Health NPEPS**, v. 6, n. 1, 2021.

DIAS, Érika; RAMOS, Mozart Neves. A Educação e os impactos da Covid-19 nas aprendizagens escolares. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 30, n. 117, p. 859-870, 2022.

EBRENZ, Julia Regufe.; ALEXANDRE, Thays Vieira. **A Insegurança Alimentar No Brasil: oito décadas de história**. 47 f. TCC (Graduação) - Curso de Nutrição, Faculdade de Nutrição Emília de Jesus Ferreiro, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2021.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**: segundo as observações do autor e fontes autênticas. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

ESCODA, Maria do Socorro Quirino. Para a crítica da transição nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, p. 219-226, 2002.

FALCÃO, Paula; SOUZA, Aline Batista de. Pandemia de desinformação: as fake news no contexto da covid-19 no brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 55-71, 22 mar. 2021. Instituto de Comunicacao e Informacao Cientifica e Tecnologica em Saude. <http://dx.doi.org/10.29397/reciis.v15i1.2219>. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/47085>. Acesso em: 23 fev. 2024.

FAO. **Compras públicas e hortas escolares são tema de sessão virtual com países do Caribe**. 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/noticias/ver/pt/c/1628293/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

FAO. **SOFI 2021**: Relatório da ONU destaca impactos da pandemia no aumento da fome no mundo. 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1415747/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

FERNANDES, Vitória da Silva et al. **A fome no Brasil**: uma análise histórica da Política de Segurança Alimentar e Nutricional. 2023.

FERRÃO, José E. Mendes. População e alimentos: o presente e o futuro próximo. **Nação e Defesa**, 1988.

FERREIRA, Flavio. **Bolsonaro desmonta programa de cisternas e favorece uso político de emendas**. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/12/bolsonaro-desmonta-programa-de-cisternas>. Acesso em: 28 set. 2023.

FLORES, Joaquín Herrera. **A (Re) invenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteaux, 2009.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. **Agonia da fome**. Editora Fiocruz, 2003.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de; PENA, Paulo Gilvane Lopes. Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. **Revista de Nutrição**. 2007, v. 20, n. 1, pp. 69-81. Disponível em: <https://bit.ly/3HDo4DI>. Acesso em 22 nov. 2022.

GAIN. **Vision and mission**. 2024. Disponível em: <https://www.gainhealth.org/about/who-we-are/vision-and-mission>. Acesso em: 30 ago. 2024.

GARCIA, Maria Fernanda. **ONU: guerra no Sudão pode desencadear “pior crise de fome do mundo”**. 2024. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/onu-guerra-no-sudao-pode-desencadear-pior-crise-de-fome-do-mundo>. Acesso em: 30 ago. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

Gomes, Laurentino. **ESCRAVIDÃO**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros. (2019).

GOMIDE, Alexandre de Ávila et al. **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. 2023.

GONDO, Roberto Macedo; OLIVEIRA, Lígia De Moraes. Crise política, pandêmica e social: estudo do Governo Bolsonaro no contexto da COVID19 no Brasil. **Política, globalidad y ciudadanía**, v. 8, n. 16, p. 49-67, 2022.

GONDO, Roberto Macedo; OLIVEIRA, Lígia De Moraes. Crise política, pandêmica e social: estudo do Governo Bolsonaro no contexto da COVID19 no Brasil. **Política, globalidad y ciudadanía**, v. 8, n. 16, p. 49-67, 2022.

GUIMARÃES, A. S. Você tem fome de que? Um estudo sobre as consequências da inanição. **Revista Caos**, n. 18, 2011, p. 154-166. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/caos/article/download/47063/28139/121618>. Acesso em: 14 set. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 14ªed. São Paulo: Cortez, 2001.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento**. Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM Brasília: Ipea, 2014.

JONSSON, Urban. As causas da fome. **Fome e desnutrição: determinantes sociais**. São Paulo, Cortez Editora, p. 48-65, 1986.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

L'ABBATE, Solange. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil: I. Período de 1940 a 1964. **Revista de Nutrição**, v. 1, n. 2, 1988.

LANZARA, Arnaldo Provasi. O desmonte das políticas de emprego no Brasil: a empregabilidade sem direitos. **CIDADANIA EM PERIGO**: desmonte das políticas sociais e desdemocratização no Brasil, [S.L.], p. 124-149, 2024. Edições Livres; Cebes.

LAVINAS, Lena et al. **Combinando compensatório e redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil**. Texto para discussão no 748. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), 2000. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2285/1/TD_748.pdf>. Acesso em 25 ago. 2022.

LEÃO, Marília et al. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: Abrandh, p. 1-263, 2013.

LEVKOE, Charles Zalman. Towards a transformative food politics. *Local Environment*, v. 16, n. 7, p. 687-705, 2011.

LISBOA, Vinícius. **Insegurança alimentar atinge 70 milhões de brasileiros**. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-07/inseguranca-alimentar-atinge-70-milhoes-de-brasileiros>. Acesso em: 16 fev. 2024.

LOBO, Flavio. Fome de mudança. **Página 22**, n. 12, p. 18-25, 2007.

LUSA. **FAO aprova plano estratégico para combater fome na Venezuela**. 2023. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/fao-aprova-plano-estrategico-para-combater-fome-na-venezuela_n1470446. Acesso em: 30 ago. 2024.

MACAMBIRA, Júnior et al. **DESMONTE DO ESTADO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: Retrocesso do desenvolvimento e aumento das desigualdades no Brasil**. 2020.

MACEDO, Andre de Camargo. **DESMONTE DO PAA: efeitos na vulnerabilidade social da agricultura familiar**. 2022. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Agrícola, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1244496>. Acesso em: 04 set. 2023.

MALTHUS, Thomas Robert. Ensaio sobre a população. Trad. Antônio Alves Cury. **Os economistas-Malthus**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MALUF, Renato. S.; MENEZES, Francisco. **Caderno Segurança Alimentar**. Brasília, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/3Oh3ESK>. Acesso em 10 de jan. de 2016.

MANÇANO, Luiza. **Síria denuncia à ONU e OMS efeitos das sanções externas no combate à covid-19**. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/28/video-siria-denuncia-a-onu-e-oms-efeitos-das-sancoes-externas-no-combate-a-covid-19>. Acesso em: 01 set. 2024.

MARINHO, Gustavo. **MST ultrapassa 200 toneladas de alimentos doados em Alagoas durante a Pandemia**. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/05/14/mst-ultrapassa-200-toneladas-de-alimentos-doados-em-alagoas-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O capital**. Tradução: Reginaldo Sant'anna. 12ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. (Livro 1, v. 2)

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTA, Gustavo Corrêa et al. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia** [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ. 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 4ªed. São Paulo: n-1 edições, 2019. Brasília: multidimensional, 2014.

MCMICHAEL, Anthony J. Globalization, climate change, and human health. **New England Journal of Medicine**, v. 368, n. 14, p. 1335-1343, 2013.

MEDEIROS, Étore; FONSECA, Bruno. Bíblia, Boi e Bala: um raio-X das bancadas da Câmara. **Exame**, 18 fev. 2016. Disponível em: <https://exame.com/brasil/biblia-boi-e-bala-um-raio-x-das-bancadas-da-camara/>. Acesso em: 30 abril 2021.

MEDEIROS, Henrique; ALVES, Cida. **A Fome e a Pandemia na Índia**. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2020/10/16/a-fome-e-a-pandemia-na-india>. Acesso em: 30 ago. 2024.

MELITO, Leandro (ed.). **Com queda de 95% em 8 anos, aquisição de alimentos chega a menor nível com Bolsonaro**. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/29/com-queda-de-93-em-8-anos-aquisicao-de-alimentos-chega-a-menor-nivel-com-bolsonaro>. Acesso em: 28 set. 2023.

MEZADRI, Neri. A fome é sinal de contradição num tempo de abundância. **Revista Teopraxis**, v. 40, n. 134, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Raízes da fome. In: **Raízes da fome**. 1985. p. 185-185.

MIRANDA, Maria Cecília Teixeira. Para além do pão, do peixe e do lar: a marcha das mulheres para Versalhes e as contribuições do feminismo francês. **Ensaio de História**, v. 23, n. 1, p. 17-27, 2022.

MIRANDA, Silvia Helena Galvao de. **Quantificação dos efeitos das barreiras não-tarifárias sobre as exportações brasileiras de carne bovina**. 2001. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MONARI, Ana Carolina Pontalti et al. Legitimando um populismo anticiência: análise dos argumentos de Bolsonaro sobre a vacinação contra Covid-19 no Twitter. **Liinc em revista**, v. 17, n. 1, p. e5707-e5707, 2021.

MORALES, Oscar. Fundamentos de la investigación documental y la monografía. **Manual para la elaboración y presentación de la monografía**. Mérida, Venezuela: Universidad de Los Andes, v. 20, 2003.

NARCIZO, Makchwell Coimbra; EHRLICH, Michel; GHERMAN, Michel. HISTÓRIA E MEMÓRIA DO HOLOCAUSTO: ABORDAGENS NECESSÁRIAS E URGENTES. **Revista Mosaico-Revista de História**, v. 15, n. 1, p. 3-6, 2022.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. A fome como uma questão social nas políticas públicas brasileiras. **Revista Ideias**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 197-225, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3vjoYx1>. Acesso em: 17 abr. 2022.

NETTO, J. P. e BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma Introdução Crítica**. São Paulo: Cortez, v.1, 2006.

NOAL, Débora da Silva; PASSOS, Maria Fabiana Damasio; FREITAS, Carlos Machado de (org.). **RECOMENDAÇÕES E ORIENTAÇÕES EM SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NA COVID-19**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. 343 p.

NUNES, Ana. **Fim do Bolsa Família e começo do Auxílio Brasil: veja como fica agora**. Disponível em. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/fim-do-bolsa-familia-e-comeco-do-auxilio-brasil-como-fica-agora/>. Acesso em: 28 set. 2023.

OBSERVATÓRIO, DA DESIGUALDADE. **MÁQUINA DO TEMPO: O Brasil de volta ao Mapa da Fome**. Boletim, n. 14, 2022.

OLIVEIRA, Caroline. **Câmara recria Ministério do Trabalho, mas extinção da pasta por mais de 2 anos trará impactos**. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/17/camara-recria-ministerio-do-trabalho-mas-extincao-da-pasta-por-mais-de-2-anos-trara-impactos>. Acesso em: 28 set. 2023.

OLIVEIRA, Elisângela Magela. Transformações no mundo do trabalho, da revolução industrial aos nossos dias. **Caminhos de Geografia**, v. 5, n. 11, p. 84-96, 2004.

PASTORINI, Alejandra. **Categoria “questão social” em debate**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PATEL, Rajeev C. Food sovereignty: power, gender, and the right to food. **Plos Medicine**, [S. l.], v. 9, n. 6, e1001223, 2012.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & saúde coletiva**, v. 18, p. 909-916, 2013.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. As vicissitudes da pesquisa e da teoria no campo da política social. **SER Social**, n. 9, p. 77-94, 14 ago. 2009. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12864. Acesso em: 11 jan. 2023.

PIRES, Roberto Rocha Coelho. **Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da COVID-19: propostas para o aperfeiçoamento da ação pública**. 2020.

PORTO, Ana Carla Vaz et al. Desmonte de políticas públicas: a rearticulação dos atores do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional. **Conjecturas**, v. 22, n. 2, p. 943-957, 2022.

RABELO, Maria Mercedes; RUCKERT, Isabel Noemia. **A construção da política de segurança alimentar e nutricional: o caso de Porto Alegre**. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v.41, n.3, p. 85-100, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3n6xOwc>. Acesso em: 15 jan. 2021.

REDE PENSSAN (Brasil). **II VIGISAN: inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil**. Brasil: Rede Penssan, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3zL3zml>. Acesso em: 21 dez. 2022.

RIBEIRO JÚNIOR, José Raimundo Sousa. **A fome e a miséria na alimentação: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3421-3430, 2020.

ROCHA, Marlene da (Org) et al. **Segurança Alimentar: um desafio para acabar com a fome no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

ROSENBERG, Eli S. New COVID-19 cases and hospitalizations among adults, by vaccination status—New York, May 3–July 25, 2021. **MMWR. Morbidity and mortality weekly report**, v. 70, 2021.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 11ª ed. São Paulo: Best Seller, 2002.

SANTOS, Hebert Santos et al. A austeridade fiscal e a crise sanitária: Um estudo acerca dos efeitos da dívida pública brasileira e da emenda constitucional do teto de gasto (EC nº 95/2016) no financiamento da saúde pública (2008-2021). 2023.

SANTOS, Kátia Hale. Josué de Castro: desenvolvimentismo e fome no Brasil. **Revista Ciências Humanas**, v. 14, n. 1, 2021.

SCHAPPO, Sirlândia. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19. **SER social**, v. 23, n. 48, p. 28-52, 2021.

SEMINOTTI, Jonas José. O programa nacional de alimentação escolar (PNAE). **Campos neutrais: revista latino-americana de relações internacionais [recurso eletrônico]**. Rio Grande. Vol. 3, n. 3 (set./dez. 2021), p. 110-127., 2021.

SEN, Amartya. Poverty and Famines. An essay on entitlement and deprivation, 1981. Oxford: Clarendon Press. **Pobreza e fomes: um ensaio sobre direitos e privações**.

SENNA, Monica; BALDO, Valentina Sofia Suarez; MAIOR, Aline Souto. COVID-19 e proteção social: respostas de governos nacionais à garantia de emprego e renda na América Latina. **SER Social**, v. 24, n. 51, p. 282-304, 2022.

SETA, Isabel. **Entenda a urgência e a demora para entrada de ajuda humanitária na Faixa de Gaza**. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/10/19/entenda-a-urgencia-e-a-demora-para-entrada-de-ajuda-humanitaria-na-faixa-de-gaza.ghtml>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SILVA, Fabricio Pereira da. Definindo os "neogolpes". **Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, v. 3, n. 3, p. 55-66, set.-dez. 2021.

SILVA, Fabricio Pereira da. O fim da onda rosa e o Neogolpismo na América Latina. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, p. 165-178, 2018.

SILVA, José Adailton Barroso et al. Teorias demográficas e o crescimento populacional no mundo. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE**, v. 2, n. 3, p. 113-124, 2015.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. Coleção Primeiros Passos-Editora Brasiliense, 2ª ed. São Paulo, 1993.

SILVA, José Graziano da; GROSSI, Mauro Eduardo Del; FRANÇA, Caio Galvão de (orgs.). **Fome Zero: a experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2010.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Maria Zênia Tavares da. A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil. **Configurações. Revista Ciências Sociais**, n. 25, p. 97-111, 2020.

SILVA, Robson Roberto. "Questão social", fome e (in) segurança alimentar e nutricional no Brasil neoliberal. **Argumentum**, v. 15, n. 1, p. 286-306, 2023.

SILVA, Robson Roberto. ASSISTÊNCIA SOCIAL NO NEOLIBERALISMO: uma análise no contexto da pandemia da COVID-19. **Revista de Políticas Públicas**, v. 25, n. 1, p. 26-45, 2020.

SILVA, Tiago Lemões da. **Família, rua e afeto**: etnografia das relações familiares, sociais e afetivas de homens e mulheres em situação de rua. 2012. 169f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2014/06/dissertacao_tiago-lemoesda-silva.pdf. Acesso em: 14 nov. 2022.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Assistência social em risco: conservadorismo e luta social por direitos. **Serviço Social & Sociedade**, p. 487-506, 2017.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SORDI, Denise De. Empobrecimento, fome e pandemia: o Auxílio Emergencial, o fim do Programa Bolsa Família eo Auxílio Brasil, 2019-2022. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 30, n. suppl 1, p. e2023032, 2023.

SOUZA, Celine. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 21 out. 2022.

TEO, Carla Rosane Paz Arruda et al. Programa nacional de alimentação escolar: adesão, aceitação e condições de distribuição de alimentação na escola. **Nutrire**, v. 34, n. 3, p. 165-85, 2009.

UOL. **"Brasileiros não passam fome porque têm mangas nas cidade" diz ministra**. 2019. Disponível em: [brasil-brasileiros-nao-passam-fome-porque-tem-mangas-nas-cidades-diz-ministra](https://www.uol.com.br/noticias/brasil/2019/05/30/brasil-brasileiros-nao-passam-fome-porque-tem-mangas-nas-cidades-diz-ministra.htm). Acesso em: 30 maio 2022.

VALENTE, Flávio L. S. (org.) **Fome e Desnutrição**: determinantes sociais. Série Saúde & Sociedade. São Paulo: Cortez, 1986.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, v. 13, p. 114-140, 2011.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de et al. Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. **Revista de Nutrição**, v. 32, p. e180161, 2019.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, v. 18, p. 439-457, 2005.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 8, p. 315-339, 2001.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Josué de Castro e a Geografia da Fome no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, p. 2710-2717, 2008.

VASCONCELOS, Paulo Henrique Castanheira. Uma História feita de Açúcar e Alcool: apontamentos para uma discussão. **Revista Crase. edu**, v. 1, n. 1, p. p. 61 a 68, 2010.

VERA, Rudyard Rezende. Fome e Abastecimento em Portugal no Final da Idade Média (1270-1496). **DESTAQUES DA PRIMEIRA ETAPA DO 28º SIICUSP**, p. 95., 2020.

VIANA, Daniella Dias. **AGRAVAMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL EM TEMPOS DE COVID-19: o desmonte das políticas públicas..** 2023. 91 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

WAAL, Frans. Food transfers through mesh in brown capuchins. **Journal of Comparative Psychology**, v. 111, n. 4, p. 370, 1997.

WALLACE, Rob. **Dead epidemiologists: On the origins of COVID-19.** Monthly Review Press, 2020.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

YAZBEK, M. C. **O significado socio-histórico da profissão.** In: CFESS; ABEPSS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa: geopolítica da fome.** São Paulo: Cortez, 2013.